

Relatório de Atividades

2012

Diretor: Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Vice-Diretor: Ministro HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES

APRESENTAÇÃO



O presente Relatório descreve o ciclo de atividades desenvolvido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) em 2012. Para a organização e realização dessas atividades, a Escola Nacional contou com o apoio da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, a participação atuante dos Membros de seu Conselho Consultivo, o diligente trabalho da equipe administrativa e acadêmica da Escola e de diversos outros profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, de modo a poder cumprir sua missão com qualidade e eficiência.

A Escola Nacional, ao longo de 2012, deu continuidade às ações iniciadas no ano anterior e traçou novas diretrizes, que deram seguimento ao exitoso trabalho iniciado por esta gestão no biênio que agora se aproxima do fim. Foi um período de muito trabalho, por certo, mas igualmente de muitos e importantes resultados para a qualificação dos Magistrados do Trabalho, credenciando a ENAMAT como um

paradigma na matriz constitucional de profissionalização e institucionalização da formação profissional do agente político prestador do serviço público de Justiça Social.

As atividades de ensino profissional avançaram a passos largos. Em 2012, a ENAMAT, em sua competência primordial, constitucionalmente prevista, ofereceu aos Magistrados do Trabalho formação teórico-prática em todas as áreas: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

Os já consagrados Cursos de Formação Inicial ganharam feições renovadas. Com laboratórios judiciais ampliados, intensas atividades práticas e novas disciplinas inerentes aos desafios concretos dos novos Magistrados, o módulo nacional ganhou em qualidade na otimização da carga horária, tornando o seu resultado ainda mais produtivo.

Os Cursos de Formação Continuada inovaram em todos os sentidos. No âmbito presencial, o inédito convênio com a Universidade de Brasília – UnB trouxe os debates contemporâneos do Estado Constitucional a um curso diferenciado, desenvolvido pela ENAMAT especificamente para os Ministros do TST. No formato a distância, a Escola Nacional deu seguimento ao seu modelo de sucesso de planejar, desenvolver e executar internamente cursos na plataforma Moodle, sob medida para a realidade dos Juízes do Trabalho, com a introdução dos temas da Efetividade da Execução Trabalhista e da Teoria Geral do Juízo Conciliatório, além de elaborar e executar um curso autoinstrucional especialmente preparado para impulsionar a capacitação na estratégica implantação do Processo Judicial Eletrônico.

O Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT constitui uma realidade que provoca inéditas transformações na prestação do serviço público de Justiça Social na Instituição. A qualificação dos Magistrados para acompanharem essas transformações e estarem preparados para os novos desafios da jurisdição do século XXI, por sua vez, constitui missão urgente e de extrema relevância, a cargo da ENAMAT e das 24 Escolas Judiciais. Para tanto, esta gestão da Escola instituiu um Comitê específico com o fim de tratar da qualificação dos Magistrados para a implantação do Processo Judicial Eletrônico, coordenado pela Ministra Maria de Assis Calsing, cuja principal missão é articular sincronicamente com o

Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) ações formativas de formadores para todas as Regiões do País, em alinhamento com o cronograma nacional de implantação.

Os Cursos de Formação de Formadores também alçaram voos cada vez mais altos. Além dos tradicionais cursos para formação de profissionais de ensino em geral, a ENAMAT dedicou muita energia para alavancar a capacitação na referida implantação do PJe-JT. Na parceria com o CSJT, a Escola Nacional desenvolveu e executou ações educativas específicas para compor uma elite de instrutores altamente especializados à altura da relevante missão institucional: a Turma Nacional de Magistrados Multiplicadores do Processo Eletrônico, apoiando as 24 Escolas Judiciais em suas ações formativas regionais. Mais além, a ENAMAT foi ao Conselho da Justiça Federal e à Escola Francesa para uma singular parceria com a finalidade de qualificar Juízes do Trabalho e Federais nas modernas técnicas de ensino com instrutores franceses: tudo na sede da ENAMAT e com tradução simultânea.

Sempre que chamada a colaborar com outras instituições, a ENAMAT não se furtou a cumprir sua missão constitucional. Seja no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seja no CSJT, seja mesmo em outros inúmeros espaços e fóruns públicos, a Escola Nacional participou ativamente, por diversas vezes, da defesa de suas prerrogativas constitucionais e da promoção da excelência na formação dos Magistrados do Trabalho.

No decorrer de toda a gestão, foram conduzidas inúmeras ações de cooperação, visando ao intercâmbio de experiências e ao aperfeiçoamento da Magistratura Laboral. A ENAMAT reforçou seus vínculos com as entidades parceiras, como a Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ), a Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT), a Escola Nacional da Espanha e a Escola Nacional da Magistratura (ENM) da França, e ampliou suas ações com novos parceiros, como o Centro de Estudos Judiciários de Portugal (CEJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF), a Universidade de Brasília (UnB) e a Escola Nacional da Magistratura (ENM) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), apenas como exemplos. No âmbito desses vínculos institucionais, assistiu-se à multiplicação de programas e intercâmbios para os Magistrados do Trabalho e mesmo o necessário surgimento do *site* em inglês da Escola. A ENAMAT, agora,

divulga suas ações e comunica-se com todos os Magistrados do mundo como uma instituição globalmente inserida.

No ano de 2012 deu-se a continuação de um conjunto de ações, que são uma tônica desta gestão da Escola, voltadas para o fortalecimento e aprimoramento do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela ENAMAT.

Além de periódicas reuniões presenciais e por videoconferência com as 24 Escolas Judiciais, a Escola Nacional atuou firmemente para melhorar a estrutura física, de material e de pessoal dessas Escolas regionais, como um requisito essencial de alinhamento de ações e intercâmbio de suas práticas formativas. A abertura de uma ação orçamentária específica na ENAMAT, com o apoio decisivo da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, garantiu os recursos suficientes para transformar a realidade sombria de Escolas carentes em autênticos espaços aparelhados e operosos de construção, difusão e compartilhamento de saberes: desde simples mesas e cadeiras, até prédios estão sendo viabilizados com esses recursos. A Escola Nacional, sempre que possível e necessário, esteve presencialmente nas Escolas Judiciais, mapeando necessidades concretas, apoiando ações formativas, orientando o planejamento, qualificando os quadros das Escolas e, inclusive, descentralizando a realização de reuniões de trabalho. Há muito para ser realizado ainda, mas, por certo, passos decisivos foram dados na direção do essencial nivelamento dos elementos materiais, humanos e procedimentais de gestão escolar.

No âmbito normativo, a Escola Nacional, durante esta gestão, introduziu importantes novidades no aperfeiçoamento do complexo sistema de formação profissional da Magistratura do Trabalho.

A formação continuada passou a contar com regulamentação detalhada, com a definição de seus objetivos, de suas diretrizes político-pedagógicas e da carga horária semestral mínima, com a edição das Resoluções n.ºs 09/2011 e 10/2011. Essa iniciativa constitui uma inovação importante, na medida em que a consolidação da formação inicial permite introduzir, agora, critérios uniformes e transparentes para a formação continuada, seguindo-se com as ações formativas, em toda a carreira, para Juizes do Trabalho Substitutos vitalícios, Juizes Titulares e

Desembargadores. A formação continuada, mais do que um dever de qualificação permanente do Magistrado para bem-servir a sociedade, constitui um direito inalienável do Magistrado de acesso às oportunidades de formação e de respeito à sua liberdade de convencimento no itinerário formativo que ocorre no âmbito das Escolas Judiciais respectivas, com planejamento e divulgação antecipada do calendário de seus cursos para a melhor escolha de acordo com o interesse dos próprios Magistrados.

O estímulo ao intercâmbio das práticas formativas entre as Escolas e a uniformização dos critérios de certificação de todos os cursos no Sistema de Formação dos Magistrados do Trabalho, com a edição da Resolução n.º 08/2011, são contribuições importantes para a formação profissional. A crescente ampliação das atividades das Escolas Judiciais em todo o País deve ser realizada na perspectiva do caráter nacional da instituição judiciária trabalhista, da otimização e racionalização de seus recursos materiais e humanos e da uniformização de seus critérios e parâmetros de certificação. O intercâmbio de práticas formativas, sobretudo na formação continuada, com a previsão de alocação obrigatória de vagas para Magistrados de outras Regiões, constitui um estímulo para a troca de experiências e a própria qualificação das práticas escolares. Além disso, a crescente difusão da educação a distância permite a participação de Magistrados das diversas partes do País além de suas fronteiras administrativas regionais, impondo o estabelecimento de critérios para a reciprocidade do reconhecimento dessas ações formativas, garantindo a qualidade e a segurança necessárias ao aperfeiçoamento do sistema entre todas as Escolas Judiciais e superando a prática burocratizada de reconhecimento ou revalidação de cursos.

A Direção da ENAMAT tem valorizado intensamente as ferramentas de educação a distância, e, nesta gestão, avança na difusão de cursos de EaD na *web*. A edição da Resolução n.º 11/2012, com o suporte técnico do Comitê de Educação a Distância da ENAMAT, dá um largo passo nessa direção, ao instituir o “Banco de Cursos de Educação a Distância e outros objetos digitais de aprendizagem”. A grande diversidade de padrões e formatos oferecidos pelas novas tecnologias para a educação a distância proporciona, de um lado, muitas possibilidades de aprimorar a relação ensino-aprendizagem, mas, de outro, aumenta a complexidade da gestão desses elementos e, por vezes, até impede seu intercâmbio e

compartilhamento com outras instituições, demandando retrabalho, dispêndio de recursos públicos e mesmo perda de conteúdos relevantes. No âmbito do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho (SIFMT), e para melhor gerir os diversos cursos desenvolvidos por todas as Escolas Judiciais, foi instituído um banco de dados, com diretrizes técnicas definidas e uniformes, para que práticas educativas com recursos digitais possam ser compartilhadas por todas as Escolas e beneficiem todos os Magistrados do Trabalho do País, onde quer que estejam.

Também no âmbito normativo, é importante mencionar a necessária revisão e atualização de várias normas de formação inicial e continuada, o que foi levado a efeito pela edição da Resolução n.º 13/2012. A formação de Magistrados é um processo essencialmente dinâmico, e a atualização do seu arcabouço normativo é medida fundamental para sua coerência e sistematicidade.

A aproximação com os Magistrados do Trabalho, atenta às suas necessidades concretas, tem sido o eixo central das ações da ENAMAT ao longo desta gestão. A Escola Nacional intensificou a comunicação por meio de diferentes ações e canais e tem estado presente em eventos promovidos por diversas instituições voltadas para o aperfeiçoamento. A ENAMAT pretende ser o lugar “onde a Justiça vai à Escola” e, como tal, deve manter sempre abertas as suas portas para os Magistrados do Trabalho.

Este Relatório, então, reflete a obra realizada em 2012, que coroa o encerramento desta gestão, resultado do esforço coletivo e de muita dedicação de todos os profissionais envolvidos, na missão abnegada de fazerem da ENAMAT um centro de excelência na construção, difusão e compartilhamento dos saberes profissionais da Magistratura do Trabalho, e de seus Magistrados, paradigmas na prestação do serviço público de Justiça Social no século XXI.

Brasília, dezembro de 2012.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Diretor da ENAMAT

SUMÁRIO

Composição.....	11
Formação Inicial.....	13
Formação Continuada.....	183
Modalidade a Distância.....	183
Modalidade Presencial.....	190
Formação de Formadores.....	215
Convênios.....	277
Outros eventos.....	289
Palestras Realizadas.....	305
Visitas Realizadas.....	315
Visitas Recebidas.....	335
Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT.....	339
Comitê de Educação a Distância.....	349
Conselho Consultivo da ENAMAT.....	357
Normatização.....	375
Outras Atividades.....	405
Tecnologia da Informação.....	411
Comunicação Social.....	417
Orçamento.....	421
Estrutura da Escola.....	423

COMPOSIÇÃO

Biênio: 2011/2013

Data da posse: 17/3/2011

Diretor

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Vice-Diretor

Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires

Conselho Consultivo

Ministro Emmanoel Pereira

Ministra Maria de Assis Calsing

Ministro Walmir Oliveira da Costa

Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha – TRT da 1.ª Região

Desembargadora do Trabalho Flávia Simões Falcão – TRT da 10.ª Região

Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt – 3.ª VT de Juiz de Fora–MG



Quarta Diretoria da ENAMAT – Biênio 2011/2013

FORMAÇÃO INICIAL

11.º Curso de Formação Inicial

28 de fevereiro a 23 de março



Participaram do curso 85 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2.ª Região (quinze Juízes); da 3.ª Região (dez Juízes); da 5.ª Região (quatro Juízes); da 6.ª Região (seis Juízes); da 8.ª Região (sete Juízes); da 14.ª Região (sete Juízes); da 15.ª Região (vinte e dois Juízes); e da 23.ª Região (treze Juízes).

Cerimônia de Abertura



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello – STF; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; e Procurador-Geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo



Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello – STF; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST

A abertura do 11.º CFI aconteceu às 10 horas, do dia 28 de fevereiro, no Auditório da ENAMAT, localizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Durante a ocasião, o Presidente do TST, Ministro João Oreste Dalazen, destacou em seu discurso de abertura que o novo grupo de magistrados chega à Justiça do Trabalho em um importante e histórico momento de transição – “a aurora da implantação de uma verdadeira revolução tecnológica e cultural, com a implantação do sistema uno e nacional do Processo Eletrônico (PJe)”.

Enfatizou, ainda, a importância da ENAMAT na formação de magistrados, tendo em vista que “o árduo ofício de julgador não se aprende na faculdade”. A ENAMAT, nesse sentido, salientou o Ministro, propicia aos que estão integrando a carreira técnica de como conduzir uma audiência e interrogar e equacionar conflitos, além dos ensinamentos sobre administração e funcionamento de Varas e TRTs.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF)

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, na qualidade de anfitrião, deu as boas-vindas aos Alunos-Juizes e destacou que a Escola, além de promover a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados, contribui para a integração entre

os membros do Judiciário trabalhista, com o fim de oferecer condições para a plenitude do desempenho das tarefas inerentes à profissão.

O Ministro Aloysio salientou, ainda, que com o Curso de Formação Inicial a ENAMAT oportuniza aos novos magistrados conhecer de perto o funcionamento do processo virtual, que contribuirá sobremaneira na entrega de uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

Aula Inaugural



Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF) proferiu palestra “Ser Juiz” na Aula Inaugural do 11.º CFI

Após a cerimônia de abertura, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, que já compôs a Corte Superior Trabalhista, proferiu a aula inaugural, sobre o tema Ser Juiz. O Ministro discorreu sobre a responsabilidade dos julgadores e o constante compromisso na missão judicante com os três princípios constitucionais da Administração Pública – moralidade, eficiência e publicidade dos atos administrativos. Ele destacou a importância dessa justiça especializada na solução dos conflitos sociais e o importante papel do Juiz como pacificador.

Com a experiência adquirida como ex-ministro do TST e atual Ministro do STF, ele aconselhou os novos magistrados a participarem da vida em sociedade, evitando o isolamento em gabinetes de trabalho, muitas vezes imposto pela grande carga de processos. “A profissão de julgador é sublime e a síntese de todas as virtudes é a coragem de atuar com independência e desprendimento, sem se importar com críticas ou aplausos”.



Alunos-Juizes e Ministros na Aula Inaugural do 11.º CFI



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, condecora o Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF) com a Medalha “Honra ao Mérito” da ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF); e Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; e Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF)



Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT; Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (TST), Vice-Diretor da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF); e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT; Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (TST), Vice-Diretor da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (STF); e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

Atividade de Integração

A Importância da Formação Profissional para os Magistrados (2 horas-aula)

A atividade insere-se no eixo teórico-prático de competências específicas / Subeixo administrativo-funcional. Buscou-se que o participante viesse a apoiar a formação inicial e continuada, para aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente.

Instrutora:

Professora Mestre Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro (Universidade Católica de Brasília)

Local: Auditório da ENAMAT



Alunos-Juizes participam de atividade de integração: a importância da formação profissional para os Magistrados

Ao falar das ações promovidas pela Escola que integram cursos presenciais e a distância, a Professora Mestre Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro, da Universidade Católica de Brasília, enfatizou que a ENAMAT é uma oportunidade para a convivência, troca de informações e aprendizagem dos magistrados. Com duração de duas horas, a aula foi dividida em duas partes – teoria e dinâmica de grupo –, esta última aplicada de forma descontraída pela professora.



Alunos-Juizes participam de atividade de integraçao: a importancia da formaçao profissional para os Magistrados



Alunos-Juizes em atividade de integraçao

A dinâmica da ação em grupo baseou-se no desafio de trabalhar com desenhos, utilizando um quebra-cabeça chinês, conhecido por *Tangran*. A intenção foi mostrar como se deu a chegada ao curso na visão dos alunos.

Uma das observações feitas pela palestrante, e ratificada também pelos grupos, foi a presença marcante das mulheres na liderança das equipes de trabalho.



Alunos-Juizes em integração – *Coffee-break*

Apresentação da Escola (2 horas-aula)

Os Alunos-Juizes foram apresentados à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENAMAT e receberam explicações sobre a participação no 11.º CFI, de acordo com a seguinte programação:

- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional
- Orientações sobre frequência e aproveitamento
- Distribuição de material didático
- Visita às instalações
- Orientações sobre hospedagem
- Orientações sobre transporte
- Orientações sobre segurança
- Orientações sobre refeições
- Informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica

Instrutores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT

Gestores e Servidores da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Alunos-Juízes participam de atividade de integração: apresentação da Escola

Disciplinas e Professores

➤ Teoria Geral do Processo Eletrônico (2 horas-aula)

Implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT)

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Alunos-Juizes em aula sobre implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT)



Alunos-Juízes em aula sobre PJe/JT

➤ **Técnica de Instrução Trabalhista (2 horas-aula)**

A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Orais

Professor:

Desembargador do Trabalho Márcio Túlio Viana, TRT 3.^a Região (aposentado)



Desembargador do Trabalho Márcio Túlio Viana, TRT 3.^a Região (aposentado)



Alunos-Juizes participantes do 11º CFI

➤ **Técnica de Decisão Judicial (2 horas-aula)**

Lógica da Decisão Judicial

Mesa-redonda

Professores:

Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus (TST)

Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST)



Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus (TST)



Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST)



Alunos-Juizes participam de aula sobre técnica de instrução trabalhista

➤ **Tecnologias Aplicadas à Magistratura (1hora-aula)**

Sistema de Julgamento das Sessões do TST

Professor:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST), Diretor da ENAMAT

Assistente:

Welington Samuel da Silva Monteiro, Coordenador de Suporte Técnico aos Usuários (TST)



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST), Diretor da ENAMAT



Alunos-Juizes do 11.º CFI participam de aula sobre tecnologias aplicadas à magistratura



Wellington Samuel da Silva Monteiro – Coordenador de Suporte Técnico aos Usuários (TST) e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST), Diretor da ENAMAT

- **Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST – SBDI-1 (2 horas-aula) (Grupo I)**



Alunos-Juizes assistem a sessão da SBDI-1

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social
Oficina Técnica de Entrevista (**Grupo II**)

Professora:

Patrícia Resende, Jornalista do CSJT



Patrícia Resende, Jornalista do CSJT



Patrícia Resende, Jornalista do CSJT, ministra aula sobre Relacionamento do Magistrado com os meios de Comunicação Social



➤ **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte I

Professores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Inajá Oliveira de Borba, 25.^a VT de Porto Alegre–RS

Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro, 7.^a VT de Florianópolis–SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro, 7.^a VT de Florianópolis–SC, e Juíza Titular de Vara do Trabalho Inajá Oliveira de Borba, 25.^a VT de Porto Alegre–RS



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial: Oficina de Decisão Processual



Alunos-Juizes em atividade de Laboratório Judicial

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

Relacionamento do Magistrado com a Sociedade

Mesa-redonda

Coordenador:

Ministro Maurício Godinho Delgado (TST)

Participantes:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Gustavo Fontoura Vieira, 1.^a VT de Santa Maria–RS

Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto, 2.^a VT de Gurupi–TO



Ministro Maurício Godinho Delgado (TST) expõe na mesa-redonda sobre Relacionamento do Magistrado com a Sociedade, como Coordenador



Juiz Titular de Vara do Trabalho Gustavo Fontoura Vieira, 1ª VT de Santa Maria–RS ministra palestra na mesa-redonda sobre Relacionamento do Magistrado com a Sociedade



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto, 2ª VT de Gurupi–TO ministra palestra na mesa-redonda sobre Relacionamento do Magistrado com a Sociedade



Alunos-Juizes participam de mesa-redonda sobre Relacionamento do Magistrado com a Sociedade



Alunos-Juizes participam de mesa-redonda sobre Relacionamento do Magistrado com a sociedade

➤ **Psicologia Judiciária Aplicada (3 horas-aula)**

As Expectativas Individuais e Sociais no Litígio Trabalhista
A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas
Subjetividade do Juiz Laboral (Emoção e Razão)

Professor:

Ministro Gelson de Azevedo, TST (aposentado)



Ministro Gelson de Azevedo (TST)



Alunos-Juizes participam de aula sobre Psicologia Judiciária Aplicada

➤ **Efetividade da Execução Trabalhista (4 horas-aula)**

Boas-práticas para a efetividade da execução trabalhista

Limites da atuação do Juiz na execução

Oficina: A Efetividade da Execução e suas Boas-Práticas (em Liquidação; em Garantia; em Expropriação)

Participantes:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF (Coordenadora)

Juíza Titular de Vara do Trabalho Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues, VT de Mogi Guaçu–SP

Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber, 2.^a VT de Campo Grande–MS



Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF, Coordenadora



Juíza Titular de Vara do Trabalho Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues, VT de Mogi Guaçu-SP



Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber, 2ª VT de Campo Grande-MS



Alunos-Juizes participam de aula sobre Efetividade da Execucao Trabalhista

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (2 horas-aula)**

O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional

O Juiz e a Função Corregedora

Professor:

Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Ministro Barros Levenhagen profere aula para Alunos-Juizes do 11.º CFI

➤ **Efetividade da Execução Trabalhista (1 hora-aula)**

Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução (CNDT)

Professor:

Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST



Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST

➤ Sessão do Órgão Especial – TST (2 horas-aula)



Alunos-Juízes assistem a sessão do Órgão Especial



Alunos-Juizes assistem a sessão do Órgão Especial

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

Gestão Processual de Vara do Trabalho

Cogestão e Inovação Judiciária

Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, VT de Encantado-
RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, VT de Encantado-RS



Alunos-Juizes participam de aula sobre Administração Judiciária

➤ **Linguagem Jurídica (5 horas-aula)**
Principais Tópicos da Linguagem Jurídica

Professor:

Adalberto José Kaspary



Adalberto José Kaspary



Aula no 11.º CFI sobre Linguagem Jurídica

➤ **Sistema Judiciário (2 horas-aula)**

Visão Sistêmica da Profissão do Juiz: Inserção Administrativo-Funcional do Juiz Substituto

Visão Institucional da Justiça Laboral: O Judiciário e a Sociedade

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann, 27.^a VT de Porto Alegre–RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann, 27.^a VT de Porto Alegre–RS

➤ **Sessão das Turmas – TST (2 horas-aula)**



Sessão de Turma do TST



Alunos-Juízes assistem a sessão de Turma do TST

➤ **Visita ao Foro do Trabalho de Brasília – DF (4 horas-aula)
(Grupo I)**



Visita ao Foro Trabalhista de Brasília



Alunos-Juizes visitam o Foro Trabalhista do DF



Alunos-Juizes recebem informações no Foro Trabalhista do DF



Alunos-Juizes em visita ao Foro Trabalhista do DF



Alunos-Juízes no Foro Trabalhista do DF



Alunos-Juízes conhecem atividades do Foro Trabalhista do DF

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte II

(Grupo II)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, VT de Currais Novos–RN

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê–SC; Assessor da Direção da ENAMAT



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial sobre Oficina de Instrução Processual



Alunos-Juizes em atividade no Laboratório Judicial de Instrução Processual



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial sobre Oficina de Instrução Processual

- **Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST – SBDI-1 (2 horas-aula) (Grupo I)**



Alunos-Juizes assistem a sessão da SBDI-1



Alunos-Juizes assistem a sessão da SBDI-1

- **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**
Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social

Oficina Técnica de Entrevista

(Grupo I)

Professora:

Patrícia Resende, Jornalista do CSJT



Patrícia Resende – Jornalista do CSJT

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte II
(Grupo I)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, VT de
Currais Novos–RN

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de
Itajaí–SC

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê–
SC; Assessor da Direção da ENAMAT



Alunos-Juízes participam de Laboratório Judicial: Oficina de Instrução Processual



Alunos-Juizes em atividade de Laboratório Judicial



Alunos-Juizes no Laboratório Judicial de Instrução Processual



Alunos-Juizes em atividade prática de Instrução Processual



Alunos-Juizes exercitam Instrução Processual em Laboratório Judicial

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (4 horas-aula)**

As Relações com Outros Profissionais

Mesa-redonda

Coordenador: Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (TST),
Vice-Diretor da ENAMAT

Participantes:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Renato Henry Sant'Anna,
Presidente da ANAMATRA

Subprocurador-Geral do Trabalho Rogério Rodriguez Fernandez
Filho (MPT)

Alberto de Paula Machado, Vice-Presidente do Conselho Federal da
OAB



Alberto de Paula Machado, Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB; Subprocurador-Geral do Trabalho Rogério Rodriguez Fernandez Filho (MPT); Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (TST), Vice-Diretor da ENAMAT; e Juiz Titular de Vara do Trabalho Renato Henry Sant'Anna, Presidente da ANAMATRA



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (TST) e Juiz Titular do Trabalho Renato Henry Sant'Anna, Presidente da ANAMATRA



Alunos-Juizes participam da mesa-redonda sobre Deontologia Profissional Aplicada – as relações com outros profissionais

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte II

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Athayde Chaves, 2.^a VT de Natal–RN

Juíza Titular de Vara do Trabalho Paula Maria Pereira Soares, 15.^a VT de Belém–PA



Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Athayde Chaves, 2.^a VT de Natal–RN, e Juíza Titular de Vara do Trabalho Paula Maria Pereira Soares, 15.^a VT de Belém–PA



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial: Oficina de Decisão Processual

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (3 horas-aula)**

Código Ético do Magistrado

Professor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)



Alunos-Juizes participam da mesa-redonda sobre deontologia profissional aplicada – código ético do Magistrado

➤ **Teoria Geral do Juízo Conciliatório (4 horas-aula)**

Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho (Tópicos 1 a 8)

Professora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini,
35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte–MG

➤ **Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST – SBDI-2 (2 horas-aula)**



Alunos-Juizes assistem a sessão da SBDI-2



Alunos-Juizes em atividade do curso assistem a sessão da SBDI-2

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (2 horas-aula)**

As Funcionalidades do PJe/JT

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Alunos-Juizes participam de aula sobre as funcionalidades do PJe/JT

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Desafios do Combate ao Trabalho Degradante

Mesa-redonda

Coordenador:

Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT

Participantes:

Procurador-Geral do Trabalho Luiz Antonio Camargo de Melo (MPT)

Doutor José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral do CONATRAE

Doutora Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do MTE



Doutora Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do MTE; Procurador-Geral do Trabalho Luiz Antonio Camargo de Melo (MPT); Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT (Coordenador); e Doutor José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral do CONATRAE



Doutora Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do MTE; Procurador-Geral do Trabalho Luiz Antonio Camargo de Melo (MPT); Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT (Coordenador); e Doutor José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral do CONATRAE

➤ **Tecnologias Aplicadas à Magistratura (3 horas-aula)**

Convênios Interinstitucionais e Efetividade na Jurisdição

Ferramentas de Informática para Uso do Juiz

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho, 4.^a VT de Brasília–DF

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST



Juiz Titular de Vara do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho, 4.^a VT de Brasília – DF



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST e Juiz Titular de Vara do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho, 4.ª VT de Brasília – DF



Alunos-Juízes participam de aula sobre Tecnologias Aplicadas à Magistratura

➤ **Sessão do Tribunal Pleno – STF (4 horas-aula)
(Grupo I)**



Alunos-Juízes assistem a sessão do Tribunal Pleno do STF



Alunos-Juizes no Tribunal Pleno do STF



Alunos-Juizes no STF

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte I

(Grupo II)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC

Juiz Titular de Vara do Trabalho George Santos Almeida, 2.^a VT de Simões Filho–BA

Juiz Titular de Vara do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho, 4.^a VT de Brasília–DF



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial: Oficina de Instrução Processual



Alunos-Juízes em atividade prática de Instrução Processual

➤ **Segurança Pessoal e Familiar (2 horas-aula)**

Segurança Pessoal e Familiar

Professor:

Edmilson Nunes da Silva, Agente de Polícia Federal e Professor Titular da Disciplina Segurança de Dignitários



Edmilson Nunes da Silva, Agente de Polícia Federal e Professor Titular da Disciplina Segurança de Dignitários



Alunos-Juizes participam de aula sobre Segurança Pessoal e Familiar

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (1 hora-aula)**

As Funcionalidades do PJe/JT

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

➤ **Sessão do Tribunal Pleno – STF (4 horas-aula)**
Grupo II



Alunos-Juizes em frente ao edifício do Supremo Tribunal Federal



Alunos-Juizes no Supremo Tribunal Federal



Alunos-Juizes assistem a sessão do Supremo Tribunal Federal

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte I

(Grupo I)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC

Juiz Titular de Vara do Trabalho George Santos Almeida, 2.^a VT de Simões Filho–BA



Juiz Titular de Vara do Trabalho George Santos Almeida, 2.^a VT de Simões Filho–BA, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC



Alunos-Juizes participam de Laboratorio Judicial: Oficina de Instrucao Processual



Alunos-Juízes em atividade no Laboratório Judicial de Instrução Processual



Alunos-Juízes atuam na Oficina de Instrução Processual

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (3 horas-aula)**

Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho

Professora:

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST



Alunos-Juizes participam de aula sobre questões controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**
A Consolidação das Experiências da Magistratura

Professores:

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula (TST)

Ministro Fernando Eizo Ono (TST)

Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro (TST)



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula (TST)



Ministro Fernando Eizo Ono (TST)



Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro (TST)



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST), Diretor da ENAMAT



Ministro Fernando Eizo Ono, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga



Alunos-Juizes participam de aula sobre Consolidação das Experiências da Magistratura

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Os Crimes Contra a Administração da Justiça e a Atuação do Juiz do Trabalho

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, 1.^a VT de Taubaté–SP



Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, 1.^a VT de Taubaté–SP

➤ **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (3 horas-aula)**

Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito

Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais

Professor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta (TST)



Ministro José Roberto Freire Pimenta (TST)



Alunos-Juizes participam de aula sobre Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte III

Prática de Atos Decisórios em Execução Trabalhista

Prática de Atos Decisórios em Tutela Ordinária e de Urgência

A Efetivação de Justiça nos Casos Concretos como Referencial Decisório

A Prática da Tópica Judiciária

Prática de Argumentação Jurídica e Judiciária em Processo Decisório

Dinâmica Social Aplicada na Decisão Processual

(Grupo I)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Édison Vaccari, VT de Catalão–GO

Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF



Juiz Titular de Vara do Trabalho Édison Vaccari, VT de Catalão–GO



Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista

Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

(Grupo II)

Professores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini,
35.^a VT de Belo Horizonte–MG

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê–
SC; Assessor da Direção da ENAMAT



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini,
35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte – MG e
Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê–SC e Assessor da Direção da
ENAMAT, orientam oficina de Conciliação Judicial Trabalhista

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro

Professor:
Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST



Ministro Lelio Bentes Corrêa (TST)



Alunos-Juizes participam de aula sobre Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte III

(Grupo II)

Prática de Atos Decisórios em Execução Trabalhista

Prática de Atos Decisórios em Tutela Ordinária e de Urgência

A Efetivação de Justiça nos Casos Concretos como Referencial Decisório

A Prática da Tópica Judiciária

Prática de Argumentação Jurídica e Judiciária em Processo Decisório

Dinâmica Social Aplicada na Decisão Processual

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Édison Vaccari, VT de Catalão–GO

Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF



Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF



Juiz Titular de Vara do Trabalho Édison Vaccari, VT de Catalão–GO



Alunos-Juizes participam de Laboratorio Judicial: Oficina de Decisao Processual

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista
(Grupo I)

Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

Professores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini,
35.^a VT de Belo Horizonte–MG

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê–
SC; Assessor da Direção da ENAMAT



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini,
35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial: Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista

➤ **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Gestão Processual

Prática de Cogestão e Inovação Judiciária

Prática de Gestão Processual de Vara do Trabalho

Prática de Atos Administrativos em Vara do Trabalho

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, VT de Encantado-
RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, VT de Encantado-RS



Alunos-Juizes participam de Laboratório Judicial: Oficina de Gestão Processual

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (3 horas-aula)**

Gerir com Eficiência as Rotinas de Trabalho na Vara

Atualizar-se Criticamente em Temas Contemporâneos Relevantes à Jurisdição

Garantir a Realização dos Direitos Fundamentais nos Conflitos Judiciais

Adaptar-se às Alterações de Fatos, Valores e Normas de Seu Contexto Espacial e Temporal de Atuação

A Implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT)

Mesa-redonda

Coordenador:

Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (TST)

Participantes:

Professor Doutor Airton José Ruschel (UFSC)

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST

Professor José Carlos de Araújo Almeida Filho (UFF)



Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (TST)



Professor Doutor Airton José Ruschel (UFSC)



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira,
Secretário-Geral da Presidência do TST



Professor José Carlos de Araújo Almeida
Filho (UFF)

➤ **Técnica de Instrução Trabalhista (2 horas-aula)**
Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho

Professor:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)



Alunos-Juizes participam de aula sobre técnica de instrução trabalhista

➤ **Administração Judiciária – (2 horas-aula)**

Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho

Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho

Professora:

Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos do TRT da 12.^a Região



Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos do TRT 12.^a Região



Fernanda Gomes Ferreira ministra aula sobre Gestão de Pessoas



➤ **Morfologia do Trabalho e da Produção**

Novas Morfologias do Trabalho

Políticas do Trabalho na Era da Globalização

Mesa-redonda

Coordenador: Ministro Mauricio Godinho Delgado (TST)

Participantes:

Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes (UNICAMP)

Professor Doutor Marcio Pochmann, Presidente do IPEA



Professor Doutor Marcio Pochmann, Presidente do IPEA;
Ministro Mauricio Godinho Delgado (TST); e Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes (UNICAMP)

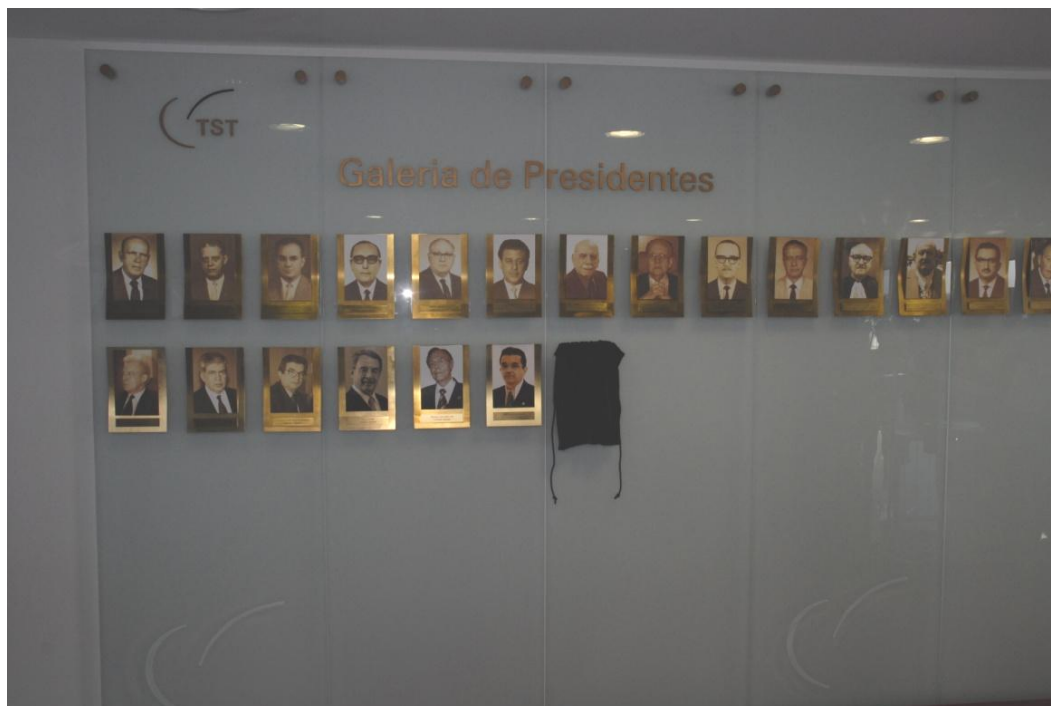
Atividades de Estudo

Período destinado ao aprofundamento do estudo dos temas relacionados à formação profissional do magistrado do trabalho, mediante leitura e reflexão, e à elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação, em horários e locais determinados, enquadrando-se como componente curricular da grade horária.

Solenidade de aposição de foto do Ministro Milton de Moura França

29 de fevereiro de 2012

Os Alunos-Juízes do 11.º CFI, a convite do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, participaram, no dia 29 de fevereiro, às 17h30min, da solenidade de aposição da foto do Ministro Milton de Moura França na Galeria de Presidentes, no 6.º andar do Bloco B do Edifício do TST.



Galeria de Presidentes do TST





Alunos-Juizes participam da cerimonia de aposição da foto do Ministro Milton de Moura França



Cerimônia de aposição da foto do Ministro Milton de Moura França



Alunos-Juízes na cerimônia de aposição da foto do Ministro Milton de Moura França

Cerimônia de Formatura



Alunos-Juízes concluintes do 11.º CFI



Mesa de Honra da cerimônia de formatura do 11º CFI



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; Ministro José Roberto Freire Pimenta; Ministra Kátia Magalhães Arruda; Ministro Emmanoel Pereira; e Ministro Walmir Oliveira da Costa, membros do TST



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (TST), Vice-Diretor da ENAMAT; Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; e Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST



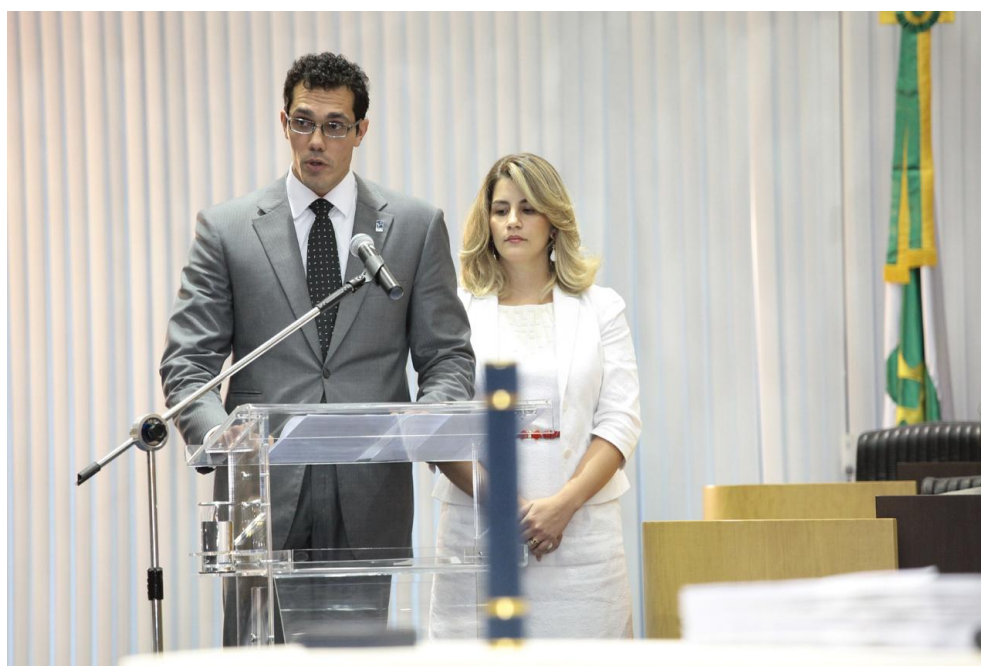
Alunos-Juízes concluintes do 11.º CFI



Cerimônia de formatura dos Alunos-Juízes do 11.º CFI



Juiz do Trabalho Substituto Maximiliano Pereira de Carvalho, TRT da 14.^a
Região-AC/RO, Orador



Juiz do Trabalho Substituto Maximiliano Pereira de Carvalho, TRT da 14.^a
Região-AC/RO, Orador



Juíza do Trabalho Substituta Aline Guerino Esteves,
TRT da 2.ª Região-SP, Oradora



Juiz do Trabalho Substituto Fabiano Gomes de Oliveira, TRT da 3ª Região-
MG, homenageando os Ministros do TST e Instrutores da ENAMAT, na
pessoa do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Juíza do Trabalho Substituta Rosilene da Silva Nascimento, TRT da 15.^a Região, Campinas–SP, homenageando os servidores da ENAMAT, na pessoa da Assistente da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica, Marizaura Augusto da Glória



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, fazendo a entrega do Certificado à Juíza do Trabalho Substituta Helena Honda Rocha, TRT da 3.^a Região–MG



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, homenageando o Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT, com o Certificado e a Medalha Honra ao Mérito



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, homenageando o Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT, com o Certificado e a Medalha Honra ao Mérito



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, em seu discurso de encerramento do 11.º CFI



Alunos-Juizes concluintes do 11.º CFI



Alunos-Juizes concluintes do 11.º CFI acompanhados do Ministro Walmir Oliveira da Costa, Conselheiro da ENAMAT

12.º Curso de Formação Inicial

1.º a 26 de outubro



Participaram do 12.º Curso de Formação Inicial da ENAMAT 66 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1.ª Região (oito juízes); da 2.ª Região (vinte e dois juízes); da 3.ª Região (onze juízes); da 5.ª Região (um juiz); da 6.ª Região (uma juíza); da 14.ª Região (uma juíza); da 16.ª Região (oito juízes); da 19.ª Região (seis juízes); da 21.ª Região (uma juíza); da 23.ª Região (seis juízes); e da 24.ª Região (cinco juízes).

A luta pela erradicação dos trabalhos escravo e infantil no País e a campanha para a prevenção de acidentes no trabalho constituíram a tônica dos discursos de abertura do 12.º Curso de Formação Inicial para os Alunos-Juízes e as autoridades presentes à Cerimônia de Abertura.

A cerimônia contou com a presença da Ministra de Estado Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; do Presidente do TST, Ministro João Oreste Dalazen; do Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga; e de Ministros do TST e autoridades convidadas.



Mesa de Honra

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, falou aos alunos sobre a importância do Curso de Formação Inicial, destacando que seu principal objetivo é fornecer respostas às indagações e angústias vivenciadas pelos magistrados na árdua tarefa de julgar. *“Vivenciamos um momento que exige de nós, magistrados, respostas rápidas e bem elaboradas. Nesse sentido, a Escola Nacional colabora para que o juiz esteja preparado para oferecer à sociedade uma justiça célere e moderna”.*



Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Ministra de Estado Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Presidente do TST, falou aos novos magistrados sobre a campanha iniciada pelo Tribunal para prevenção e diminuição do número de acidentes de trabalho, bem como frisou a importância da união de todos no combate ao trabalho em condições análogas a de escravos e ao trabalho infantil.

O Presidente deu as boas-vindas aos novos colegas, exaltando o fato de que estes ingressam na magistratura trabalhista “em um momento histórico de inovação e renovação, uma aurora da revolução tecnológica e cultural, de responsabilidade socioambiental, que tem início com a implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho”.



Participantes da Aula Inaugural do 12.º CFI



Alunos-Juizes e demais participantes da Aula Inaugural do 12.º CFI



Alunos-Juizes na Aula Inaugural do 12.º CFI

Aula Inaugural



A aula inaugural foi conduzida pela Ministra de Estado Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que abordou o tema *Os Direitos Humanos e o Trabalho no Brasil*.

Ela destacou a importância do papel da Escola Nacional na preparação de novos juizes e no aperfeiçoamento contínuo dos magistrados ao longo da carreira.

A Ministra chamou a atenção dos Alunos-Juízes sobre os seus papéis, enquanto magistrados trabalhistas, de partícipes na luta contra as duas chagas sociais que impedem o pleno desenvolvimento cultural e econômico do País: o trabalho escravo e o trabalho infantil.

Falou da política da Presidente da República, Dilma Roussef, de criação de novas frentes de trabalho formais e da conseqüente diminuição do índice de pobreza.

Destacou, também, a importância dos tribunais do trabalho na defesa dos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos.

Atividade de Integração

Instrutores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT

Gestores e Servidores da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

Apresentação da Escola

Os Alunos-Juízes foram apresentados à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENAMAT e receberam explicações sobre a participação no 12.º CFI, de acordo com a seguinte programação:

- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional
- Cronograma dos Blocos Presenciais e do Bloco a Distância (EAD-AI-PJe)
- Orientações sobre frequência e aproveitamento
- Distribuição de material didático
- Visita às instalações
- Orientações sobre hospedagem
- Orientações sobre transporte
- Orientações sobre segurança
- Orientações sobre refeições
- Informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica

A Importância da Formação Profissional para os Magistrados

A respeito desse tópico, buscou-se que os participantes viessem apoiar a formação inicial e continuada para aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente.



Alunos-Juizes participam de aula sobre A Importância da Formação Profissional para os Magistrados

Disciplinas e Professores

➤ Tecnologias Aplicadas à Magistratura

Sistema de Julgamento das Sessões do TST (Preparação para Estágios)

Professor:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST), Diretor da ENAMAT

Assistente:

Welington Samuel da Silva Monteiro, Coordenador de Suporte Técnico aos Usuários (TST)



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e Welington Samuel da Silva Monteiro, Coordenador de Suporte Técnico aos Usuários (TST)

➤ **Laboratório Judicial**

Oficina de Decisão Processual — Parte I

Professoras:

Juíza do Trabalho Inajá Oliveira de Borba, TRT da 4.^a Região–RS
(aposentada)

Juíza Titular de Vara do Trabalho Elke Dóris Just, 21.^a VT de Brasília–
DF



Juíza Titular de Vara do Trabalho Elke Dóris Just e Juíza do Trabalho Inajá Oliveira de Borba



Alunos-Juízes participam de Oficina de Decisão Processual

➤ Temas Contemporâneos de Direito

Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho

Professora:

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST

➤ Técnica de Instrução Trabalhista

Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho

A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Orais

Professor:

Desembargador Márcio Túlio Viana, TRT da 3.^a Região (aposentado)

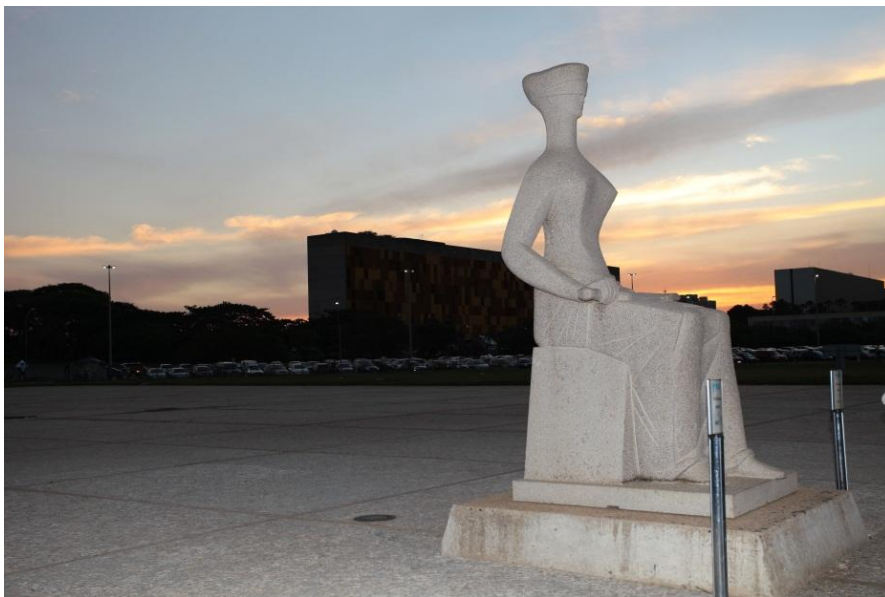


Desembargador Márcio Túlio Viana

➤ **Sessão do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal – STF**

Os Alunos-Juizes realizaram, em dois grupos (A e B), atividades supervisionadas em sessão do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, para adquirir e desenvolver a competência de integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional, com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção.

➤ **Sessão do Tribunal Pleno – STF
(Grupo A)**



Supremo Tribunal Federal – escultura *A Justiça*, de Alfredo Ceschiatti



Alunos-Juizes no STF – Grupo A



Alunos-Juízes em frente ao Palácio da Justiça (STF) – Grupo A

➤ **Sessão do Tribunal Pleno – STF
(Grupo B)**



Alunos-Juízes no STF – Grupo B



Alunos-Juízes no STF – Grupo B

➤ **Disciplina: Laboratório Judicial**

Oficina de Instrução Processual – Parte I

Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

Cogestão e Inovação Judiciária na Direção Processual

Dinâmica Social Aplicada na Direção Processual

Prática de Argumentação Jurídica Judiciária em Processo Instrutório

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC

Juíza Titular de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, 4.^a VT de Aracaju–SE



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí-SC



Alunos-Juízes em atividade de Instrução Processual



Alunos-Juízes atuam na Oficina de Instrução Processual



Alunos-Juizes exercitam instrução processual



Alunos-Juizes participam de Oficina de Instrução Processual



Alunos-Juizes realizam atividade prática de Instrução Processual



Alunos-Juizes em Oficina de Instrução Processual

No terceiro e no quarto dia de aula, os Alunos-Juizes do 12.º Curso de Formação Inicial foram divididos em duas turmas. Um grupo foi assistir a uma sessão do Tribunal Pleno no Supremo Tribunal Federal (STF) e o outro permaneceu nas dependências da escola para participar do laboratório judicial.

O tema do laboratório foi Oficina de Instrução Processual, ministrado pelos Juizes Titulares de Varas do Trabalho Ricardo Córdova Diniz e Flávia Moreira Guimarães Pessoa. Os alunos puderam treinar técnicas de interrogatório e de conduta em audiências de instrução. Durante os laboratórios, os novos juizes participaram de audiências trabalhistas simuladas, sob a orientação de instrutores, em que foram reproduzidas situações e incidentes cotidianos da prática do juiz do trabalho.

Os alunos também puderam analisar e debater as modernas estratégias e procedimentos para tornar mais célere e eficiente as perícias judiciais, as inspeções judiciais e a tramitação dos processos trabalhistas.

Opinião das alunas



Ana Terezinha de França Martins (2.^a Região): “O laboratório foi uma experiência importante, onde pude vivenciar situações que acontecem de fato no dia a dia forense. É uma oportunidade para me preparar para o início efetivo da judicatura. Até o momento, já conduzi audiências tuteladas. A partir do curso da ENAMAT já irei atuar de forma independente”.



Rebeca Cruz Queiroz (2.^a Região): “Muito interessante a experiência com o laboratório. Foram simuladas situações rotineiras que acontecem nas audiências, onde foi possível analisar as reações das partes e de mim mesma, diante de situações inesperadas. O laboratório nos deu uma noção do que podemos enfrentar”.



Juliana Dejavite dos Santos (2.^a Região): “A experiência com o laboratório se mostrou muito interessante porque refletiu bem o que ocorre na prática, na hora da audiência, como, por exemplo, os requerimentos feitos pelos advogados e os incidentes que surgem e exigem respostas rápidas do juiz. Foi importante também que trabalhamos junto com três juizes, com visões de regiões diferentes, que nos deram dicas de como agir diante de diversas situações”.

➤ **Efetividade da Execução Trabalhista**

Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista

Limites da Atuação do Juiz na Execução

Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução (CNDT)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Athayde Chaves, 2.^a VT de Natal–RN e Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ (Coordenador)

Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, 2.^a VT de Paulínia–SP



Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Athayde Chaves, 2.^a VT de Natal–RN e Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ, e Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, 2.^a VT de Paulínia–SP



Alunos-Juízes participam de aula sobre Efetividade da Execução Trabalhista



Alunos-Juízes em atividade de estudo sobre o tema Efetividade da Execução Trabalhista

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (3 horas-aula)**

Desafios do Combate ao Trabalho Degradante

Mesa-redonda

Coordenador:

Ministro Lelio Bentes Corrêa (TST)

Participantes:

Doutor Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho.

Doutor José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da CONATRAE

Padre Ricardo Rezende Figueira, Doutor em Antropologia e Sociologia, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ. Fundador do Movimento Humanos Direitos (MHuD – RJ)



Padre e Professor Ricardo Rezende Figueira; Doutor Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho; Ministro Lelio Bentes Corrêa, coordenador da mesa-redonda; e Doutor José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da CONATRAE

Os desafios do combate ao trabalho degradante foi o tema da mesa-redonda coordenada pelo Ministro Lelio Bentes Corrêa, realizada no dia 5 de outubro, como parte integrante do 12.º Curso de Formação Inicial (CFI) da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.

Participaram da mesa-redonda o Procurador do Trabalho Jonas Ratier Moreno, Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT); o Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), José Armando Fraga Diniz Guerra; e o Padre Ricardo Rezende Figueira, Doutor em Antropologia e Sociologia, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ.

O Padre Ricardo Figueira fez uma abordagem do trabalho escravo no Brasil, da época imperial à colonização, da cultura escravagista que se iniciou com os índios e se estendeu aos negros e, mais tarde, à exploração da mão de obra barata nas fazendas, particularmente nas produções cafeeiras e de cana-de-açúcar.

O Coordenador da Conatrae fez uma contextualização socioeconômica do trabalho escravo no Brasil, deu conceitos sobre trabalho degradante e falou sobre a atual realidade do País, na qual ainda é possível encontrar trabalhadores laborando em condições análogas às de escravo. Tratou sobre trabalhos forçados, jornadas exaustivas, restrição à locomoção de empregados e endividamentos de trabalhadores.

O Procurador do Trabalho Jonas Moreno discorreu sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho, destacando que até 2010 mais de 2.800 trabalhadores haviam sido resgatados da condição de escravos. Ele destacou a importância de uma ação conjunta, com diversos setores da sociedade, para o combate desse mal que ainda hoje perdura, não só no campo, mas também na cidade.

Ao abordar o tema, o Ministro Lelio Bentes Corrêa falou sobre as convenções internacionais de proteção ao trabalhador e do papel do magistrado trabalhista em defesa da dignidade da pessoa humana. Comentou, também, sobre as decisões do TST que tratam do assunto, conclamando os novos juízes para que se engajem na luta contra o trabalho em condições análogas à de escravo que ainda existe no Brasil.



Padre e Professor Ricardo Rezende Figueira; Doutor Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho; e Ministro Lelio Bentes Corrêa (TST), Coordenador da mesa-redonda



Ministro Lelio Bentes Corrêa (TST), Coordenador da mesa-redonda, e José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da CONATRAE



Alunos-Juízes do 12.º CFI participam de mesa-redonda

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

O Sistema Recursal e a Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais

Professor:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)

O sistema recursal e a uniformização da jurisprudência nos Tribunais foram os assuntos da aula proferida pelo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho aos 70 Alunos-Juízes do 12.º CFI.

Durante duas horas, a aula expositiva do Ministro tratou da importância do TST como instância uniformizadora da jurisprudência, exercendo seu papel de “Preservação da Autoridade da Lei Federal”. Ele lembrou aos Alunos-Juízes que os magistrados de primeira instância, ao proferirem suas sentenças, são os criadores da jurisprudência.



Alunos-Juízes participam de aula sobre O Sistema Recursal e a Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais

➤ **Sistema Judiciário (2 horas-aula)**

Visão Sistêmica da Profissão do Juiz: Inserção Administrativo-Funcional do Juiz Substituto

Visão Institucional da Justiça Laboral: o Judiciário e a Sociedade

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann, 27.ª VT de Porto Alegre–RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann, 27.ª VT de Porto Alegre–RS

➤ **Morfologia do Trabalho e da Produção (2 horas-aula)**

Novas Morfologias do Trabalho

Políticas do Trabalho na Era da Globalização

Mesa-redonda:

As Morfologias Atuais do Trabalho e da Produção e as Políticas do Trabalho

Coordenador:

Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST)

Participantes:

Professor Doutor Giovanni Antonio Pinto Alves (UNESP)

Professora Doutora Norma Sueli Padilha (UNISANTOS e UFMS)



Professor Doutor Giovanni Antonio Pinto Alves (UNESP); Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST), coordenador da mesa-redonda; e Professora Doutora Norma Sueli Padilha (UNISANTOS e UFMS)



Professor Doutor Giovanni Antonio Pinto Alves (UNESP)

Morfologia do trabalho e da produção foi o tema da mesa-redonda realizada no dia 8 de outubro. A mesa, coordenada pelo Ministro do TST Augusto César Leite de Carvalho, contou com a participação do Professor Doutor Giovanni Antonio Pinto Alves, da UNESP, e da Professora Doutora Norma Sueli Padilha, da UNISANTOS e UFMS.

As discussões abordaram dois tópicos principais: as *Novas morfologias do trabalho* e as *Políticas do trabalho na era da globalização*. O objetivo proposto foi conhecer os elementos do trabalho e da produção como determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos.

O professor Giovanni Alves discorreu sobre as transformações sofridas no ambiente profissional, devido ao advento tecnológico e à conectividade existente dentro e fora das empresas. A informalidade e a alta rotatividade dos empregados, problemáticas ainda existentes no País, também foram temas de debate. O professor destacou também as condições sociais que influenciam no desempenho dos trabalhadores.

A professora Norma Padilha, por sua vez, realizou abordagem sobre o equilíbrio no ambiente de trabalho. Segundo ela, esse é um direito fundamental do ser humano, e não deve se restringir apenas ao contrato de efetivação, sendo imprescindível transpor a lei com políticas que visem a soluções concomitantes para trabalhadores, empresas e meio ambiente.

O Ministro Augusto César sintetizou as exposições, destacando que as ações discutidas corroboram a construção de melhores condições de trabalho e que a presença da Justiça deve ser atuante. O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, assistiu à palestra junto com os alunos-juízes e realizou sorteio do livro *Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro*, escrito pela professora Norma Sueli Padilha.



Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST), coordenador da mesa-redonda; e Professora Doutora Norma Sueli Padilha (UNISANTOS e UFMS)

➤ Linguagem Jurídica (5 horas-aula)

Professor:

Adalberto José Kaspary



Professor Adalberto José Kaspary

O professor de Linguagem Jurídica e advogado Adalberto José Kaspary, formado em Letras Clássicas (latim, português e grego), ministrou no dia 9 de outubro, palestra sobre os principais tópicos da linguagem jurídica.

Os alunos-juízes receberam uma lista de exercícios formulados pelo palestrante e resolveram problemas relacionados a sintaxe, novo acordo ortográfico, pontuação, semântica e coesão textual, entre outros. Durante a aula, os magistrados dirimiram dúvidas com o professor e receberam referenciais teóricos.

O professor se mostrou muito à vontade durante a palestra, falou dos erros cotidianos da prática dos magistrados e alertou os novos juízes para a escrita jurídica, que tem nuances específicas.

➤ **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte II

Professoras:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF

Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt – 3.^a VT de Juiz de Fora–MG e Conselheira da ENAMAT



Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt – 3.^a VT de Juiz de Fora–MG e Conselheira da ENAMAT, e Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, 14.^a VT de Brasília–DF



Alunos-Juizes participam de Oficina de Decisão Processual

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (8 horas-aula)**

Seminário – Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho

Os 70 Alunos-Juizes do 12.º Curso de Formação Inicial participaram nos dias 9, 10 e 11 de outubro, do *Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho*, no Plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O seminário foi realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em conjunto com o TST. O objetivo foi promover o debate com a sociedade sobre a problemática da exploração do trabalho infantil, que envolve, hoje, mais de 3,6 milhões de crianças e adolescentes em todo o País.

O evento foi dirigido a autoridades dos três poderes da União, advogados, acadêmicos e organizações não governamentais. Foram discutidos, entre outros, o trabalho infantil doméstico, esportivo e artístico, além da competência para autorizar o trabalho de menores de 14 anos.



Mesa de Honra



Participantes do Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho



Alunos-Juizes da ENAMAT participam do Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho



Alunos-Juizes da ENAMAT no Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho

➤ **Teoria Geral do Juízo Conciliatório (4 horas-aula)**

Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

Professora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte–MG

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (3 horas-aula)**

O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT)

Aspectos Gerais da Ferramenta do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT)

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT e Membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva,
Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT

O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho foi o tema da aula do Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT.

A aula expositiva tratou de aspectos gerais da ferramenta do PJe e das funcionalidades do sistema. O Juiz Alexandre Silva abordou questões importantes nesse período inicial de implantação do processo eletrônico. Segundo ele, é de vital importância a aplicação de um programa de capacitação bem estruturado, objetivando a relocação e treinamento de servidores para lidar com a nova realidade tecnológica.

“O medo do novo gera insegurança, que aumenta com a velocidade da mudança”, disse o Juiz. Por isso, é necessário que se faça uma gestão desse processo. Para tanto, foram criados grupos de implantação regional com a finalidade de coordenar a gestão da mudança do processo físico pra o virtual. “Uma Justiça que visa à proteção dos direitos sociais tem que ter a preocupação de adotar uma política de valorização do ser humano nesse momento de transição”, completou.

Ele falou ainda das facilidades que as ferramentas do PJe trarão aos magistrados, gerando economia de tempo e de recursos públicos, mas tratou também das

dificuldades que poderão enfrentar, em termos de manutenção do sistema, segurança, suporte e adequações constantes, bem como da necessidade de alimentação da base de informações.

Outro destaque na exposição do juiz Alexandre foi a importância de um serviço de comunicação eficiente, não só para o público interno, que deverá estar bem informado sobre as funcionalidades do sistema, mas também para o público externo. Nesse aspecto, disse ele, toda a mídia deverá ser utilizada de modo que a população tome conhecimento, de forma adequada, das vantagens advindas do PJe na Justiça do Trabalho.

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista

Professora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista



Alunos-Juizes em oficina de conciliação judicial trabalhista – Grupo I

A Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista teve por objetivo orientar os novos Juizes sobre como realizar, com ética e eficiência, a solução de conflitos por meio da conciliação. Foram utilizadas dinâmicas de grupo com estudo de casos específicos e simulações.

A Oficina de Decisão Processual visou adaptar os magistrados às alterações de fatos, valores e normas de seu contexto espacial e temporal de atuação, simulando despachos e decisões em casos cotidianos, inclusive de situações de urgência. A Oficina de Práticas das Funcionalidades do PJe/JT apresentou as principais ferramentas disponíveis pelo sistema para que os novos juizes pudessem treinar no ambiente virtual.

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte IV

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, 2.^a VT de Recife–PE

Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro, 7.^a VT de Florianópolis–SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, 2.^a VT de Recife–PE, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro, 7.^a VT de Florianópolis–SC



Alunos-Juízes em Oficina de Decisão Processual — Grupo II

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (4 horas-aula)**

Oficina – Prática das Funcionalidades do PJe/JT

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT e Membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT
Juiz do Trabalho Substituto Lindinaldo Silva Marinho, TRT da 13.^a Região–PB



Alunos-Juizes em oficina – prática das funcionalidades do PJe/JT – Grupo III

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (3 horas-aula)**

Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social

Professora:

Jornalista Patrícia Silva de Resende, Assessora-Chefe de Comunicação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)



Jornalista Patrícia Silva de Resende, Assessora-Chefe de Comunicação do CSJT



Alunos-Juizes participam de aula sobre Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social

Como se portar diante das câmeras? Qual a melhor forma de se vestir para aparecer bem na TV? Como conduzir uma entrevista e como responder perguntas embaraçosas dos repórteres? Essas e outras questões foram apresentadas na disciplina *Relacionamento do magistrado com os meios de comunicação social*, ministrada pela jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento, Assessora-Chefe de Comunicação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Em um clima descontraído e com apoio de vídeos exemplificativos, a jornalista deu informações aos juizes e extraiu dúvidas sobre a forma de proceder no contato diário com a imprensa.

O importante papel da assessoria de imprensa nos Tribunais, gestão de crise na instituição, como eleger e treinar o porta-voz, qual a linguagem adequada para falar com os jornalistas, como funcionam os jornais, as revistas, as rádios e a TV e a importância das redes sociais foram alguns dos temas abordados pela jornalista.

Um dos assuntos que chamou a atenção dos alunos foi a apresentação dos principais erros cometidos por autoridades no momento da entrevista. Nesse aspecto, os pontos destacados foram: não desligar o celular, desatenção a questões técnicas e apresentação de um porta-voz despreparado. O relacionamento entre o Judiciário e a Imprensa também foi destaque na exposição.

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista

Professora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini, 35.^a VT de Belo Horizonte–MG



Alunos-Juízes em Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Grupos II e III

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (4 horas-aula)**

Oficina – Prática das Funcionalidades do PJe/JT

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho José Hortêncio Ribeiro Júnior, TRT da 23.^a Região–MT

Juiz do Trabalho Substituto Fabiano de Abreu Pfeilsticker , TRT da 3.^a Região



Alunos-Juízes em oficina – Prática das Funcionalidades do PJe/JT – Grupo I

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (2 horas-aula)**

O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional

O Juiz e a Função Corregedora

Professor:

Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, falou aos 70 Alunos-Juizes do 12.º CFI, sobre o tema *O Juiz e a Função Corregedora*.

O Ministro discorreu sobre a importância do trabalho de correção e falou das dificuldades enfrentadas no exercício da função. Ele destacou que é necessário desmistificar o papel do corregedor: “A função do corregedor é de colaborar, somar esforços, não de punir”.

O Corregedor-Geral lembrou que o Juiz Titular deve ser o primeiro corregedor da Vara, fiscalizando se os serventuários estão cumprindo com suas obrigações. “Embora essa seja uma função de colaboração, e não meramente punitiva, não significa que devemos ser lenientes com as faltas funcionais graves”, destacou o Ministro.

Aos 32 anos de magistratura, com muita experiência a compartilhar, o Ministro Levenhagen contou algumas passagens de sua vida profissional e assinalou o quão gratificante é o papel de juiz, lembrando, no entanto, que ao decidir, sempre alguém ficará insatisfeito. “Mas o bom mesmo é poder chegar até aqui, com a consciência do dever cumprido, e poder dizer: combati o bom combate”.



Alunos-Juizes participam de aula sobre Deontologia Profissional Aplicada

➤ **Disciplina: Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte IV

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, 2.^a VT de Recife–PE

Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro, 7.^a VT de Florianópolis–SC



Alunos-Juizes em Oficina de Decisão Processual – Grupos I e III

➤ **Teoria Geral do Processo Eletrônico (4 horas-aula)**

Oficina – Prática das Funcionalidades do PJe/JT

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT e Membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT

Juiz do Trabalho Substituto Cleber Martins Sales, TRT da 18.^a Região



Alunos-Juizes em oficina – Prática das Funcionalidades do PJe/JT – Grupo II

➤ **Técnica de Decisão Judicial (2 horas-aula)**

Lógica da Decisão Judicial – a Técnica da Sentença Trabalhista

Professor:

Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT



Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST), Conselheiro da ENAMAT

Na aula que proferiu aos Alunos-Juizes do 12.º CFI, o Ministro Walmir Oliveira da Costa abordou, por duas horas, as técnicas utilizadas na construção da sentença trabalhista. O objetivo dessa aula foi fornecer aos alunos subsídios de como elaborar atos decisórios fundados em raciocínios logicamente estruturados.

O Ministro Walmir apresentou aos alunos um roteiro pormenorizado para a formação da sentença, que inclui relatório; fundamentação; ordem de precedência de questões ditadas pela prejudicialidade; ponto ou fundamento; questões preliminares, prejudiciais e de mérito; e formação, execução e extinção do contrato individual do trabalho.



Alunos-Juizes participam de aula sobre Lógica da Decisão Judicial – a Técnica da Sentença Trabalhista

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Estado do Bem-Estar Social e Direito do Trabalho

Professor:

Ministro Maurício Godinho Delgado (TST)



Ministro Maurício Godinho Delgado (TST)

A estreita correlação entre o Estado do Bem-Estar Social e o Direito do Trabalho foi o tema abordado na aula conduzida pelo Ministro Maurício Godinho Delgado.

O Ministro iniciou sua explanação falando do surgimento do Direito do Trabalho como uma conquista advinda das lutas sociais. Nesse aspecto, tratou da importância dos atos e fatos que deram origem ao Direito Coletivo, que “impactaram de forma efetiva na vida humana, mais até que os temas estritamente individuais”.

A significância do Direito do Trabalho na formação do Estado de bem-estar social pode ser observada, segundo o Ministro, na própria Constituição da República – dos ramos do Direito, é o que mais possui dispositivos na Carta Magna.

O Estado de bem-estar social, disse ele, é formado pelo conjunto de bens, valores e serviços importantes que não devem ser mercantilizados. Citou, como exemplos, a saúde, a educação, o lazer, a previdência social e o trabalho, este último como “instrumento sábio de assegurar inserção cultural, econômica e política ao ser humano”.

A lógica do Direito do Trabalho – destacou o Ministro Godinho – é exercer o papel fundamental de conquista e garantia de dignidade ao ser humano, promovendo a real inclusão social. “O Direito do Trabalho exerce um papel cardeal de democratização social”, enfatizou.

O Ministro fez, ainda, um relato, com base no Direito Comparado, sobre as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores na Europa, ao longo do tempo, e sobre as lutas em prol dos direitos sociais no Brasil.

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

Relacionamento do Magistrado com a Sociedade

Mesa-redonda:

Trabalho, Justiça e Cidadania: o Juiz-Cidadão e o Cidadão-Juiz

Coordenador:

Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (TST)

Participantes:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Gustavo Fontoura Vieira, 1.^a VT de Santa Maria–RS

Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto, VT de Gurupi–TO



Juiz Titular de Vara do Trabalho Gustavo Fontoura Vieira, 1.ª VT de Santa Maria–RS; Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (TST), Coordenador da mesa-redonda; e Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto, VT de Gurupi–TO



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto, VT de Gurupi–TO

➤ **Psicologia Judiciária Aplicada (3 horas-aula)**

As Expectativas Individuais e Sociais no Litígio Trabalhista

A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas

Subjetividade do Juiz Laboral (Emoção e Razão)

Professor:

Ministro Gelson de Azevedo (TST) – aposentado



Ministro Gelson de Azevedo



Alunos-Juizes participam de aula sobre Psicologia Judiciária Aplicada

O Ministro Gelson de Azevedo, aposentado há cinco anos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministrou aula de Psicologia Judiciária Aplicada, na manhã do dia 19 de outubro.

O magistrado, com a vivência de 32 anos na Justiça do Trabalho, falou sobre as expectativas individuais e sociais no litígio trabalhista, a subjetividade do juiz laboral na relação razão *versus* emoção e a judicialização dos atuais sintomas nas demandas trabalhistas.

Ele alertou para o excesso de vaidade na função “altamente meritória do magistrado”, lembrando aos Alunos-Juizes que eles lidarão com seres humanos, dotados de problemas, e não com personagens. Destacou que a perda da personalidade corresponde “ao ato de hipotecar a alma aos desígnios humanos”, e reforçou que o amadurecimento ocorre naturalmente, sem o exercício da soberba. O Ministro falou, ainda, a respeito da importância dos vínculos afetivos e emocionais familiares e da dificuldade do magistrado de tirar a toga ao chegar em casa.

No tocante às demandas trabalhistas, disse que o Juiz não lida com verdades, e sim com a formação de versões, por meio da eliminação de divergências do ponto probatório. “A verdade já passou, e não volta. Sobra apenas o uso do senso comum e lógico, dos mecanismos do critério de razoabilidade, junto aos sensoriais, que nos aponta o certo e o errado na atuação da concretude, resultando na sentença”.

O Ministro destacou a relevância dos papéis desempenhados pelos demais servidores do sistema processual judiciário, mostrando que o melhor caminho é o do entendimento e do respeito para com a humanidade.

Alertou, ainda, sobre o uso de palavras inadequadas, desnecessárias ou extravagantes na elaboração das sentenças, o que denominou de “expressões utópicas generalizantes”, tais como: rainha das provas, remédio processual, prova insofismável, divisor de águas e prova robusta, entre outras, e falou acerca do uso exagerado do latim em detrimento da língua pátria.

“A magistratura é uma carreira maravilhosa, não estrague isso por escolha própria. A concorrência é natural e deve ser estimuladora à carreira. Sem soberba, com atuação voltada para a Instituição. Somos únicos na nossa individualidade”.

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (2 horas-aula)**

As Relações com outros Profissionais

Mesa-redonda:

A Relação entre os Profissionais na Justiça do Trabalho

Coordenador:

Ministro Emmanoel Pereira (TST), Conselheiro da ENAMAT

Participantes:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Renato Henry Sant'Anna, Presidente da ANAMATRA

Doutor Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Subprocurador-Geral do Trabalho (MPT)



:

Doutor Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Subprocurador-Geral do Trabalho (MPT);
Ministro Emmanoel Pereira (TST), Conselheiro da ENAMAT, Coordenador da mesa-redonda; e Juiz
Titular de Vara do Trabalho Renato Henry Sant'Anna, Presidente da ANAMATRA;

As relações com outros profissionais quando do exercício da magistratura foi o tema da mesa-redonda do dia 19 de outubro, coordenada pelo Ministro Emmanoel Pereira, membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

Participaram como conferencistas o Juiz Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), e o Subprocurador do Trabalho Rogério Rodriguez Fernandez Filho. O objetivo com a abordagem do tema foi alertar sobre respeito recíproco, escuta ativa e debate produtivo com os demais sujeitos intervenientes na jurisdição, tais como partes no processo, outros juízes, advogados, procuradores e servidores.

O representante da ANAMATRA discorreu sobre o relacionamento dos juízes com os advogados. Falou que as principais queixas que chegam à Associação dizem respeito a questões como: despreparo técnico de alguns profissionais; troca de advogados por grandes empresas (“terceirização”); falta de comprometimento com a solução mais adequada à causa; petições longas e pouco objetivas; agressividade e falta de polidez. Entretanto, destacou que, na imensa maioria dos casos, o relacionamento é muito cordial e respeitoso entre juízes, advogados e procuradores.

O Subprocurador do Trabalho enfatizou o bom relacionamento dos membros do Ministério Público com magistrados e tratou do conflito de competência em ações civis públicas e da falta de um Código de Ética específico para as Procuradorias. Ele explicou o papel do representante do MPT, ao lado do Juiz, nas audiências, e destacou casos exemplificativos em sua atuação ao longo da carreira.

O Ministro Emmanoel, por sua vez, oriundo da advocacia, tratou da importância de um bom relacionamento entre os magistrados e os advogados, assinalando que o Juiz deve estar acessível, na medida do possível, para receber de forma respeitosa advogados e partes, bem como salientou que, para conduzir bem as audiências e saber definir com quem está o direito, o magistrado deve despir-se de soberba e trabalhar em prol do bem-estar social.

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Os Crimes contra a Administração da Justiça e a Atuação do Juiz do Trabalho

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, 1.^a VT de Taubaté–SP



Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, 1.^a VT de Taubaté–SP

➤ **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (3 horas-aula)**

Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito

Hermenêutica Constitucional e Concretização em Júízo dos Direitos Fundamentais Sociais

Professor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta (TST)



Ministro José Roberto Freire Pimenta (TST)

O Ministro José Roberto Freire Pimenta abriu a última semana do 12.º Curso de Formação Inicial com a aula sobre *Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais*.

O Ministro levou para debate aos 70 alunos-juízes temas importantes e polêmicos que permeiam o Direito do Trabalho, tais como revista íntima de empregados, uso de correio eletrônico corporativo, restrição ao uso de banheiro, lista negra, discriminação de portadores do vírus HIV, namoro entre empregados e aplicação de justa causa de forma indiscriminada.

Ele apresentou quatro casos emblemáticos, de soluções difíceis e controvertidas, para avaliação dos novos magistrados. Em cada um, mostrou as questões divergentes na Corte Superior Trabalhista e os resultados das decisões, com as devidas fundamentações. Alguns dos casos abordados, que chegaram a ser destaques na mídia nacional, dividiram opiniões também entre os alunos.

O dano moral, questão atual e muito recorrente nas ações que chegam ao TST, também foi destaque na aula do Ministro José Roberto Freire Pimenta. Ele deu exemplos de casos que tratam desse tema específico e mostrou como vem se firmando a jurisprudência na Corte Superior.

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte II

(Grupo A)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC



Alunos-Juizes participam de Oficina de Instrução Processual – Grupo A



Alunos-Juizes exercitam Instrução Processual– Grupo A



Alunos-Juízes na Oficina de Instrução Processual – Grupo A



Alunos-Juízes são orientados na Oficina de Instrução Processual – Grupo A



Oficina de Instrução Processual – Grupo A

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

Gestão Processual de Vara do Trabalho

Cogestão e Inovação Judiciária

Gestão de Recursos Materiais da Vara do Trabalho

(Grupo B)

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, 2.^a VT de Gramado–RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

Gestão de pessoas em Vara do Trabalho

Gestão de pessoas como instrumento de qualidade de vida nas Varas do Trabalho

(Grupo B)

Professora:

Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, TRT da 12.^a Região



Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, TRT da 12.^a Região

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (3 horas-aula)**

Código Ético do Magistrado

Professor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)



Aluna-Juíza Daniela Machado Carvalho, do TRT da 19ª Região, sorteada com um livro, e Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)

O Código Ético do Magistrado foi o tema da aula do dia 23 de outubro, conduzida pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho. O tema integra a matéria Deontologia Profissional Aplicada.

Em sua explanação sobre os preceitos éticos fundamentais, o Ministro destacou as quatro virtudes idealizadas pelo filósofo grego Platão: a prudência (decisão em acordo com o Direito, com base na inteligência); a fortaleza (controle do medo); a temperança (controle do desejo, moderação, autodomínio e vivência da humildade) e a Justiça (matéria prima do Direito). Segundo o Ministro, esses mandamentos, nessa sequência, caracterizam a Justiça Social como fonte de direitos e deveres mútuos e retiram os obstáculos no entendimento da ação.

O Ministro Ives salientou que ter ética é agir com respeito ao direito dos outros e que o objetivo da Justiça é a paz: “o juiz ideal pacifica a sociedade e se sente realizado na consecução desse objetivo”, disse ele. Acrescentou que a capacidade técnica nunca se encerra e que o aprendizado é constante. Nesse sentido, ressaltou o lema da ENAMAT: “Onde a Justiça vai à Escola”.

Ele encerrou a aula com uma alusão ao pensamento do padre francês Georges Chevrot: “Os prazeres são para os sentidos; as alegrias, para o coração; mas a felicidade é só para a consciência”. E completou: “os bens materiais nos trazem prazeres; os imateriais, alegrias; mas apenas a consciência do dever cumprido, da missão realizada, do sentido da própria existência é capaz de proporcionar esse sentimento de plenitude”.

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte II

(Grupo B)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, 3.^a VT de Itajaí–SC



Alunos-Juízes participam de Oficina de Instrução Processual – Grupo B



Alunos-Juízes em atividade de aprendizagem de Instrução Processual– Grupo B

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

Gestão processual de Vara do Trabalho
Cogestão e inovação judiciária
Gestão de recursos materiais em Vara do Trabalho

(Grupo A)

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 2ª VT de Gramado–RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho

Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho

(Grupo A)

Professora:

Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, TRT da 12.^a Região–SC



Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, TRT da 12.^a Região–SC

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Responsabilidade Civil

Professor:

Doutor Gustavo Tepedino, Professor Titular de Direito Civil da UERJ



Doutor Gustavo Tepedino

➤ **Laboratório Judicial (2 horas-aula)**

Oficina de Gestão Processual

Prática de Cogestão e Inovação Judiciária

Prática de Gestão Processual de Vara do Trabalho

Prática de Atos Administrativos em Vara do Trabalho

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, 2.^a VT de Gramado–RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze

➤ **Temas Contemporâneos de Direito (2 horas-aula)**

Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro

Professora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda (TST)



Ministra Kátia Magalhães Arruda (TST)

A Aplicação das Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Direito Brasileiro foi o tema da aula conduzida pela Ministra Kátia Magalhães Arruda.

A Ministra iniciou a aula com um breve histórico sobre a criação da OIT, em 1919, destacando sua finalidade primordial: a discussão sobre a melhoria das condições de trabalho no mundo. Ela falou também sobre a composição da Organização, que comporta, hoje, 185 países membros, incluindo o Brasil, e sobre sua estrutura, composta pela Conferência Internacional, pelo Conselho de Administração, pelo Escritório Internacional e pelos Órgãos de Controle.

Quanto aos órgãos de controle que compõem a OIT, a Ministra destacou a importância da atuação do Comitê de Liberdade Sindical e da Comissão de Peritos, composto por 20 juristas de notório saber jurídico, entre eles o Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa.

Os aspectos abordados pela Ministra Kátia Arruda foram: obrigações dos estados-membros, diferença entre convenções e recomendações, liberdade sindical, trabalhos forçados, discriminação, trabalho infantil e a declaração dos princípios fundamentais.

A Ministra trouxe para discussão com os Alunos-Juizes alguns casos que dizem respeito ao Direito do Trabalho no Brasil, em discussão na OIT, e outros assuntos de destaque internacional.

➤ **Tecnologias Aplicadas à Magistratura (3 horas-aula)**

Convênios Interinstitucionais e Efetividade da Jurisdição

Ferramentas de Informática para Uso do Juiz

Sistema de Julgamento das Sessões do TST (Preparação para Estágios)

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho, 4.^a VT de Brasília-DF

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira,
Secretário-Geral da Presidência do TST



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho, 4.ª VT de Brasília-DF



Alunos-Juízes participam de aula sobre Tecnologias Aplicadas à Magistratura

➤ **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte III

Professores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Elke Dóris Just, 21.^a VT de Brasília–DF

Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas, VT de Bacabal–MA



Juíza Titular de Vara do Trabalho Elke Dóris Just, 21.^a VT de Brasília–DF, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas, VT de Bacabal–MA



Alunos-Juízes em Oficina de Decisão Processual



Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas ministra Oficina de Decisão Processual



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Concluintes do 12.º CFI, professores e demais participantes da cerimônia de formatura



Alunos-Juízes do TRT da 1ª Região–RJ, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (ao centro)



Alunos-Juízes do TRT da 2ª Região–SP, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (ao centro, na 1.ª fileira)



Alunos-Juizes do TRT da 3ª Região–MG, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (ao centro)



Aluno-Juiz do TRT da 5ª Região–BA, acompanhado do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Aluna-Juíza do TRT da 6ª Região–PE, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Aluna-Juíza do TRT da 14ª Região–AC/RO, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Alunos-Juizes do TRT da 16ª Região–MA, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (ao centro)



Alunos-Juizes do TRT da 19ª Região–AL, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (ao centro)



Aluna-Juíza do TRT da 21ª Região–RN, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Alunos-Juízes do TRT da 23ª Região–MT, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (ao centro)



Alunos-Juízes do TRT da 24ª Região–MS, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (4.º da esquerda para a direita)



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, compõem a mesa de honra da solenidade de formatura



Magistrados participantes da cerimônia de formatura

Setenta Alunos-Juizes trabalhistas recém-empossados, representantes de 11 diferentes Regiões do Brasil, concluíram, no dia 26 de outubro, o 12.º Curso de Formação Inicial, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

A cerimônia de encerramento contou com a presença da Vice-Presidente do TST, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, do Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, de Ministros da Corte Superior Trabalhista e do Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT e coordenador do CFI, entre outras autoridades.

O Ministro Aloysio, em seu discurso, enfatizou a importância da função de julgador e do necessário investimento na formação da carreira. “O Magistrado não é um mero servidor qualificado do Estado. Como agente político e principal responsável pela prestação do serviço público de Justiça Social, ele é o depositário dos maiores valores de um Estado Democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.”

O Diretor da Escola Nacional assinalou que há coisas que os cursos de Direito não ensinam e que os concursos não avaliam, como técnicas de instrução, conciliação judicial, relacionamento com a mídia, administração judiciária de Vara e ética profissional aplicada. Da mesma forma, disse ele, existem outros muitos conhecimentos que, embora também possam ser teóricos, fazem sentido apenas como práticas concretas na profissão.

“Não custa lembrar que ser Juiz não significa apenas conhecer todos esses saberes, mas, acima de tudo, praticá-los no seu cotidiano com a ética diferenciada que faz dele o agente político essencial para a pacificação social”, destacou o Ministro.

Ele encerrou o discurso agradecendo a colaboração dos servidores e assinalando o quão gratificante é o sentimento de dever cumprido. “O talento, a inteligência e a experiência compartilhados por tantos instrutores somaram-se ao desejo dos Alunos-Juízes de naqueles buscarem fonte de conhecimento, de estímulo e mesmo de inspiração, para continuarem subindo os degraus dessa longa escada”. O Ministro lembrou, também, que o ensino não termina com o a Formação Inicial, “seguem-se a Formação Continuada e a Formação de Formadores”.

A maior recompensa pelas 149 horas de aulas práticas e teóricas que os alunos dedicaram ao longo do curso, disse o Ministro, “virá em proveito da própria sociedade, com Magistrados comprometidos com sua missão pública e conscientes de que nunca se passa da fase de apreender”.

A Vice-Presidente do Tribunal, emocionada com a cerimônia, ressaltou a importância da ENAMAT e das Escolas Judiciais na capacitação de magistrados, assinalando que as instituições que possuem os quadros mais qualificados de pessoal são aqueles que dispõem de escolas.

“A ENAMAT, no Curso de formação Inicial, deu valiosa contribuição com a transmissão de conhecimentos, e de outros tantos valores, especialmente no que diz respeito à postura do magistrado, com o saber ser e saber estar do juiz”.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, cumprimenta formanda do 12.º CFI



Concluintes do 12.º CFI e autoridades participantes da cerimônia de formatura



Oradores da turma de formandos do 12.º CFI: Juízes do Trabalho Substitutos Marcelo Marques, TRT da 16.ª Região, e Nágila Nogueira Gomes, TRT da 21.ª Região

Oradores

Os Juízes do Trabalho Substitutos Marcelo Marques (TRT da 16.ª Região) e Nágila Nogueira Gomes (TRT da 21.ª Região) foram escolhidos oradores da turma. Em nome dos colegas, agradeceram ao Ministro Aloysio, Diretor da ENAMAT, ao Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, aos professores e aos servidores da Escola Nacional pela convivência e aprendizado obtido no 12.º CFI.

“Fomos agraciados com a possibilidade de participar de uma escola para formação de magistrados, de ter o convívio diário com Juízes e sotaques das mais diversas regiões, de realizar troca de informações, de conhecer ídolos que se fizeram presentes na figura de expositores na função de repassar conhecimentos nesse período em que aqui permanecemos”, enfatizaram os oradores.

Nos discursos, assinalaram o final dessa etapa como uma vitória: “nesse momento, afirmamos nosso propósito de que a Justiça do Trabalho passa a contar com 70 novos juízes dedicados e comprometidos em dar o melhor que a Justiça Trabalhista pode dar à população. Juízes determinados a participar da construção de uma sociedade democrática, onde impera a justiça e a paz social”.

12.º CFI na avaliação dos Alunos-Juízes



Ana Luisa de Moraes Amorim Figueiredo (19.ª Região)

“Posso afirmar que o curso foi muito proveitoso, principalmente para mim, que tomei posse numa sexta-feira e na segunda já estava aqui fazendo-o. Portanto, ainda não me havia iniciado na jurisdição. Só agora, quando retornar é que vou começar com os trabalhos em audiência. O curso foi bom por nos permitir estar em contato com outras pessoas que já têm muito mais prática, abordando temas que serão importantes no desenvolvimento da carreira e que vamos levar por todo o exercício da magistratura.”



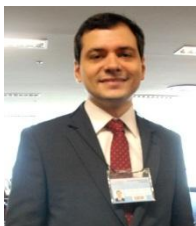
Eduardo José Matiota (2.ª Região)

“O curso da ENAMAT foi importante para nós porque abordou muitos aspectos práticos do dia a dia do juiz. O que achei mais interessante foi justamente a abordagem dessa questão prática, das oficinas de audiências, que nos prepararam bastante para as situações difíceis que ocorrerão na atividade jurisdicional. Como acabamos de passar em um concurso, a parte teórica, em tese, todos estão bem preparados. O que nos faltava era justamente essa parte prática que a ENAMAT soube abordar muito bem.”



Leandro Renato Catelan Encinas (1.ª Região)

“O curso da ENAMAT é parte da história do Tribunal Regional do Trabalho dos novos magistrados e é essencial para a formação dos juízes na inserção funcional e na descoberta da nova função que os recém-aprovados irão desempenhar ao longo da carreira. Saímos daqui mais preparados, porque tanto as escolas regionais como a nacional nos dão essa oportunidade de ter uma ampla visão do trabalho que vamos desenvolver para a sociedade.”



José Luciano Leonel de Carvalho (24.^a Região)

“Achei uma oportunidade fantástica. Ainda não exerci a jurisdição, pois estou em processo de formação, de aquisição gradual da jurisdição. Para mim, o curso foi uma oportunidade ímpar, pois não tinha experiência na atividade jurisdicional. Eu era fiscal do trabalho e o processo era algo teórico. Aqui tivemos atividades práticas, onde pude visualizar melhor os processos e ver sua instrumentalidade ser aplicada pelos instrutores. Além de conhecer os sistemas que vão nos auxiliar no nosso trabalho, pudemos conhecer doutrinadores e juristas fantásticos, conhecer os ministros do Tribunal Superior do Trabalho e enxergar melhor o TST como órgão que, antes de ser formado por autoridades, é composto por seres humanos capazes e sensíveis com a realidade brasileira. Sem falar na organização da Escola Nacional, com um trabalho muito bem feito e cheio de cuidado e zelo para conosco. Realmente é algo que nunca vou esquecer”.

Avaliação do 12.º Curso de Formação Inicial

Em experiência inédita no âmbito da ENAMAT, foi instituída Comissão de Avaliação dos relatórios e trabalhos complementares apresentados pelos Alunos-Juízes participantes do 12.º Curso de Formação Inicial, comissão essa integrada pela Conselheira da ENAMAT, Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt (3.^a VT de Juiz de Fora–MG – TRT da 3.^a Região) e pelas Juízas Titulares de Varas do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos (14.^a VT de Brasília–DF); e Elke Dóris Just (21.^a VT de Brasília–DF), TRT da 10.^a Região, todas com larga experiência profissional, inclusive em formação de magistrados.

Os relatórios apresentados pelos Alunos-Juízes contiveram orientação para que fossem circunstanciados sobre as atividades desenvolvidas, contendo, pelo menos, os tópicos relativos ao tema central tratado e a visão apresentada pelos expositores, a opinião pessoal sobre a tese sustentada e a repercussão concreta na prática da jurisdição.

As Juízas avaliadoras, que também foram instrutoras do curso, receberam antecipadamente o material utilizado pelos professores durante as aulas e desenvolveram em conjunto o trabalho entre os dias 28 e 30 de novembro. A

avaliação envolveu os conceitos satisfatório, satisfatório com ressalva e insatisfatório.



Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt (3.^a VT de Juiz de Fora–MG); Juíza Titular de Vara do Trabalho Elke Dóris Just (21.^a VT de Brasília–DF); e Juíza Titular de Vara do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos (14.^a VT de Brasília–DF).



Juízas avaliadoras dos relatórios e trabalhos complementares apresentados pelos Alunos-Juízes participantes do 12.^o Curso de Formação Inicial

FORMAÇÃO CONTINUADA

Modalidade a Distância



Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista na Modalidade de Educação a Distância

16 de abril a 8 de junho de 2012

Descrição

O Curso de Efetividade da Execução Trabalhista foi programado para uma carga horária de 40 horas, divididas em 9 módulos. Os quatro primeiros dias destinaram-se à ambientação e os sete últimos, aos trabalhos de avaliação e conclusão do curso.

Os demais dias foram dedicados à leitura e discussão das aulas disponibilizadas no ambiente Moodle, em regime de aprendizado colaborativo.

Objetivo Geral

O curso teve como objetivo geral:

– Repensar as práticas e, se for o caso, modificar procedimentos hoje adotados na atuação do magistrado frente à execução trabalhista, assim como construir conhecimento a partir da discussão das práticas adotadas e do compartilhamento de experiências exitosas.

Objetivos Específicos

Foram objetivos específicos do curso os seguintes:

- Implementar práticas e atitudes que possibilitem tornar concreta a atuação do magistrado na fase processual de execução;
- Buscar a adoção de procedimentos que possam conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução.

Conteúdo Programático

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CONTEÚDO
16/4/2012	17/4/2012	Ambientação	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades
18/4/2012	24/4/2012	Aula 1	A Dinâmica do Processo de Execução Trabalhista
25/4/2012	30/4/2012	Aula 2	Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer
1/5/2012	7/5/2012	Aula 3	Execução de Obrigações de Pagar Em Face do Devedor Solvente Comum - I
8/5/2012	14/5/2012	Aula 4	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Comum - II
15/5/2012	20/5/2012	Aula 5	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Fazenda Pública
21/5/2012	27/5/2012	Aula 6	Tópicos Especiais nas Execuções de Obrigações de Pagar
28/6/2012	3/6/2012	Aula 7	Questões da Definitividade e Suspensão da Execução
4/6/2012	8/6/2012	Avaliação	Período de Avaliação

Metodologia

O curso teve uma proposta pedagógica que privilegiou procedimentos didáticos próprios da Educação a Distância. O aluno teve acesso ao material especificamente produzido para o curso e atuou em regime de aprendizado colaborativo, que dá ênfase na interação entre os participantes, cabendo ao

facilitador ou moderador propiciar situações de aprendizagem em que todos aprendam com todos.

Sistema de Avaliação

A avaliação realizada foi a formativa e ocorreu durante cada aula virtual, quando se avaliaram as competências que os alunos estavam desenvolvendo e o domínio do conteúdo por meio da análise de sua participação nas atividades previstas no ambiente virtual de aprendizagem. Compreendeu, ademais, o resultado das interatividades que se sucederam ao longo das aulas, realizadas pela ferramenta Fórum e cumpridas no prazo preestabelecido.

Essa modalidade de avaliação obedece aos critérios de leitura do conteúdo da aula e participação em debates e discussões que estimulam a produção e a aquisição de conhecimento de forma colaborativa.

A avaliação da participação do aluno nos Fóruns foi realizada pelo professor, que considerou a frequência, a qualidade e a pertinência das intervenções do participante, além da realização de outras atividades por ele propostas.

Para a avaliação final da participação do Aluno-Juiz no curso, a ENAMAT adotou os conceitos SATISFATÓRIO e INSATISFATÓRIO.

Curso de Formação Continuada em Produção *Textual para Educação a Distância*

16 de maio a 26 de junho

Metodologia

O Curso de Produção Textual para Educação a Distância, desenvolvido na modalidade a distância, em ambiente virtual de aprendizagem da ENAMAT, teve abordagem dialógica e interativa, desenvolvida pelo professor por meio dos diferentes recursos disponíveis nesse ambiente.

A mediação foi promovida pela professora Maria Salete Prado Soares, mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA).

Coube à professora a responsabilidade de promover, nos espaços de construção coletiva de conhecimento:

- interação entre os participantes do curso;
- apropriação dos conteúdos;
- incentivo à pesquisa e busca de novos conhecimentos;
- realização das atividades propostas;
- reflexão sobre conceitos e ideias discutidos;
- estímulo à participação.

O processo conduzido pela professora constou de:

- revisão das atividades (e, eventualmente, de conteúdo) do curso;
- publicação dos módulos no ambiente *on-line* (se necessário);
- acesso diário ao ambiente virtual de aprendizagem;
- contato mediante o correio do ambiente, sempre que necessário;
- intervenção nos fóruns por meio de comentários;
- avaliação das atividades realizadas;
- orientação do processo de escrita dos alunos.

Público-alvo

O Curso foi destinado a 30 Juízes do Trabalho concluintes do 1.º Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância que desejavam aprimorar seus conhecimentos na elaboração de cursos na modalidade a distância.

Duração

O Curso se desenvolveu no período de 16 de maio a 26 de junho, totalmente a distância. Teve duração de 40 horas-aula, distribuídas em 6 unidades semanais.



Maria Salete Prado Soares, professora do curso sobre produção textual para EAD

Encerramento do Curso de Formação Continuada em Produção Textual para Educação a Distância

No dia 26 de junho, encerrou-se o curso de Produção Textual na modalidade de Educação a Distância (EAD), promovido pela ENAMAT, iniciado em 16 de maio.

O conteúdo programático incluiu estudos sobre os diversos tipos de texto: oral, escrito, digital e impresso, dirigido para curso *on-line*. Foram apresentadas etapas de produção textual e seleção de conceitos-chave.

As aulas *on-line* serviram de estímulo à interação entre os participantes, assim como de incentivo à pesquisa e ao reforço na aquisição de competência para produção de conteúdo em escalas nacional e regionais. Na conclusão, os Alunos-Juízes elaboraram um trabalho final baseado na produção de um texto, com tema proposto por eles próprios, seguindo os aprendizados obtidos nas aulas.

Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório

15 de outubro a 30 de novembro de 2012

Descrição

Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório, com 40 horas-aula, divididas em 7 módulos. Os dois primeiros módulos destinaram-se à ambientação com o sistema Moodle e os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas.

Conteúdo Programático

Ambientação (15 a 16/10/2012) – 2 horas-aula

O período de ambientação buscou facilitar os primeiros contatos do aluno com os outros participantes do curso (professor, coordenador, monitor, outros alunos, etc.). Promoveu, ainda, a adaptação do aluno na modalidade de ensino a distância e à metodologia de ensino e ao sistema de avaliação, além de ter nivelado o domínio sobre ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

Aula 1 (17 a 24/10/2012) – 7 horas-aula

O novo papel do Juiz no século XXI; Monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação; Monopólio do Poder Judiciário e o princípio de sua inafastabilidade; A justiça laboral e sua definição estrutural positiva; As competências materiais advindas da EC 45/04 e seus desafios; Métodos tradicionais e alternativos de resolução de disputas.

Aula 2 (25/10 a 1/11/2012) – 7 horas-aula

Jurisdição como poder-dever de pacificação social; o acesso à Justiça como direito do cidadão à pacificação; o devido processo como dever do estado-juiz para a justiça social; política judiciária de tratamento adequado de conflitos de interesse; as controvérsias idealmente conciliáveis; conciliação e consolidação das leis do trabalho; a conciliação e suas funções; postura pró-ativa do juiz no processo do trabalho; a conciliação como medida de efetividade jurisdicional.

Aula 3 (2 a 7/11/2012) – 5 horas-aula

Dimensão jurídica da conciliação judicial trabalhista: lide jurídica; requisitos jurídico-formais da conciliação judicial trabalhista; efeitos jurídicos da conciliação e seu alcance; dimensão socioeconômica da conciliação judicial trabalhista: lide sociológica; a mediação do conflito estrutural da relação capital-trabalho em juízo; as expectativas sociais para o binômio conciliar-julgar e suas repercussões; dimensão psicológica da conciliação judicial trabalhista: a expectativa do sujeito; os instrumentos do estado-juiz para a efetividade da resposta demandada.

Aula 4 (8/11 a 12/11/2012) – 4 horas-aula

Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista; os conflitos paralelos de interesses e outras questões intervenientes; as contextualizações éticas.

Aula 5 (13 a 19/11/2012) – 6 horas-aula

Técnicas aplicadas à conciliação judicial trabalhista; as habilidades fundamentais e a tipificação das técnicas; as técnicas tradicionais aplicáveis; procedimentos; a contextualização na escolha das técnicas; a efetividade da conciliação.

Aula 6 (20 a 26/11/2012) – 6 horas-aula

Prática da conciliação judicial trabalhista: estudo de casos; as dificuldades reais na conciliação judicial trabalhista: algumas questões problemáticas; o meio-ambiente

adequado da conciliação judicial (reengenharias de tempo e espaço); reengenharia de tempo de conciliação; reengenharia de espaço de conciliação; estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação; aspectos de atuação das partes; aspectos de atuação do juízo.

Avaliação da aprendizagem (27/11 a 30/11/2012) – 3 horas-aula

Modalidade Presencial



**4.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária
de Tribunais Regionais do Trabalho**

14 a 17 de maio de 2012

Público-Alvo

Magistrados Membros de Tribunais Regionais do Trabalho, representados por seu Presidente e/ou Vice-Presidente e/ou Corregedor Regional, que se iniciaram no

exercício no cargo nos últimos seis meses anteriores ao Curso e não haviam participado de edição anterior desse mesmo Curso.

Período

14 a 17 de maio de 2012.

Carga Horária

24 horas-aula, com duração de 4 dias.

Conteúdo Programático

O conteúdo programático foi desenvolvido de acordo com as competências necessárias à administração de Tribunais Regionais do Trabalho:

TEMA 01. Administração Judiciária de TRT (2 horas-aula)

Noções gerais de gestão pública; gestão judiciária aplicada ao Tribunal Regional e independência judicial; referenciais da efetividade, eficiência e duração razoável do processo; Juízes “gerentes”; indicadores de qualidade do serviço judiciário; inovação dos métodos de trabalho; boas-práticas de gestão.

TEMA 02. Planejamento Estratégico na Justiça do Trabalho (2 horas-aula)

Planejamento estratégico como elemento de administração pública; principais diretrizes no Poder Judiciário da União; estratégia organizacional; instrumentos de apoio à gestão estratégica; metas de nivelamento.

Tema 03. Gestão de Pessoas: a Capacitação de Servidores (3 horas-aula)

Principais instrumentos normativos da gestão de pessoas (servidores) aplicáveis à Justiça do Trabalho; gestão por competências; liderança e motivação na administração judiciária; instrumentos e dinâmica da capacitação de servidores.

TEMA 04. Gestão Orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal – Limites, Relatórios e Principais Obrigações do Poder (2 horas-aula)

Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; relatórios de execução orçamentária; principais obrigações no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista; responsabilidade do gestor e do ordenador de despesas.

TEMA 05. Gestão de Contratos: Peculiaridades da JT em Bens e Serviços (3 horas-aula)

Principais instrumentos normativos aplicáveis; modalidades de contratação; peculiaridades dos bens e serviços contratados no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista; boas-práticas na contratação nos Tribunais do Trabalho.

TEMA 06. Gestão Orçamentária: Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na JT (2 horas-aula)

Trâmites orçamentários no âmbito trabalhista; interação com órgãos do Poder Executivo em matéria orçamentária e financeira; execução financeira na Justiça do Trabalho; fiscalização do TCU e outros órgãos.

TEMA 07. Gestão de Pessoas: Formação Profissional de Magistrados (2 horas-aula)

Profissionalização da qualificação do Magistrado como instrumento de qualificação do serviço judiciário; papel da ENAMAT, das Escolas Regionais e do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho; modalidades de formação (inicial continuada e de formadores); princípios e eixos temáticos da formação dos Magistrados; principais instrumentos normativos aplicados à formação; compartilhamento de ações e decisões entre Tribunais e Escolas na formação dos Magistrados.

TEMA 08. Comunicação Social: a Imagem da Instituição perante a Sociedade (2 horas-aula)

Tempo da imprensa e tempo da Justiça; linguagem da imprensa e linguagem da Justiça; importância da profissionalização das equipes de comunicação social nos Tribunais; preservação da imagem institucional.

TEMA 09. Comunicação Social: Aspectos Práticos do Relacionamento com a Imprensa (2 horas-aula)

Noções gerais do atendimento à imprensa; preparação para entrevistas; entrevistas para jornais, revistas e *sites*; entrevistas para televisão e rádio; entrevistas coletivas.

TEMA 10. Implantação do Processo Eletrônico na JT: Desafios e Possibilidades (2 horas-aula)

Histórico recente do PJe/JT; cronograma de implantação; coordenação da implantação; estruturas nacional e regionais de implantação; principais impactos na gestão de pessoas e rotinas de trabalho; boas-práticas antes, durante e depois da implantação; gestão da mudança institucional.

Cronograma de Atividades

DIA 14/5/2012 (segunda-feira) (Local: ENAMAT)	
13h30min	Abertura
13h45min	Comunicação Social: a Imagem da Instituição perante a Sociedade Mesa-Redonda: Coordenação Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Diretor da ENAMAT Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires – Vice-Diretor da ENAMAT Heraldo Pereira – Jornalista da Rede Globo
15h15min	<i>Coffee break</i>
15h30min	Administração Judiciária de TRT Desembargador do Trabalho Flávio Portinho Sirangelo – TRT da 4. ^a Região
17h30min	Encerramento

O Jornalista Heraldo Pereira, da Rede Globo foi o convidado para a palestra de abertura do 4.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho, realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

“A imagem da instituição perante a sociedade” foi o tema abordado pelo jornalista, que falou sobre o que é notícia, como atender aos jornalistas, o papel das assessorias de comunicação e o relacionamento entre profissionais da imprensa e magistrados.

Os magistrados puderam, no final da apresentação do jornalista, formular perguntas para esclarecimentos e debates. As principais dúvidas apresentadas

incidiram sobre questões de direito de resposta, fidelidade da fonte e linguagem jurídica. Heraldo deu dicas para evitar o uso de palavras rebuscadas, tendo em conta que a informação é dirigida ao público, muitas vezes leigo. Disse, também, que o administrador público fala em nome da instituição, devendo evitar emitir opiniões pessoais.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ao promover a abertura do evento ao lado do Vice-Diretor, Ministro Horácio de Senna Pires, lembrou aos magistrados – Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores de TRTs – sobre a importância de debater questões oriundas da própria gestão da atividade jurisdicional. “O curso é uma orientação sobre como desenvolver uma estrutura administrativa que possa dar outorga à prestação jurisdicional que a sociedade exige de nós”, disse o ministro Aloysio.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e Heraldo Pereira, jornalista da Rede Globo



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT;
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Heraldo Pereira, palestrante, jornalista da Rede Globo



Desembargadores do Trabalho participantes do CFC em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula (TST), Denimar Noronha, Subsecretária Administrativo-Acadêmica da ENAMAT, e participantes do CFC em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho



Desembargador do Trabalho Flávio Portinho Sirangelo, TRT da 4.ª Região

DIA 15/5/2012 (terça-feira) (Local: ENAMAT)	
9h	Planejamento Estratégico na Justiça do Trabalho Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira – Secretário-Geral da Presidência do TST
10h40min	<i>Coffee break</i>
11h	Gestão de Pessoas: a Capacitação de Servidores Ana Cláudia Braga Mendonça – Secretária de Gestão de Pessoas do TSE
12h	Almoço
14h	Gestão de Pessoas: a Capacitação de Servidores Ana Cláudia Braga Mendonça – Secretária de Gestão de Pessoas do TSE
15h40min	<i>Coffee-break</i>
16h	Gestão Orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal (Limites, Relatórios e Principais Obrigações do Poder) Marcelo Barros Marques – Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF
18h	Encerramento



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST



Ana Cláudia Braga Mendonça, Secretária de Gestão de Pessoas do TSE



Marcelo Barros Marques, Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF

DIA 16/5/2012 (quarta-feira)	
(Local: ENAMAT)	
9h	Gestão de Contratos: Peculiaridades da JT em Bens e Serviços Fabiano de Andrade Lima – Assistente Técnico-Administrativo da Secretaria de Administração do TRF da 1. ^a Região
10h40	<i>Coffee break</i>
11h	Gestão de Contratos: Peculiaridades da JT em Bens e Serviços Luiz Mauricio Penna da Costa – Diretor da Secretaria de Administração do TRF da 1. ^a Região
12h	Almoço
14h	Gestão de Pessoas: a Formação Profissional de Magistrados Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – Assessor da Direção da ENAMAT
15h40min	<i>Coffee break</i>
16h	Implantação do Processo Eletrônico na JT: Desafios e Possibilidades Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão – TRT da 5. ^a Região
17h30min	Encerramento



Luiz Mauricio Penna da Costa, Diretor da Secretaria de Administração do TRF da 1.^a Região



Fabiano de Andrade Lima, Assistente Técnico-Administrativo da Secretaria de Administração do TRF da 1.^a Região



Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.ª Região



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Juiz Assessor da Direção da ENAMAT

DIA 17/5/2012 (quinta-feira) (Local: ENAMAT)	
9h	Comunicação Social: Aspectos Práticos do Relacionamento com a Imprensa Patrícia Resende – Assessoria de Comunicação do CSJT
10h40min	<i>Coffee break</i>
11h	As Novas Vertentes do Controle Externo da Administração Pública Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU
12h	Almoço
14h	Gestão Orçamentária: Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na JT Marcelo Barros Marques – Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF
15h40min	<i>Encerramento e Coffee-break</i>



Patrícia Resende, Assessora-Chefe de Comunicação Social do CSJT



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT; Ministro Benjamin Zymler, Presidente do TCU; e Ministra Kátia Magalhães Arruda (TST)



Marcelo Barros Marques, Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF



Ministra Kátia Magalhães Arruda (TST); Desembargador do Trabalho Valtércio Ronaldo de Oliveira, Corregedor Regional do TRT da 5.ª Região–BA; Desembargadora do Trabalho Claudia Cardoso de Souza, Presidente e Corregedora Regional do TRT da 17.ª Região–ES; e Desembargadora do Trabalho Maria das Graças Silvanly Dourado Laranjeira, Vice-Presidente do TRT da 5.ª Região–BA



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT

O Vice-Diretor da ENAMAT, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, foi responsável pelo discurso de encerramento do 4.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho. O Ministro Horácio iniciou enaltecendo o *slogan* da ENAMAT *Onde a Justiça vai à Escola*, lembrando sobre a importância de manter constante atualização sobre as novas ferramentas oferecidas pela Justiça para auxiliar o Juiz em suas tarefas e da preparação inicial para os que ingressam na magistratura trabalhista.

O Ministro lembrou, também, que até há pouco tempo a administração de Tribunais era totalmente entregue aos servidores, mas que hoje são os Juízes que administram as Varas e TRTs. “A importância desse curso que se encerra é justamente esta: ensina a administrar, e não a delegar”, disse.

O Ministro Horácio parabenizou os participantes pelo esforço e dedicação ao curso e se declarou feliz “por ver que Presidentes e futuros Presidentes estão interessados em se preparar para administrar bem seus tribunais”. Ele aproveitou, ainda, para se despedir dos colegas magistrados, tendo em vista sua aposentadoria próxima.

O curso contou com 24 horas-aula de duração e teve como público-alvo magistrados membros de Tribunais Regionais do Trabalho, representados por seus Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores, cujos exercícios tenham se iniciado nos últimos seis meses.



Curso de Formação Continuada em Fundamentos da Teoria Contemporânea do Estado Constitucional

9, 23, e 30 de novembro e 7 e 14 de dezembro de 2012

A ENAMAT realizou, nos períodos de 9, 23, e 30 de novembro e de 7 e 14 de dezembro, o curso *Fundamentos da Teoria Contemporânea do Estado Constitucional*, organizado pela ENAMAT e dirigido aos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho –TST.

A Ministra Maria de Assis Calsing, Conselheira da ENAMAT, representando o Diretor, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, abriu o curso felicitando os participantes e destacando a importância dos cursos de formação continuada, que promovem o aprofundamento do conhecimento, independentemente de idade, cargo ou grau de jurisdição.

Ela destacou o acordo de cooperação firmado entre a ENAMAT e a Fundação Universidade de Brasília – UnB para intercâmbio com vistas à implantação de programas e ações educacionais destinados aos magistrados do trabalho. “A ideia deste curso repousa na demanda por discussões mais aprofundadas a respeito dos paradigmas teóricos que tem servido de fundamento ao debate contemporâneo sobre o estado constitucional” – disse a Ministra.

O curso teve como objetivo fornecer aos Ministros do TST o instrumental conceitual necessário para que possam situar-se, com maior clareza e capacidade reflexiva, diante dos problemas relacionados à discussão em torno dos modelos paradigmáticos que servem de fundamento para a Teoria do Estado e da Constituição.

Conduzido pelos professores Doutores Juliano Zaiden Benvindo e Marcelo Neves, o curso contou com 15 horas-aula e foi realizado no auditório da ENAMAT. As aulas foram expositivas, com espaços abertos para debates.

O conteúdo programático incluiu os seguintes temas: da Constituição da sociedade pré-moderna ao Estado constitucional; fundamentos teóricos do constitucionalismo clássico; do debate filosófico americano à teoria do discurso; o Estado constitucional no debate entre liberalismo, comunitarismo e republicanismo; o

Estado constitucional a partir da teoria do discurso de Jürgen Habermas; da teoria dos sistemas aos modelos pós-modernos e à desconstrução; o Estado constitucional a partir da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann; o Estado constitucional nos termos das teorias pós-modernas e da desconstrução; das constituições além do Estado ao transconstitucionalismo; constituições além do Estado; e transconstitucionalismo.



Professor Doutor Juliano Zaiden Benvindo, UnB, e Ministra Maria de Assis Calsing, Conselheira da ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, Professor Doutor Juliano Zaiden Benvindo (UnB) e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Ministra Kátia Magalhães Arruda, Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, Desembargadora Maria das Graças Silvany Dourado Laranjeira, Desembargadora Maria Laura Franco Lima de Faria, Ministra Dora Maria da Costa e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.



Aula do curso sobre fundamentos da teoria contemporânea do Estado constitucional para Ministros do TST



Professor Doutor Marcelo Neves (UnB)



Ministra Kátia Magalhães Arruda, Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Desembargadora Maria Laura Franco Lima de Faria, Ministra Dora Maria da Costa, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Desembargadora Maria das Graças Silvano Dourado Laranjeira, Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte e Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.

PARTE I

Professor Doutor *Marcelo Neves*

Objetivos

O curso visou possibilitar uma melhor compreensão do debate teórico contemporâneo sobre o Estado constitucional, oferecendo aos Ministros o instrumental conceitual para que possam situar-se com maior clareza e capacidade reflexiva diante dos problemas relacionados à discussão em torno dos modelos paradigmáticos que servem de fundamento para a Teoria do Estado e da Constituição.

Justificativa da realização do curso

Verifica-se uma enorme demanda por discussões mais aprofundadas a respeito dos paradigmas teóricos que têm servido de fundamento ao debate contemporâneo sobre o Estado constitucional. Assim, para magistrados interessados no estudo da Teoria do Estado e da Constituição, tornou-se imprescindível um aprofundamento no conhecimento de algumas das principais linhas teóricas que servem à compreensão, fundamentação e crítica do Estado constitucional no presente. O curso abriu um caminho para esse aprofundamento.

Carga horária – 1º Bloco do Curso

Total de 15 horas-aula (aulas expositivas, seguidas de seminários orientados na discussão de textos, apresentados pelos alunos).

Conteúdo

Bloco 1: Introdução

Aula 1: Da Constituição da sociedade pré-moderna ao Estado constitucional.

Aula 2: Fundamentos teóricos do constitucionalismo clássico.

Bloco 2: Do debate filosófico americano à teoria do discurso

Aula 3: O Estado constitucional no debate entre liberalismo, comunitarismo e republicanismo.

Aula 4: O Estado constitucional a partir da teoria do discurso de Jürgen Habermas.

Bloco 3: Da teoria dos sistemas aos modelos pós-modernos e à desconstrução

Aula 5: O Estado constitucional a partir da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann

Aula 6: O Estado constitucional nos termos das teorias pós-modernas e da desconstrução.

Bloco: Das constituições além do Estado ao transconstitucionalismo

Aula 7: Constituições além do Estado?

Aula 8: Transconstitucionalismo

PARTE II

Professor-Doutor *Juliano Zaiden Benvindo*

Programa

O curso procurou ressaltar temas que hoje se mostram centrais no debate constitucional comparado, seja pela adoção de técnicas metodológicas para a resolução de problemas e casos constitucionais, seja pela compreensão de teorias que se voltam diretamente para a complexidade da decisão judicial no contexto de sociedades plurais e democráticas amparadas pelo princípio da separação de poderes.

Para tanto, o curso foi trabalhado em dois grandes módulos. O primeiro se voltou para o estudo do direito comparado, especialmente a partir das experiências norte-americana e alemã, para entender como a história desses dois países deu ensejo a perspectivas constitucionais diversas, tanto no plano prático da aplicação do direito,

como no plano teórico de compreensão do próprio constitucionalismo. Aqui apareceram discussões sobre o significado da corte constitucional nesses países dentro da estrutura complexa da separação de poderes, o ativismo judicial, metodologias normalmente empregadas em decisões constitucionais e o confronto entre perspectivas deontológicas e axiológicas da aplicação do direito, entre outras.

O segundo módulo destinou-se a verificar em que medida essas experiências têm algo a revelar sobre a prática constitucional brasileira e ao modo de decisão hoje realizado especialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal e Cortes Superiores. Nesse módulo, houve o debate sobre temas centrais de nosso constitucionalismo, porém pouco estudados em sua dimensão estrutural e também comparada, tais como a ampliação da perspectiva axiológica em detrimento da compreensão deontológica de direitos, o crescimento da aplicação do princípio da proporcionalidade e de conceitos abertos como “reserva do possível”, “núcleo essencial”, “limite dos limites”. O intuito final foi trazer uma visão mais ampla da complexidade do sistema constitucional, seus paradoxos necessários, a dificuldade enorme do processo de aplicação do direito e, especialmente, os dilemas que hoje se operam em um cenário de altas transformações na prática constitucional brasileira.

Conteúdo Programático

Os textos utilizados como referência foram preferencialmente apresentados em língua portuguesa. Infelizmente, por se tratar de um curso focado em Direito Constitucional Comparado, alguns textos somente são encontrados em inglês ou espanhol e, portanto, foram nessas línguas disponibilizados. As dificuldades eventualmente existentes na leitura desses textos foram, na medida do possível, sanadas por intermédio do debate durante o curso.

Contexto Histórico-Político do Constitucionalismo Moderno. Direito Comparado: Constitucionalismo Norte-Americano e Constitucionalismo Alemão. Conceitos e Procedimentos Centrais do Constitucionalismo Atual. Introdução aos Direitos Fundamentais.

Conforme o propósito delineado, foi examinado o contexto de formação do constitucionalismo moderno, no intuito de revelar duas importantes tradições

constitucionais que muito influenciam a realidade jurídica brasileira: o sistema norte-americano e o sistema alemão. Investigou-se, a partir de uma breve discussão histórica, como tanto o constitucionalismo quanto a democracia, na condição de paradoxos necessários, foram moldados dentro de perspectivas relativamente distintas nesses dois sistemas, sobretudo em função da discussão da posição do constitucionalismo em relação ao Estado. Com base nessas premissas, pôde-se trazer o debate para uma compreensão mais densa de vários aspectos atuais, tais como o papel das cortes constitucionais, a separação de poderes, o ativismo judicial, o controle de constitucionalidade, as metodologias aplicáveis à aplicação do direito, todos objetos de maior aprofundamento nos tópicos subsequentes.

Duração: 6h

Contexto Histórico-Político do Constitucionalismo Brasileiro: a Constituição de 1988, os Desafios Democráticos pós-88 e as Modificações na Compreensão do Constitucionalismo Brasileiro. As Transformações no Sistema Constitucional Brasileiro.

Como pretendido, foram estudadas as características do constitucionalismo brasileiro, especialmente com foco nos desdobramentos ocorridos após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para se conectar com o tópico anterior, fez-se uma análise de como o constitucionalismo brasileiro foi influenciado parcialmente por alguns dos debates que ocorreram no contexto mais global do constitucionalismo. Por exemplo, foi dada especial atenção ao movimento de substituição paulatina de conceitos muitas vezes originados do constitucionalismo norte-americano, tais como “devido processo legal substantivo”, “razoabilidade”, entre outros, para conceitos mais próprios do constitucionalismo alemão, tais como “princípio da proporcionalidade”, “núcleo essencial dos direitos fundamentais”, “reserva do possível”. Mostrou-se que há, de fato, uma ampla alteração na forma de pensar o constitucionalismo brasileiro desde a década de 2000. Do mesmo modo, estudou-se sob o viés histórico, as mais recentes alterações no sistema constitucional brasileiro, especialmente o processo de maior centralização do poder jurisdicional nas cortes superiores e,

mais particularmente, no Supremo Tribunal Federal (súmula vinculante, repercussão geral, modulação de efeitos, etc.).

Duração: 2h

Desenvolvimento do Curso

As aulas, embora apresentassem, em parte, um aspecto expositivo, foram, sobretudo, de debates. O espaço de discussão esteve sempre aberto. Após a exposição de cada conteúdo, os alunos eram convidados a se manifestar e, a partir de suas manifestações, buscavam-se algumas conclusões a respeito do tema discutido.

Textos Selecionados

Os textos foram, em sua maioria, previamente apresentados em coletâneas, disponibilizadas para cópia. Além de textos doutrinários, houve também decisões judiciais, examinadas no curso. Alguns textos e decisões foram disponibilizados em meio digital.

FORMAÇÃO DE FORMADORES

Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância

Fase Presencial – 11 horas

28 de março de 2012

Abertura pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê–SC, Assessor da Direção da ENAMAT; e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

Aspectos gerais da educação e da EAD (Palestra)

Professor:

Rafael de Alencar Lacerda

Diretor de Educação a Distância do Instituto de Integração Homem-Trabalho – INSIGHT e Consultor em Educação a Distância do SENAC/DF



Professor Rafael de Alencar Lacerda



Participantes do Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância

29 de março de 2012

O Papel do Instrutor de EAD na Formação dos Magistrados do Trabalho

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê/SC e Assessor da Direção da ENAMAT

José Valmir Santos Filho, Assessor do Gabinete do Diretor da ENAMAT

Ben Hur Lopes de Oliveira, Analista de Sistemas da ENAMAT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, VT de Xanxerê-SC, Assessor da Direção da ENAMAT



José Valmir Santos Filho, Assessor da Direção da ENAMAT



Ben Hur Lopes de Oliveira, Analista de Sistemas da ENAMAT

Oficina: Ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle

Professores:

Ben Hur Lopes de Oliveira, Analista de Sistemas da ENAMAT

José Valmir Santos Filho, Assessor da Direção da ENAMAT

Oficina: Ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle

Professores:

Ben Hur Lopes de Oliveira, Analista de Sistemas da ENAMAT

José Valmir Santos Filho, Assessor da Direção da ENAMAT



Participantes do Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância

Fase on-line – 29 horas

30 de março a 6 de maio de 2012

30/3 a 1/4/2012 – Adaptação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem

Período destinado à adaptação dos participantes ao ambiente virtual de aprendizagem.

2 a 8/4/2012 – Introdução à Educação a Distância (EAD)

Evolução histórica da EAD em âmbito nacional e internacional; conceitos; natureza, perspectivas e características da EAD; fundamentos teóricos, metodológicos e políticos de um sistema de EAD.

9 a 15/4/2012 – Mediação *on-line*

Introdução à mediação; modalidades de mediação; a prática de mediação; acompanhamento e avaliação na prática em mediação.

16 a 22/4/2012 – Recursos Tecnológicos Aplicados em EAD

Diferentes meios e recursos da tecnologia da informação e da comunicação; escolha de recursos tecnológicos e sua eficiência no processo de ensino e aprendizagem em EAD.

23 a 29/4/2012 – Avaliação da aprendizagem em EAD

Abordagens quantitativa e qualitativa do processo de avaliação da aprendizagem; funções e estratégias de avaliação em EAD; classificação de avaliação.

30/4 a 6/5/2012 – Trabalho de Conclusão do Curso

Curso de Formação de Formadores em Teoria Geral do Juízo Conciliatório Modalidade a Distância

14 de maio a 1º de julho

Público-Alvo

Em uma primeira etapa, Juízes do Trabalho que participaram de 1.º Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância, promovido pela ENAMAT no período de 26 de abril a 6 de junho de 2010.

Em uma segunda etapa, Juízes do Trabalho Substitutos e Juízes Titulares de Vara do Trabalho que ficaram interessados em participar do curso.

Duração e Carga Horária

O curso teve duração de 40 horas-aula. Nesse quantitativo, foi computado o tempo de ambientação com o professor e os colegas, de estudo individual ou em grupo e de elaboração do trabalho de conclusão do curso.

Estrutura do Curso

A formação dos Juízes, com qualidade, requer a aquisição de conhecimentos que permitam a compreensão e reflexão sobre as questões características do processo de conciliação trabalhista, assim como o desenvolvimento de habilidades e atitudes que levem à adequada condução das audiências de conciliação, propiciando, para isso, um processo de aprendizagem motivador, criativo, colaborativo, interativo e eficaz.

Com esse entendimento, a ENAMAT ofereceu o **Curso de Formação Continuada em Técnica de Juízo Conciliatório**, na modalidade a distância, estruturado em 6

(seis) módulos, vinculados entre si, além do módulo introdutório de ambientação e do módulo final para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Metodologia

Os cursos a distância ministrados pela ENAMAT seguem princípios metodológicos que norteiam a concepção didático-pedagógica e enfatizam, como reflexão do ensinar e do aprender, a integração dos saberes, o foco na aprendizagem e a avaliação.

A educação a distância é concebida pela ENAMAT como parte de um processo de inovação educacional, por meio da integração das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais e formativos.

Assim sendo, o Curso de Formação Continuada em Técnica de Juízo Conciliatório apresentou proposta pedagógica que privilegiou procedimentos didáticos peculiares da educação a distância. O Aluno-Juiz teve acesso ao material especificamente produzido para o curso e atuou em regime de aprendizado colaborativo, que deu ênfase à interação entre os participantes. Coube ao professor propiciar situações de aprendizagem em que todos aprendessem com todos.

O curso apresentou fundamentos pedagógicos e desenho instrucional próprios e se realizou a partir das ferramentas disponíveis na plataforma *Modlle*, dentre as quais foram selecionadas aquelas que melhor atendessem à aquisição do conhecimento em cada módulo.

Nesse contexto, a metodologia adotada compreendeu:

- Estudo individual – Estudo autônomo realizado pelo aluno, utilizando materiais audiovisuais e hipertextuais *on-line*, disponibilizados para cada tema na plataforma de educação a distância. Incluiu leituras complementares.
- Participação em Fóruns de discussão *on-line* – Discussões, debates, troca de ideias e experiências relevantes ao módulo, em ambiente virtual especialmente criado para esse fim e mediado pelo professor. Os fóruns

aconteceram em cada módulo, objetivando a aprendizagem colaborativa. Essa atividade permitiu a discussão em profundidade e/ou em amplitude de temas e questões relevantes ao módulo, a troca de informações e experiências e a análise crítica de um tema.

- Participação em conversas *on-line* (chats) – Comunicação interativa entre o professor e os alunos, realizada pela *internet*, em horário previamente estabelecido. Permitiu o debate de temas e de práticas relevantes relacionadas ao conteúdo do módulo, a troca de informações, a reflexão sobre ideias e práticas e o esclarecimento de dúvidas, entre outros.
- Trabalhos individuais e em grupo (*on-line*) – Atividades propostas pelo professor para desenvolvimento pelos alunos, individualmente ou em grupo, utilizando os recursos para trabalho colaborativos *on-line* oferecidos na plataforma. Entre esses recursos, incluiu-se a possibilidade de troca ou compartilhamento de arquivos entre os alunos e entre os alunos e o professor.
- Correio eletrônico (*e-mail*) – Serviço de mensagens utilizado para envio de perguntas individuais, esclarecimentos e troca de informações com o professor e os colegas, entre outras questões.

Atendimento ao Aluno

O Sistema de Apoio à Aprendizagem compreendeu:

- Atendimento Docente
- Atendimento EAD (*Help Desk*)

Atendimento Docente

Consistiu no atendimento efetuado pelo professor com o objetivo de orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos Alunos-Juízes. Ele apoiou sistematicamente o processo de aprendizagem, por meio de:

- Docência Coletiva – desenvolvida por ele e direcionada à turma. Foram realizados encontros virtuais (*chat*, videoconferência, etc.) para esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos e atividades dos módulos,

explicação de conceitos, atividades de aprendizagem, orientação para a avaliação e outros trabalhos do curso.

Atendimento EAD (Help Desk)

Visou atender a outras demandas dos Alunos-Juizes, não relacionadas com o conteúdo do curso, por meio de:

- Monitoria, realizada por servidores da ENAMAT em sincronia com o professor – atendimento aos Alunos-Juizes por *e-mail*, telefone, etc., esclarecendo dúvidas sobre as atividades dos módulos e sobre o sistema *Moodle*, entre outras, no prazo de até 48 horas após o recebimento da questão;
- Solicitações relacionadas a procedimentos administrativos;
- Comentários, críticas e sugestões;
- Outras questões e/ou solicitações.

As solicitações foram encaminhadas para o *e-mail* específico de educação a distância da ENAMAT e por telefone.

Material Didático

Foram disponibilizados aos alunos no curso:

- Materiais didáticos para estudo autônomo *on-line*: materiais didáticos oferecidos ao aluno na plataforma, os quais contaram com a utilização de recursos multimídia, entre eles apresentação de textos, imagens, áudio e vídeos.
- Guia do Aluno: apresentou orientações para auxiliar a aprendizagem do Aluno-Juiz e informações sobre duração do curso, ferramentas de comunicação a serem utilizadas, sistema de avaliação, etc.
- Plano de aprendizagem: apresentou informações gerais sobre o curso, objetivos, formas de interatividade para o aluno realizar durante o curso, metodologia utilizada e descrição de como proceder à avaliação.

Sistema de Avaliação

A avaliação foi formativa e ocorreu durante cada aula virtual, quando foram verificadas as competências desenvolvidas pelos Alunos-Juízes e o domínio do conteúdo, mediante a análise de sua participação nas atividades previstas no ambiente virtual de aprendizagem. Compreendeu, ainda, o resultado da interatividade que se sucede ao longo das aulas por meio da ferramenta Fórum, cumprida no prazo preestabelecido, com ênfase na produção e na aquisição de conhecimento de forma colaborativa

A avaliação da participação do aluno no Fórum foi efetuada pelo professor, que considerou a frequência, a qualidade e a pertinência das intervenções do participante.

A avaliação também compreendeu, se proposto pelo professor, um trabalho de conclusão do curso, realizado, preferencialmente, em grupo.

1.º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT

18 a 20 de junho de 2012 (fase presencial)

O 1.º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico iniciou-se no dia 18 de junho e foi realizado na sede da ENAMAT, em Brasília em duas fases, sendo a primeira presencial, com encerramento no dia 20 de junho, e a segunda a distância.

O curso teve como objetivo formar formadores e multiplicadores para atuar diretamente na capacitação no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho à medida que forem ocorrendo as ações de implantação do PJe/JT em 1.º e 2.º graus, de acordo com o cronograma de implantação do sistema aprovado pelo CSJT, bem como dar cumprimento à Meta 15, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A norma prevê a implantação, até o mês de dezembro deste ano, do módulo de 1.º grau do PJe em pelo menos 10% das Varas do Trabalho de cada um dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e do módulo de 2.º grau em todos os TRTs.

O programa contou com conteúdos teóricos e atividades práticas, notadamente em ambiente de treinamento especialmente desenvolvido para reproduzir as

funcionalidades a serem operadas e, ainda, para trocas de experiências com outros magistrados.

Organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o curso teve como público-alvo os magistrados integrantes da 1.^a Turma Nacional de Multiplicadores, instituída pelo Ato Conjunto CSJT.ENAMAT n.º 1/2012. A ENAMAT é responsável pela capacitação dos magistrados, e o CSJT pela capacitação dos servidores.

O grupo participante foi composto de 10 magistrados formadores nacionais, sendo 2 de cada região geográfica (1 Desembargador e 1 Juiz), indicados pela ENAMAT, e por outros magistrados formadores regionais (até o máximo de 2 Desembargadores e 3 Juizes), indicados pelas Escolas Judiciais.

Estruturou-se o curso com atividades presenciais, no total de 14 horas-aula (Desembargadores) e de 18 horas-aula (Juizes), complementadas por mais 8 horas para todos os alunos em atividades a distância, sob tutoria no ambiente de treinamento do PJe/JT, o que totalizou, respectivamente, 22 e 26 horas-aula.

Cerimônia de abertura



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; e Ministra Maria de Assis Calsing, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Participaram da cerimônia de abertura, a Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e a Ministra Maria de Assis Calsing, Membro do Conselho Consultivo da Escola.

A Ministra Peduzzi falou aos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho que participaram do curso, que o PJe inaugurou um novo tempo, trazendo avanços significativos tanto para os serventuários como para os jurisdicionados, facilitando o acesso à Justiça, empenhando maior celeridade aos processos e contribuindo para a preservação do meio ambiente, entre outras muitas vantagens. Ela destacou a importância do curso e o papel fundamental dos multiplicadores no processo de instalação do PJe na Justiça do Trabalho.

O Ministro Aloysio assinalou que a Justiça passa por uma verdadeira revolução, com uma movimentação nunca antes vista para a mudança do processo físico pelo eletrônico. “Toda a sociedade está voltada para essa mudança de vanguarda, um caminho sem volta rumo à modernização, que implica mudança de costume e de postura dos magistrados e servidores da Justiça”.

Segundo o Ministro, a força-tarefa conduzida pela ENAMAT e pelo CSJT para a capacitação de servidores e magistrados é um passo importantíssimo para o êxito do projeto. “Somos os atores e realizadores dessa revolução, com capacidade de multiplicação do conhecimento, trabalhando para que o projeto tenha o êxito desejado. Nesse sentido, a ENAMAT abre suas portas para receber e capacitar os multiplicadores de forma a contribuir com o sucesso dessa implantação”.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Participantes do 1º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico

Cronograma de Atividades

DIA 18/6/2012 (segunda-feira)	
13h	Recepção, credenciamento e integração
13h30min	Abertura - Direção da ENAMAT - Presidência do TST
14h	01. ESTRUTURA DO PROJETO DO PJe/JT (2 horas-aula) Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT) Obs.: Atividade em conjunto ENAMAT/CSJT – auditório do Bloco B
15h45min	<i>Coffee break</i> – Auditório Victor Russomano – Bloco B – 5.º andar
16h15min	02. ELEMENTOS DO PROCESSO ELETRÔNICO (2 horas-aula) Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão (4.ª VT de Curitiba/PR) Obs.: Atividade em conjunto ENAMAT/CSJT– auditório do Bloco B
18h	Encerramento das atividades



Juiz Titular de Vara Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT

Aula inaugural

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT, conduziu a aula inaugural, realizada no auditório Mozart Vítor Russomano, no 5.º andar do Bloco B do TST. Ele fez um relato sobre a contextualização do PJe na história da Justiça do Trabalho, sua estrutura e planejamento de execução.

A segunda e última aula do dia coube ao Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão, da 4.ª Vara do Trabalho de Curitiba–PR, que discorreu sobre os elementos do Processo Eletrônico.



Juiz Bráulio Gabriel Gusmão, 4.ª Vara do Trabalho de Curitiba--PR

DIA 19/6/2012 (terça-feira)	
8h30min	<p>03. FUNCIONALIDADES GERAIS DA FERRAMENTA (2 horas-aula)</p> <p>Instrutores: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região) Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)</p> <p>Monitor: Servidor Roberto Carlos de Almeida – Secretário do Tribunal Pleno do TRT da 12.^a Região</p> <p>Obs.: Atividade em conjunto ENAMAT/CSJT – Auditório do Bloco B</p>
10h15min	<i>Coffee break</i> – Auditório Victor Russomano – Bloco B – 5.º andar
10h45min	<p>05. ANDRAGOGIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (4 horas-aula)</p> <p>Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt (VT de Currais Novos–RN)</p> <p>Obs.: Atividade em conjunto ENAMAT/CSJT– Auditório do Bloco B</p>
12h30min	Almoço
14h	<p>05. ANDRAGOGIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (4 horas-aula)</p> <p>Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt (VT de Currais Novos–RN)</p> <p>Obs.: Atividade em conjunto ENAMAT/CSJT– Auditório do Bloco B</p>
15h45min	<i>Coffee break</i> – Auditório Victor Russomano – Bloco B – 5.º andar

16h15min	<p>04. FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA (2 horas-aula)</p> <p>Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)</p> <p>Monitor: Servidor José Ribamar de Carvalho Júnior (Equipe do CSJT)</p> <p>- Atividade específica para <u>Juízes (em laboratório de informática)</u></p>	<p>04. FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA (2 horas-aula)</p> <p>Instrutor: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região)</p> <p>Monitor: Servidor Roberto Carlos de Almeida (Secretário do Tribunal Pleno do TRT da 12.^a Região)</p> <p>- Atividade específica para <u>Desembargadores (em laboratório de informática)</u></p>
18h	Encerramento das atividades	

Funcionalidades Gerais e Funcionalidades Específicas da Ferramenta e Andragogia na Formação Profissional foram os temas apresentados no dia 19/6.

Foram responsáveis pela apresentação sobre as funcionalidades das ferramentas utilizadas no PJe/JT o Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, da 5.^a Região (BA) e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, da 21.^a Região (RN), falou sobre a andragogia (técnica de ensino para adultos) na formação profissional.

Os alunos foram divididos por turmas e distribuídos em laboratórios formados por Desembargadores, por Juízes e por Servidores. Com essa divisão, cada grupo teve a oportunidade de trabalhar diretamente com as ferramentas que farão uso, no exercício de suas funções, na tramitação dos processos eletrônicos.



Laboratório de atividades da capacitação em PJe/JT

DIA 20/6/2012 (quarta-feira)		
(Local: ENAMAT)		
08h30min	<p>04. FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA (4 horas-aula)</p> <p>Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)</p> <p>Monitor: Servidor José Ribamar de Carvalho Júnior (Equipe do CSJT)</p> <p><u>- Atividade específica para Juízes (em laboratório de informática)</u></p>	<p>07. PRÁTICA DE AMBIENTE DE TREINAMENTO (4 horas-aula)</p> <p>Instrutor: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região)</p> <p>Monitor: Servidor Roberto Carlos de Almeida (Secretário do Tribunal Pleno do TRT da 12.^a Região)</p> <p><u>- Atividade específica para Desembargadores (em laboratório de informática ou com utilização de notebooks)</u></p>
10 horas	<i>Coffee break</i> – Auditório da ENAMAT – 5.º andar do Bloco A	
10h20min	CONTINUAÇÃO DOS LABORATÓRIOS	
12h30min	Almoço	
14h	<p>06. BOAS-PRÁTICAS DE CAPACITAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO (2 horas-aula)</p> <p>Participantes: Juiz do Trabalho Substituto Leodor Machado (VT do Gama–DF) Juiz do Trabalho Substituto Francisco Antonio da Silva Fortuna (VT de Caucaia–CE) Juiz Titular de Vara do Trabalho Luiz Carlos Roveda (VT de Navegantes–SC) Servidor Eli Queiroz Lisboa (Assistente de Juiz da VT do Gama–DF)</p>	<p>06. BOAS-PRÁTICAS DE CAPACITAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO (2 horas-aula)</p> <p>Instrutores: Desembargadora do Trabalho Dalila Nascimento Andrade (TRT da 5.^a Região) Servidor Roberto Carlos de Almeida (Secretário do Tribunal Pleno do TRT da 12.^a Região)</p> <p>- Mesa-redonda para troca de experiências - Atividade específica para</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Mesa-redonda para troca de experiências - Atividade específica para <u>Juízes</u> 	<u>Desembargadores</u>
16h	<ul style="list-style-type: none"> Encerramento do Curso com <i>Coffee break</i> – Auditório da ENAMAT - Direção da ENAMAT - Presidência do TST 	

O término da primeira fase do curso, na modalidade presencial, aconteceu no dia 20/6, com a continuação de laboratórios, prática de ambiente de treinamento e boas-práticas de capacitação na implantação do PJe.

A ENAMAT foi responsável pela capacitação de 43 alunos, sendo 21 Desembargadores e 22 Juízes.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, destacou em seu discurso de encerramento que cada magistrado participante do curso se torna, agora, líder de uma revolução que se instala na história da Justiça do Trabalho. “Estamos diante de uma nova realidade e não há como retornar. A instalação do Processo Judicial Eletrônico exige contínuo aprimoramento e efetiva evolução e certamente trará resposta aos anseios da sociedade, que clama por uma justiça célere e eficiente.”

O Ministro destacou, ainda, a importância do engajamento de todas as os Tribunais Regionais nessa fase de implantação do PJe e reafirmou o propósito da ENAMAT de mobilizar todas as escolas regionais, dotando-as dos recursos necessários para a formação do maior número possível de pessoas. “A ENAMAT espera colaborar de forma efetiva para que possa servir de meio para a capacitação integral dos Juízes.”

O Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, da 5.^a Região (BA), Coordenador do Comitê Gestor de Implantação do PJe, enfatizou que esse primeiro curso primou pela integração entre os tribunais e pelo espírito colaborador dos magistrados que se propuseram a contribuir, como multiplicadores, na formação dos demais colegas.

Ele disse também que a parceria firmada entre a ENAMAT e o CSJT foi importante para o sucesso do curso e lembrou que igualmente importante é levar a realidade

do PJe a todas as cidades brasileiras e não apenas às grandes capitais. “Este é o maior projeto do Judiciário mundial em execução. É ambicioso, sim, mas o sucesso em sua implantação pode ser resumido em duas palavras: entusiasmo e comprometimento”, disse ele.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT, fez uma avaliação positiva do evento e salientou dois aspectos que considerou exemplares para o sucesso da empreitada: a cooperação conjunta entre a Escola e o Conselho e a integração, em um ambiente harmônico de treinamento, de magistrados e servidores. “Esse é um modelo de parceria nacional que deve ser copiado pelos Regionais para o efetivo resultado do projeto”.

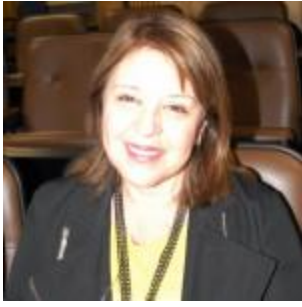
Atividades do dia 20/6

No período da manhã, em continuidade às atividades, os alunos participaram de laboratórios de Prática de Ambiente de Treinamento, e aulas sobre Funcionalidades Específicas da Ferramenta. À tarde, os Juízes multiplicadores participaram de uma mesa-redonda, para troca de experiências, com os magistrados Líder Machado, Francisco Antonio da Silva Fortuna e Luiz Carlos Roveda e com o servidor Eli Queiroz Lisboa. Os Desembargadores foram orientados pela instrutora Dalila Nascimento Andrade, Desembargadora do TRT da 5.^a Região, e pelo servidor Roberto Carlos de Almeida, do TRT da 12.^a Região.

Opinião dos Magistrados



Desembargador do Trabalho José Edilsimo Eliziário Bentes, do TRT da 8.^a Região: O curso foi muito bom, com exposições didáticas bem concatenadas. A parte prática exige e alerta o candidato para um conhecimento de informática.



Desembargadora do Trabalho Maria Regina Machado Guimarães, do TRT da 10.^a Região: O curso alerta inicialmente para uma mudança de paradigma. Devemos receber o novo sem resistência. Importante a iniciativa de capacitação de magistrados e servidores para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos como o PJe e no nosso dia a dia. Os desafios são grandes, porém não intransponíveis.



Juíza do Trabalho Substituta Erika Moreira Bechara, do TRT da 8.^a Região: A ENAMAT está proporcionando aos magistrados multiplicadores conhecer um dos instrumentos mais relevantes para o Judiciário nos últimos tempos, pois a contribuição para a celeridade processual e o acesso de todos são pontos marcantes e fundamentais para a sociedade hodierna.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, do TRT da 4.^a Região: O curso se revelou essencial em razão de sua dupla finalidade: transmitir conhecimentos relacionados ao uso da nova ferramenta e, para isso, a importância de conhecer e usar as suas funcionalidades e abordar questões vinculadas ao repasse desses conhecimentos a todos os demais que, nas respectivas regiões, irão conviver com essa nova ferramenta.



Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.^a Região–BA; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT



Participantes do 1º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico

2.º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT

20 a 22 de agosto de 2012:

Capacitação para Magistrados da Força Nacional

3 a 5 de setembro de 2012:

Capacitação para Magistrados Multiplicadores das Escolas Judiciais

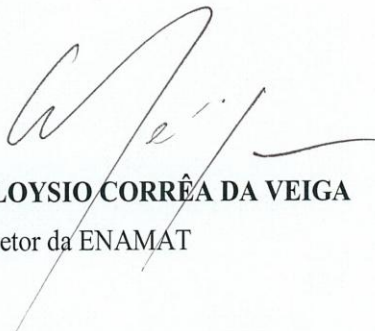
MOMENTO DO PJe/JT

Diante do cronograma estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT para a implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho;

Diante da necessidade de formar formadores na habilidade com a ferramenta, de imediato;

É necessário que o Curso de Formação de Formadores tenha ênfase na prática, isto é, privilegie o laboratório. Pedagogia e Andragogia ficam para outra oportunidade, num segundo momento ou fase.

Temos que formar multiplicadores para todas as Escolas Judiciais neste processo de utilização de seus respectivos laboratórios.



Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Diretor da ENAMAT

2º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT

20 a 22 de agosto de 2012

Capacitação para Magistrados da Força Nacional

Cronograma de Atividades

DIA 20/8/2012 (segunda-feira)	
13h	Recepção, credenciamento e integração
13h30min	Abertura - Direção da ENAMAT
14h	ELEMENTOS DO PROCESSO ELETRÔNICO Apresentação do Curso Autoinstrucional em EAD - Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão (4.ª VT de Curitiba-PR)
15h45min	<i>Coffee break</i> – Auditório da ENAMAT – Bloco A – 5.º andar
16h15min	ESTRUTURA DO PJe Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)
18h	Encerramento das atividades

Diretor da ENAMAT preside abertura do 2.º CFF em PJe/JT



Ministra Maria de Assis Calsing, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e coordenadora do Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico; e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

“Somos todos precursores de um momento histórico na Justiça do Trabalho, de mudança de paradigma, que é a transição do processo físico para o virtual. As Escolas Judiciais, em conjunto com a ENAMAT, têm papel importante no sentido de formar multiplicadores com qualidade, para que possam compartilhar conhecimento com os demais Juízes.” Com essas palavras, o Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, conduziu a abertura do 2.º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), ao lado da Ministra Maria de Assis Calsing, Membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional e Coordenadora do Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico.

Segundo o Ministro, a atual fase de formação de multiplicadores é importante para que cada um, em sua jurisdição, possa transmitir os conhecimentos que garantam efetividade à implantação do Processo Judicial Eletrônico em todo o País. “Trata-se de um desafio arrojado em que é preciso estar afinado para não perder o *time*. Precisamos estar comprometidos com os resultados”. Com essa formação, salientou o Ministro, a sociedade ganha um contingente vitorioso nesse processo de transformação.

Foi objetivo da formação capacitar o maior número possível de magistrados na habilidade com a ferramenta do PJe, a fim de que atuassem de imediato como multiplicadores de conhecimentos, compondo a Força Nacional instituída para dar cumprimento ao cronograma de implantação do PJe estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Essa segunda etapa contou com 19 horas de duração e encerrou-se no dia 22 de agosto.

Participaram da formação 43 magistrados, sendo 11 Desembargadores do Trabalho, 18 Juízes Titulares de Vara do Trabalho, 12 Juízes do Trabalho Substitutos e dois Procuradores do Trabalho. Os alunos foram selecionados pela ENAMAT dentre aqueles Magistrados com habilidade nas áreas de informática e pedagogia.



Magistrados participantes do 2.º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão, 4.^a VT de Curitiba-PR, apresentando elementos do Processo Eletrônico: Curso Autoinstrucional em EAD



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT, expõe sobre a estrutura do PJe

DIA 21/8/2012 (terça-feira)	
08h30min	<p>FUNCIONALIDADES GERAIS DA FERRAMENTA</p> <p>Instrutores: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região – Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT) Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)</p>
10h15min	<i>Coffee break</i> – Auditório da ENAMAT – Bloco A – 5.º andar
10h45min	<p>FUNCIONALIDADES GERAIS DA FERRAMENTA</p> <p>Instrutores: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região – Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT) Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)</p>
12h30min	Almoço
14h	<p>FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA</p> <p>Instrutor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT)</p> <p>- Atividade específica para <u>Juízes (em laboratório de informática)</u></p>
	<p>FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA</p> <p>Instrutor: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região – Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT)</p> <p>- Atividade específica para <u>Desembargadores (em laboratório de informática)</u></p>
15h45min	<i>Coffee break</i> – Auditório da ENAMAT – Bloco A – 5.º andar
16h15min	CONTINUAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LABORATÓRIO
18h	Encerramento das atividades



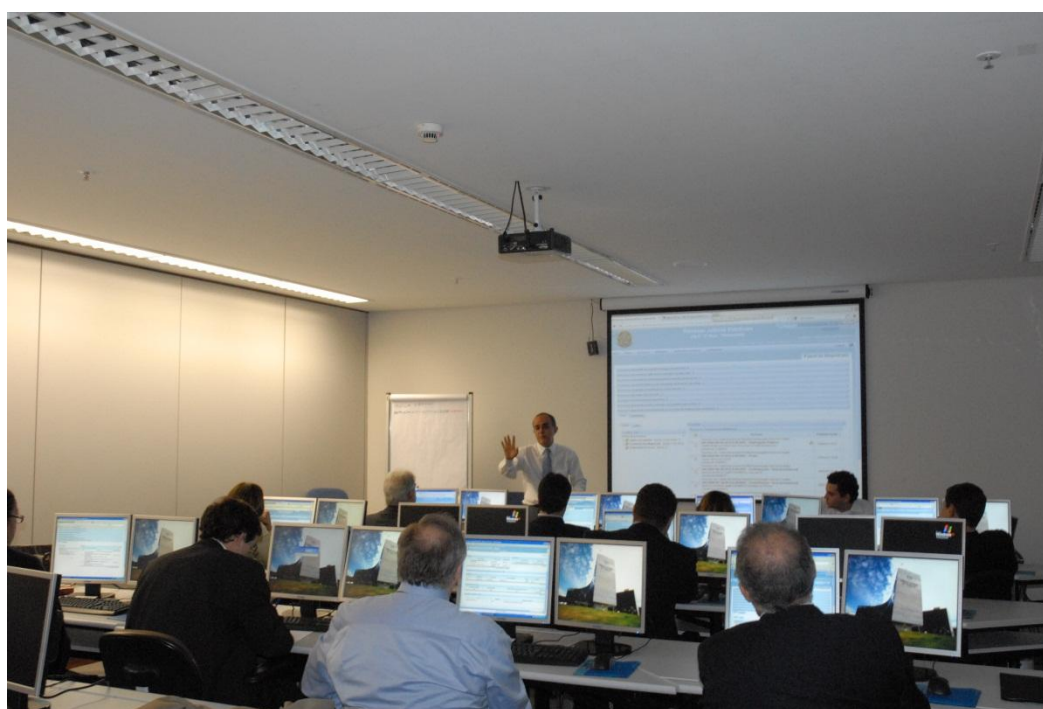
Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.ª Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT, ministra aula sobre as funcionalidades gerais da ferramenta do PJe/JT



Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.ª Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT, apresentam as funcionalidades gerais da ferramenta do PJe/JT



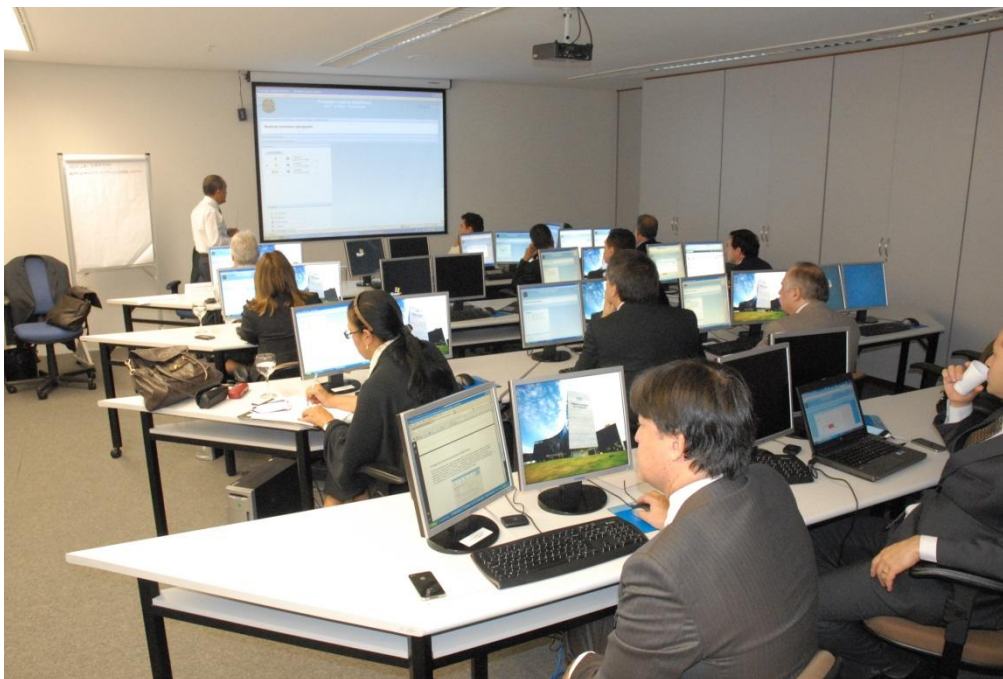
Atividade específica para Juízes, em laboratório de informática, sob a instrutoria do Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT



Atividade específica para Desembargadores, em laboratório de informática, sob a instrutoria do Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.ª Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT

DIA 22/8/2012 (quarta-feira)

08h30min	<p>FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA</p> <p>Instrutores: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região – Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT) Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT) (atuação dos Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório)</p>
	<p>FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS DA FERRAMENTA</p> <p>Instrutores: Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT da 5.^a Região – Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT) Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT) (atuação dos Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório)</p>
10h15min	<i>Coffee break</i> – Auditório da ENAMAT – Bloco A – 5.º andar
10h45min	CONTINUAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LABORATÓRIO
12h30min	Almoço
14h	CONTINUAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LABORATÓRIO
16h	Encerramento do Curso com <i>coffee-break</i> – Auditório da ENAMAT: Direção da ENAMAT



Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório para Desembargadores do Trabalho: Funcionalidades Específicas da Ferramenta, sob orientação do professor, Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.^a Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT



Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório para Desembargadores do Trabalho: Funcionalidades Específicas da Ferramenta, sob orientação do professor, Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.^a Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT



Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório para Desembargadores do Trabalho: Funcionalidades Específicas da Ferramenta, sob orientação do professor, Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.^a Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT



Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório para Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Substitutos: Funcionalidades Específicas da Ferramenta, sob orientação do professor, Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT



Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório para Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Substitutos: Funcionalidades Específicas da Ferramenta, sob orientação do professor, Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT



Alunos em simulação de atividades de instrutoria em Laboratório para Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Substitutos: Funcionalidades Específicas da Ferramenta, sob orientação do professor, Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT

Opinião dos Participantes



Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas – TRT da 5.ª Região

“O 2.º CFF foi muito bom! O grande diferencial foram os colegas terem tido a oportunidade de aplicar, na prática, em uma simulação de capacitação, aquilo que nós transmitimos para eles nos dois primeiros dias de curso. O aumento da carga de atividade prática do sistema foi algo diferencial nesse curso. Com exercício prático maior dos colegas, a escola desempenhou seu papel e obteve o resultado esperado. Houve uma receptividade muito grande de todos os colegas. O curso foi exitoso!”



Adriana Freitas de Aguiar – TRT da 1.ª Região

“Já participei de um curso semelhante sobre PJe na minha Região. Esse foi realmente muito proveitoso pois possibilitou aplicarmos na prática toda a teoria que nos foi passada. Essa troca de experiências com colegas de outras regiões também é importante para o aprendizado, e esse encontro possibilitou isso. Sinto-me preparada para passar aos demais colegas Juízes os ensinamentos que obtive no curso.”



Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz – TRT da 5.^a Região

“O curso foi interessante, proveitoso em todos os aspectos. Foi possível visualizar o sistema, entender como o processo chega à Vara, as tarefas a serem desenvolvidas pelos servidores e pelos advogados. Gostei da importância que eles deram à parte prática: conhecemos mais as ferramentas, entendendo assim o caminho do processo dentro do sistema. Desmistificou a imagem complexa do PJe. Acredito que o curso contribuiu muito, pois sempre há medo e resistência em lidar com o novo. Foi um curso de curta duração, mas certamente servirá como pontapé inicial. A partir do curso, vamos poder passar para os colegas a importância da formação de multiplicadores, em nossas Regiões. Trata-se de uma nova tecnologia, como muitas que já tivemos na Justiça do Trabalho, parecido com a troca da máquina de escrever para o computador. É um mundo novo! essa troca de experiência aqui no CFF foi importante. No final dessa transição, acredito que teremos um processo mais eficiente, rápido e transparente.”



Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas, TRT da 16.^a Região

“O 2.º CFF foi muito proveitoso, pois mostrou mais sobre essa ferramenta excepcional que é o PJe, que vai agilizar e simplificar o processo e ao mesmo tempo quebrar barreiras em sua tramitação. É um desafio sair do processo físico para o virtual, mas acredito que seja uma mudança necessária. Sinto-me preparado, mas acredito que o aprendizado deve ser constante, por se tratar de algo muito complexo. Ao final essa será uma experiência proveitosa para todos os Juízes e jurisdicionados.”

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ao conduzir a solenidade de encerramento do curso, destacou que os Alunos-Magistrados que concluíram o CFF/PJe, juntamente com a ENAMAT e o CSJT, passam a integrar a Força Nacional e a atuar como partícipes dessa mudança que transforma toda a Justiça do Trabalho.

“Temos aqui um contingente diferenciado de Juízes e Desembargadores que nos auxiliarão a transpor esse desafio de transformar a utopia em uma realidade próxima, levando a Justiça do Trabalho a se tornar o expoente dessa transformação social”, disse o Ministro Aloysio.



Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.^a Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT



Participantes do 2.º CFF em Processo Judicial Eletrônico para magistrados da Força Nacional: Desembargadores do Trabalho, Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos

2.º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT

3 a 5 de setembro de 2012

Capacitação para Magistrados Multiplicadores das Escolas Judiciais



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, abre 2º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, abriu, no dia 3 de setembro, o 2.º Curso de Formação de Formadores (CFF) em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) para Multiplicadores Regionais, conclamando os quarenta participantes a se engajarem na “força divulgadora dessa mudança histórica na Justiça do Trabalho”.

Segundo o Ministro, o PJe é um projeto ambicioso que transforma o modelo atual e provoca um rompimento na relação jurídico-processual na Justiça do Trabalho. “Trata-se de uma mudança de paradigma que trará maior efetividade e eficiência à prestação jurisdicional”.

A ENAMAT, disse o Diretor, por sua finalidade institucional, é o órgão adequado para promover a capacitação dos magistrados. Nesse sentido, a Escola Nacional conta com a colaboração de multiplicadores, para que, em curto espaço de tempo, todos os magistrados trabalhistas estejam aptos a trabalhar com o processo eletrônico, atendendo ao cronograma de implantação proposto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

“O Juiz e o Desembargador são os líderes de suas unidades, o que mostra a importância de seu engajamento nesse trabalho voluntariado, como formador de opinião e divulgador dessa modernidade tecnológica que a Justiça do Trabalho coloca a serviço da sociedade”, enfatizou o Ministro Aloysio.

O 2.º CFF em PJe/JT para Multiplicadores Regionais contou com 40 participantes, sendo 14 Desembargadores e 26 Juizes, que passaram a integrar a “Força Tarefa” criada pela ENAMAT com o objetivo de capacitar multiplicadores de conhecimentos.



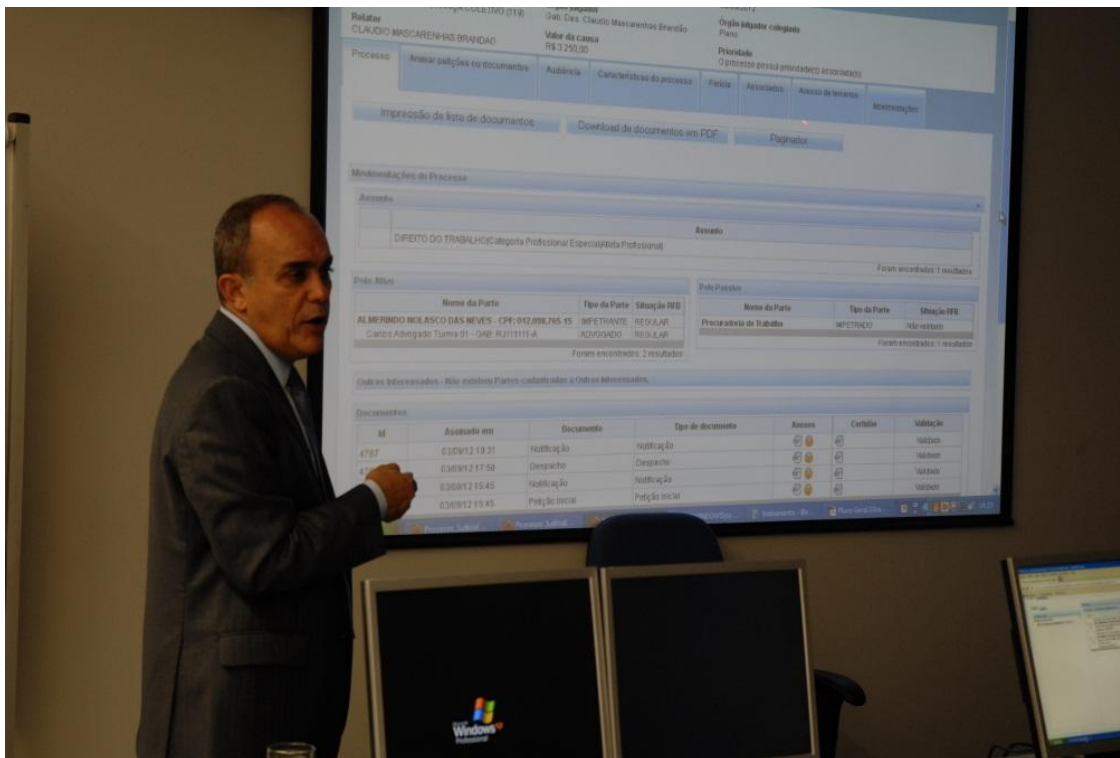
Participantes do 2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



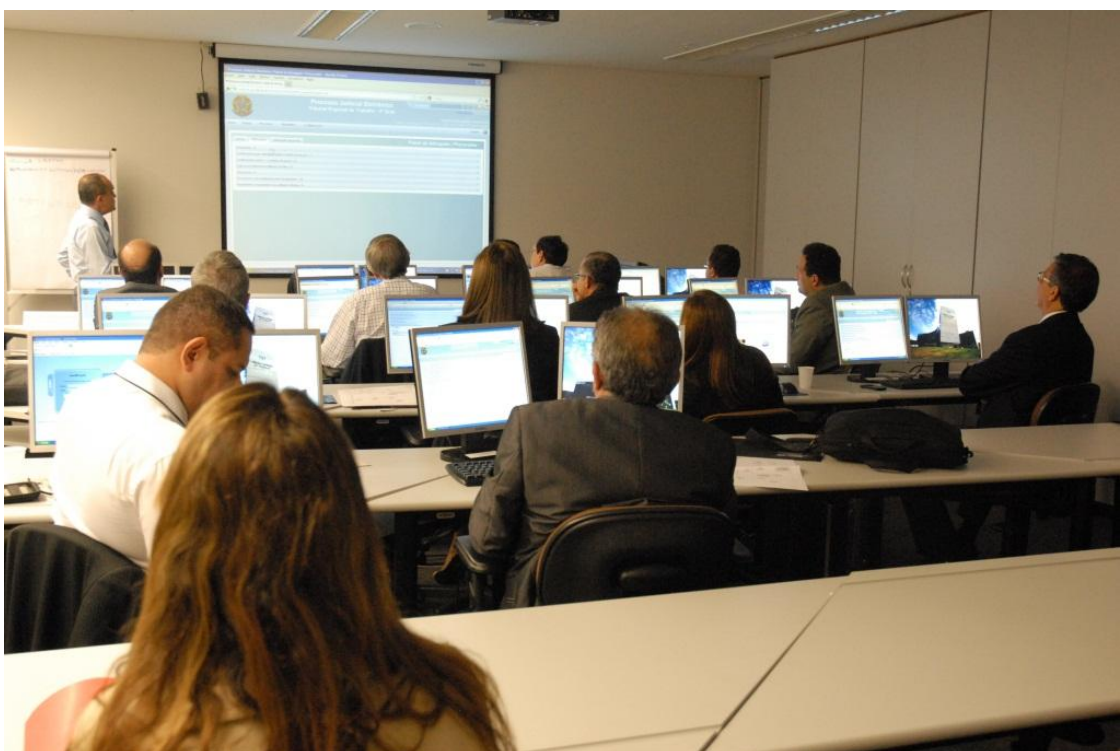
Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT e Membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT ministra aula no 2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão, 4.ª VT de Curitiba/PR, JT ministra aula no 2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



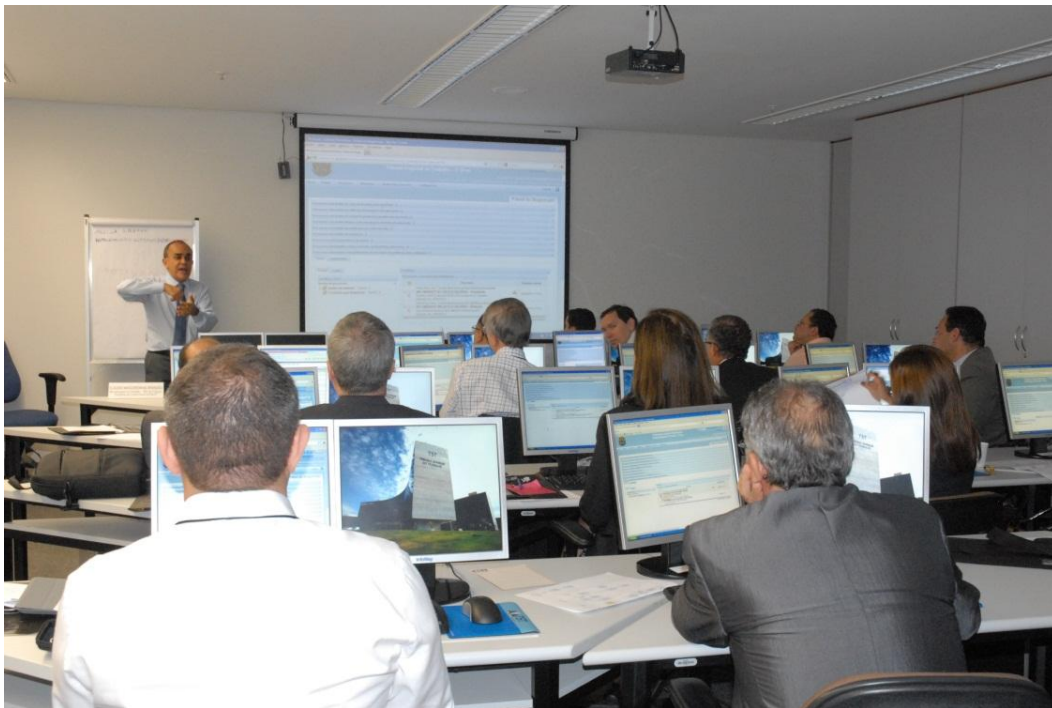
Desembargador do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT da 5.^a Região, Presidente do Comitê Gestor do PJe/JT



Participantes do 2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



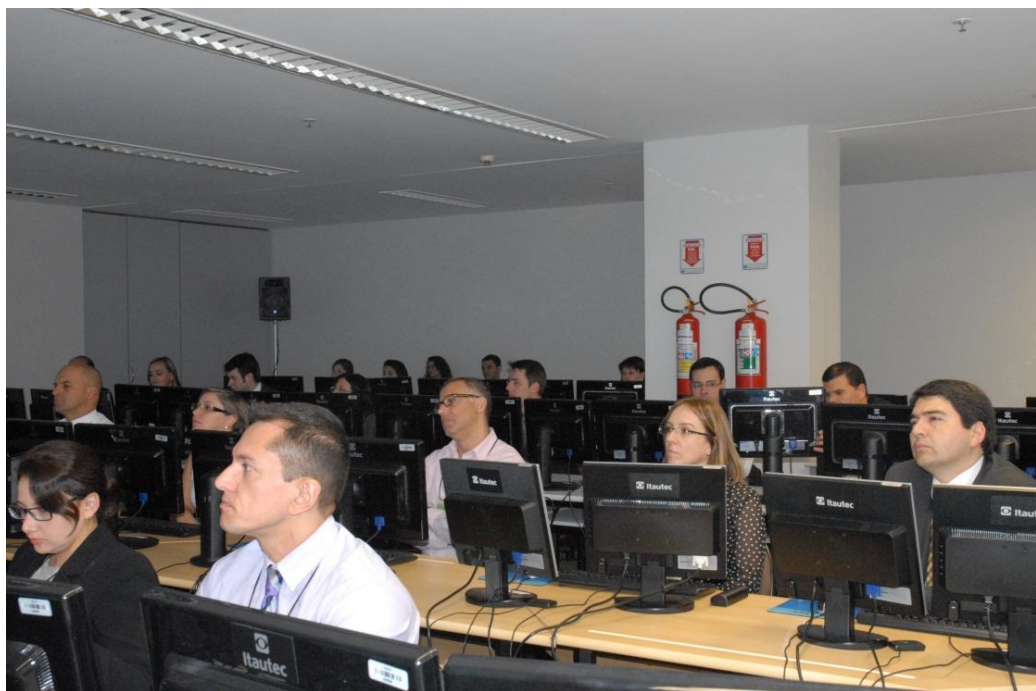
2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



Atividades do 2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



Magistrados no 2.º CFF em PJe/JT, destinado a preparar multiplicadores para as Escolas Judiciais



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT e Membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



2.º CFF em PJe/JT para magistrados multiplicadores das Escolas Judiciais



Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-França/ENAMAT/CEJ-CJF

5 a 9 de novembro de 2012

PROGRAMA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO

09h30-11h30 **Apresentação dos professores e do programa de formação**
Apresentação dos participantes, de suas expectativas e de seu papel no processo de formação

Intervalo

11h30-12h30 **Diferença entre engenharia de planejamento e organização, engenharia de formação e engenharia pedagógica**

Almoço

02h00-04h00 **Os objetivos da formação de magistrados. As capacidades esperadas do magistrado**

— *Formalizar as competências do magistrado*
Trabalho em subgrupo

— *Distinguir qualidades, competências e conhecimentos do magistrado*

04h00-05h30 **Apresentação da Formação inicial na ENM (PowerPoint)**

TERÇA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO

09h30-12h30 **Compreender o mecanismo de aprendizagem de adultos e sua aplicação às escolas de magistratura**

- *Os mecanismos de aprendizagem*
- *Apresentação dos modelos de aprendizagem*
- *Apresentação dos tipos cognitivos*
- *As especificidades das escolas judiciárias*

02h00-05h30 **Como conceber uma ação de formação? A engenharia pedagógica**

— A elaboração de uma ação de formação e a redação de uma ficha de formação

Trabalho em subgrupo

QUARTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO

09h30-12h30 **Saber redigir os objetivos pedagógicos e uma ficha técnica de formação**
Casos práticos em subgrupo

02h00-05h30 **Criar o cenário de uma ação de formação: os diferentes métodos, modalidades e ferramentas pedagógicas**
Casos práticos em subgrupo

QUINTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO

09h30-12h30 **Os métodos ativos: prática de uma simulação**
Encenação. Trabalho em subgrupos

02h00-05h30 **Animação de grupo**
Encenação

Outra possibilidade de programa (Possibilidade de subdividir o grupo):

Elaboração de programa de formação. Intercâmbios, casos práticos

SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO

09h30-12h30 **A avaliação da pessoa formada:**
— Avaliação formativa e somativa
— Avaliação no ingresso: recrutamento, seleção, pré-requisitos
— Avaliação durante o processo de formação
— Avaliação ao final da formação
Diferentes modalidades de avaliação: exemplo da ENM

02h00-16h00 **A avaliação de uma formação ou de um dispositivo de formação**
— Os questionários de satisfação: interesse e limites
— As sondagens com os formandos durante e depois da formação
— As sondagens com profissionais
— As auditorias

Balanço da semana

Anne-Marie MORICE,
Catherine GROSJEAN
Coordenadoras regionais de formação
Escola Nacional da Magistratura

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e a Escola Nacional da Magistratura da França (ENM) realizaram, de 5 a 9 de novembro, o *Curso Interinstitucional de Formação de Formadores*, uma iniciativa inédita no âmbito da formação profissional de magistrados no Brasil.

O curso foi realizado nas instalações da ENAMAT e ministrado pelas magistradas francesas Anne-Marie MORICE e Catherine GROSJEAN, coordenadoras regionais de formação da ENM. A escola francesa, que possui convênio de cooperação com a ENAMAT, é reconhecida mundialmente pela *expertise* em matéria de formação de magistrados.

O evento, desenvolvido por meio de conferências teóricas, estudos de casos práticos e de situações profissionais, além de apresentação de experiências inovadoras e oficinas, contou com tradução simultânea para o português.

Participaram do curso 24 magistrados, sendo 10 indicados pelo CEJ-CJF e 14 pela ENAMAT. O objetivo foi permitir aos alunos a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias à concepção, implementação e avaliação de programas de formação inicial e continuada, de modo a atender às especificidades que caracterizam a formação profissional especializada.

Constaram do programa os seguintes tópicos: abordagem teórica da formação de adultos; especificidades da formação de magistrados; qualidades, competências e conhecimentos dos magistrados; definição dos objetivos da formação, concepção e desenvolvimento de um programa pedagógico; os métodos, as práticas e os recursos pedagógicos; definição e concepção dos suportes pedagógicos; preparação do cenário de formação; os diferentes tipos de avaliação; e a avaliação como parte da formação.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, abriu no dia 5 de novembro o Curso Interinstitucional de Formação de Formadores, destacando a importância da parceria firmada com a Escola Nacional da Magistratura da França e o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

Ele disse que o evento é inédito e ao mesmo tempo desafiador, por reunir duas instituições nacionais e uma estrangeira com o fim específico de formar formadores entre magistrados. Destacou, também, a importância da ENAMAT como instituição de ensino e frisou a necessidade da capacitação de juízes tanto na formação inicial quanto na continuada.

Além do Diretor da ENAMAT, compuseram a mesa de honra o Corregedor-Geral da Justiça Federal e Diretor do CEJ-CJF, Ministro João Otávio de Noronha, e a Magistrada de Ligação da Embaixada da França no Brasil, Carla Deveille-Fontinha.

Ambos foram agraciados com a medalha de honra ao mérito pelos relevantes serviços prestados à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados da Justiça brasileira.

O Ministro Noronha elogiou a iniciativa de somar esforços para o aperfeiçoamento do magistrado brasileiro. Destacou que a ENAMAT é a mais avançada escola para magistrados no País e vem sendo modelo para implantação de outras, do mesmo tipo, em outros ramos da Justiça.

Segundo ele, os Juízes passam por um concurso rigoroso e chegam preparados para desempenhar seu mister, que é a função julgadora, mas que as escolas judiciais o preparam para os novos desafios em massa que se apresentam. “O Juiz retorna à sala de aula para aprimorar conhecimentos relativos à gestão, relacionamento e deontologia, entre outros. Enfim, aprende a lidar com um mundo novo e a medir a repercussão de sua decisão, que muitas vezes tem reflexos econômicos, sociais e trabalhistas.”

A Magistrada de Ligação francesa enfatizou ser uma honra para seu país poder contribuir com sua *expertise* para o aperfeiçoamento de magistrados no Brasil. “Ficamos honrados em poder contribuir com essa tomada de consciência e mudança de paradigma. A teoria todos têm, mas é necessário aprender a ser magistrado e a aprender a ser formador de magistrado. Por isso, esse curso é tão importante”, disse ela.



Ministro João Otávio de Noronha (STJ), Diretor do CEJ/CJF; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Carla Deveille-Fontinha, Magistrada de Ligação da Embaixada da França no Brasil



Ministro João Otávio de Noronha (STJ), Diretor do CEJ/CJF, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Carla Deveille-Fontinha, Magistrada de Ligação da Embaixada da França no Brasil



Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte; Ministro Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; e Ministra Maria de Assis Calsing, Conselheira da ENAMAT



Professoras francesas do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores



Curso Interinstitucional de Formação de Formadores





Curso Interinstitucional de Formação de Formadores



Magistrados em atividades no Curso Interinstitucional de Formação de Formadores



Participantes e professoras do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

Educação a Distância 2012 em Números

A ENAMAT é uma instituição singular pelos resultados que apresenta e que contribuem fortemente para o aumento dos índices nacionais de juízes formados. Nesse sentido, pode-se dizer que o cultivo da excelência profissional vem se consubstanciando nas ações voltadas à expansão do conhecimento para a qualificação continuada dos Magistrados, com vistas a uma prestação jurisdicional eficiente.

A educação a distância da ENAMAT constitui um grande suporte para a qualificação de Magistrados em todo o Brasil. A utilização das ferramentas de EAD oportuniza aos Magistrados do Trabalho, em qualquer lugar em que estejam, acesso aos conhecimentos para sua qualificação profissional. Os cursos de educação a distância vêm conseguindo obter altos índices no alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem.

Em 2012, a ENAMAT deu continuidade ao seu projeto de EAD iniciado em 2010, buscando, na utilização dessa modalidade de educação, obter números crescentes de Magistrados do Trabalho formados com qualidade.

Assim, destacam-se no ano de 2012, as seguintes ações realizadas:

a) Curso de Formação de Formadores em EAD, em segunda edição, com carga horária de 40 horas, divididas em duas fases. A primeira fase (11 horas) presencial e a segunda fase (29 horas) a distância, no ambiente virtual Moodle, ocorreram no período de 28 de março a 6 de abril.

Tabela 01

Tribunal	Total de Magistrados
1ª Região	3
2ª Região	3
3ª Região	3
4ª Região	2
5ª Região	3
6ª Região	2
7ª Região	1
8ª Região	1
9ª Região	3
10ª Região	1
11ª Região	1
12ª Região	2
13ª Região	1
14ª Região	1
15ª Região	3
16ª Região	1
17ª Região	1
18ª Região	2
19ª Região	1
20ª Região	1
22ª Região	1
23ª Região	1
24ª Região	1
TOTAL	39

Tabela participação por Região

b) Curso a distância de Efetividade da Execução Trabalhista, de 16 de maio a 8 de junho, também com 40 horas-aula, 7 Turmas, alcançando 196 Magistrados.

Tabela 02

Tribunal	Total de Magistrados Inscritos
1ª Região	16
2ª Região	17
3ª Região	10
4ª Região	12
5ª Região	4
6ª Região	7
7ª Região	11
8ª Região	9
9ª Região	14
10ª Região	2
11ª Região	15
12ª Região	10
13ª Região	2
14ª Região	7
15ª Região	26
16ª Região	1
18ª Região	5
19ª Região	5
21ª Região	9
23ª Região	12
24ª Região	2
TOTAL	196

Tabela participação por Região

c) Curso de Produção Textual, de 16 de maio a 26 de junho, uma turma, composta por 25 magistrados que já atuavam na ENAMAT como professores de EAD.

Tabela 03

Tribunal	Total de Magistrados Inscritos
1ª Região	2
2ª Região	1
3ª Região	1
4ª Região	1
5ª Região	2
6ª Região	1
7ª Região	1
8ª Região	2
9ª Região	1
10ª Região	1
11ª Região	1
12ª Região	1
14ª Região	1
15ª Região	1
17ª Região	3
18ª Região	1
19ª Região	1
21ª Região	1
23ª Região	1
24ª Região	1
TOTAL	25

Tabela participação por Região

(d) Desenvolvimento, em agosto do corrente ano, pelo Comitê de Educação a Distância da ENAMAT, de módulo autoinstrucional introdutório para ações formativas do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), destinado à utilização pelas Escolas Judiciais.

(e) Curso de Teoria Geral do Juízo Conciliatório (turma piloto) – Modalidade de Educação a Distância, de 14 de maio a 1º de julho, para 27 Magistrados, indicados pelas 24 Escolas Judiciais.

Tabela 04

Tribunal	Total de Magistrados Inscritos
1ª Região	3
2ª Região	1
3ª Região	2
4ª Região	2
5ª Região	3
6ª Região	1
9ª Região	1
10ª Região	1
11ª Região	1
12ª Região	2
13ª Região	1
15ª Região	2
16ª Região	1
17ª Região	1
18ª Região	1
19ª Região	1
20ª Região	1
22ª Região	1
24ª Região	1
TOTAL	27

Tabela participação por Região

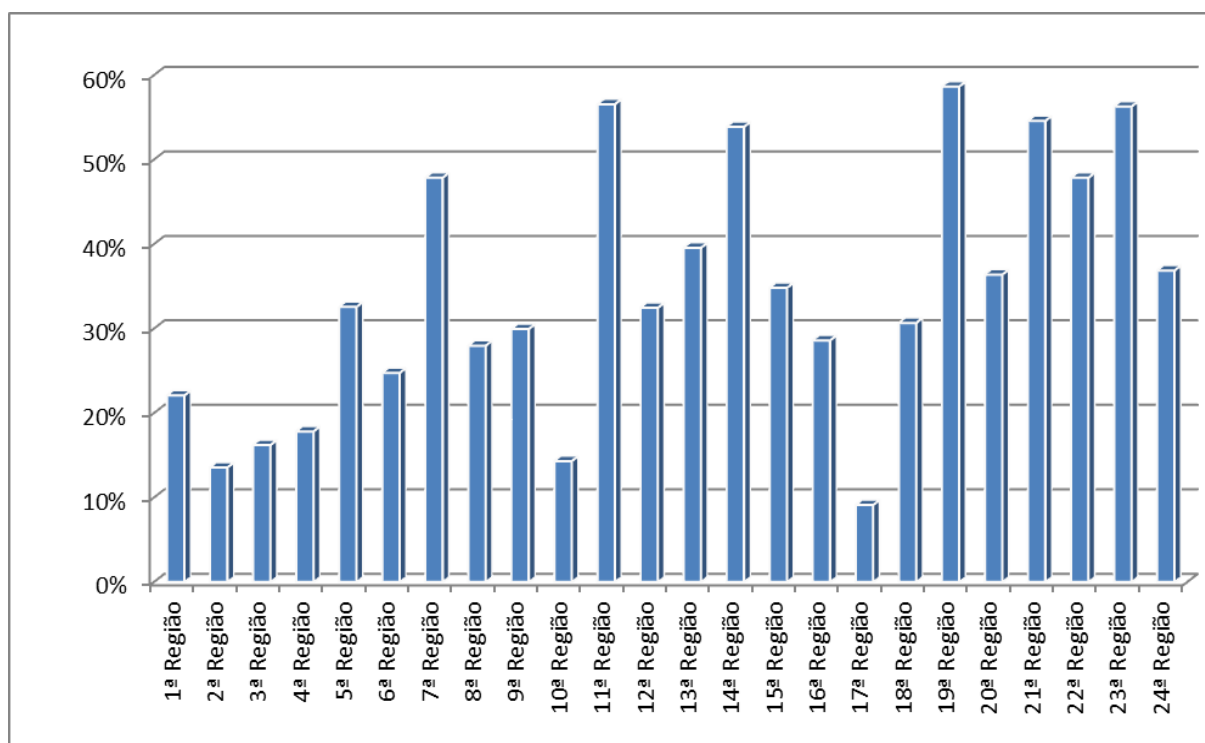
(f) o Curso de Teoria Geral do Juízo Conciliatório – Modalidade de Educação a Distância, de 15 de outubro a 30 de novembro, com 11 Turmas. Esse curso, em sua realização, alcançou a marca de 336 Juízes formados.

Tabela 05

Tribunal	Total de Magistrados Inscritos
1ª Região	19
2ª Região	41
3ª Região	12
4ª Região	12
5ª Região	29
6ª Região	11
7ª Região	9
8ª Região	7
9ª Região	16
10ª Região	5
11ª Região	8
12ª Região	9
13ª Região	13
14ª Região	12
15ª Região	63
16ª Região	7
18ª Região	10
19ª Região	9
20ª Região	6
21ª Região	8
22ª Região	8
23ª Região	13
24ª Região	9
TOTAL	336

Tabela participação por Região

Assim, a ENAMAT, no ano de 2012, capacitou 623 Magistrados do Trabalho utilizando a Educação a Distância, conforme dados apresentados no gráfico abaixo.



Tribunais Regionais do Trabalho

Equipe de EAD da ENAMAT

CONVÊNIOS

A ENAMAT mantém convênios e parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, para intercâmbio de experiências de docentes e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho brasileiros, e recebe com frequência visitas de outras entidades interessadas em conhecer suas atividades.

Em 2012, a Escola deu continuidade à execução dos convênios firmados com instituições para a realização de seus objetivos institucionais e firmou novas parcerias.

<p>THE INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR JUDICIAL TRAINING</p> 	 <p>CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS</p>
 <p>UnB/Universidade de Brasília FD/Faculdade de Direito</p>	 <p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS</p>



Conatrae

A ENAMAT firmou, no dia 13 de março, acordo de cooperação com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) para adoção de ações conjuntas relacionadas à difusão de conhecimentos e experiências práticas direcionadas à prevenção e ao enfrentamento do trabalho escravo e forçado no País.

Em solenidade realizada na ENAMAT, o Diretor da Escola, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e a Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do

Rosário Nunes, firmaram o acordo em nome das duas instituições. Acompanharam a solenidade o Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT e a Ministra Maria de Assis Calsing, membro do Conselho Consultivo da Escola.

A Ministra Maria do Rosário destacou a importância do acordo firmado com a ENAMAT, afirmando que ele vem estreitar ainda mais a disposição do governo de defender “um dos valores democráticos mais preciosos, os direitos humanos, que vêm sendo violados com a exploração do trabalho escravo no Brasil”. Enfatizou a necessidade de manter um diálogo permanente com a sociedade, especialmente com membros das carreiras de Estado, em especial com os Juízes que ingressam na magistratura trabalhista. “Quando produzimos formação aos magistrados para atuação no combate ao trabalho escravo, estamos reforçando os elos para a liberdade”, disse a Ministra.

Dois outros aspectos foram reforçados pela Ministra Maria do Rosário: o enfrentamento da exploração do trabalho de imigrantes e do trabalho infantil. “Quando optamos por enfrentar essa vulnerabilidade constante no País, estamos contribuindo para a construção de um Brasil que todos queremos”.

O Ministro Aloysio disse que devemos aprender com a História e não repetirmos os erros cometidos. “Viemos de um passado em que a escravidão foi marcante no País. Temos que evoluir, para a construção de uma sociedade mais justa e feliz”, disse ele. O Ministro colocou a estrutura da Escola à disposição da Secretaria de Direitos Humanos e reforçou as palavras da Ministra Maria do Rosário no tocante à necessidade de combate também ao trabalho infantil.

José Guerra, Coordenador-Geral da Conatrae, que acompanhou a Ministra na assinatura do documento, disse que o acordo firmado com a ENAMAT visa fortalecer a atuação conjunta entre os dois Poderes da União – Judiciário e Executivo –, tendo em vista contribuir para que constem nos cursos de Formação Inicial e Formação Continuada dos magistrados trabalhistas informações sobre o trabalho escravo no Brasil e as formas de combatê-lo.

A Conatrae é órgão colegiado, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, cuja função primordial é monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo no País.

Lançado em 11 de março de 2003, o Plano contém 76 ações, cuja responsabilidade de execução é compartilhada por órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais.

Prestigiaram o evento o Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo; a Secretária Nacional de Inspeção do Trabalho, Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque; a Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; o Padre Ricardo Rezende Figueira, Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo; Daniel Santini, representante da ONG Repórter Brasil; o Juiz Jonatas Andrade; a presidente do Sindicato dos Auditores do Trabalho Rosângela Rassi; a Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Salete Valesan; o Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, Alexandre Lyra; o Coordenador Nacional do Conaet, Jonas Moreno; e o representante do Ministério Público do Trabalho de Caxias do Sul, Ricardo Garcia.

A presença de representantes de diversos segmentos da sociedade civil na assinatura do acordo representou a união de esforços em torno de uma problemática que preocupa sobremaneira o governo brasileiro.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes; Coordenador Geral da Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae, Doutor José Guerra; e Vice-Diretor da ENAMAT, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires.



Solenidade de assinatura do acordo de cooperação entre a ENAMAT e a Conatrae



Solenidade de assinatura do acordo de cooperação entre a ENAMAT e o Conatrae



Ministra Maria de Assis Calsing, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT; Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos; e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, assina acordo de cooperação



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, assina acordo de cooperação



Solenidade de assinatura do acordo de cooperação entre a ENAMAT e o Conatrae

Escola Nacional da Magistratura da França

Dentro da programação das atividades para o ano de 2012 e como parte do Convênio firmado entre a ENAMAT e a ENM, a Escola Nacional recebeu, nos dias 7, 8 e 9 de março, a participação do magistrado francês Nicolas Castaldi. O convidado participou de várias atividades do 11.º Curso de Formação Inicial. Na oportunidade, recebeu informações sobre relacionamento com a imprensa, participou de oficinas e de visitas ao Foro de Brasília e assistiu a Sessões de Julgamento das Turmas do TST.



Nicolas Castaldi, magistrado francês

“A experiência foi muito proveitosa, pois se trata de uma escola extremamente interessante e muito rica em matéria de formação”. Essa é a impressão do magistrado francês Nicolas Castaldi sobre a ENAMAT.

Nicolas tem 27 anos e esta é a primeira vez que vem ao Brasil. Há dois anos, tornou-se Juiz na área penal. Conforme explicou, existem várias semelhanças entre a ENAMAT e a Escola Nacional da Magistratura, da França. A principal delas é a preocupação com a preparação dos

magistrados para atuar nas audiências, destacando que tanto sua escola como a ENAMAT promovem técnicas simuladas para aperfeiçoar o ensino.

O Juiz francês teceu elogios ao processo eletrônico implantado na Justiça do Trabalho, já em pleno funcionamento em diversas regiões brasileiras, salientando que em seu país o sistema está apenas começando.



Magistrado francês Nicolas Castaldi participa de atividade do 11.º Curso de Formação Inicial



Magistrado Nicolas Castaldi interage com participantes do 11.º Curso de Formação Inicial



Magistrado Nicolas Castaldi participa de oficina no 11.º Curso de Formação Inicial

Curso de Formação de Formadores na França



Desembargador Cláudio Menezes participa de curso na França

O Desembargador do Trabalho Cláudio Armando Couce de Menezes, do Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região (ES), selecionado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), dentre os candidatos inscritos, participou, como bolsista, do curso de Formação de Formadores, realizado na França, no período de 21 de maio a 1.º de junho.

A bolsa foi oferecida pela Embaixada da França no Brasil, em decorrência do convênio firmado entre a ENAMAT e a Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa. O curso alternou aulas teóricas com análise de casos e situações práticas e profissionais, apresentação de experiências e realização de *workshops*.

Juiz do Paraná é selecionado para bolsa de estudos na França



A Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, por intermédio da Embaixada da França no Brasil, e como parte do convênio de cooperação firmado com a ENAMAT, ofereceu uma bolsa de estudos a magistrado trabalhista brasileiro para participação no *Curso sobre Investigação Econômica e Financeira*, realizado em Paris, no período de 12 a 23 de novembro.

A inscrição foi condicionada à comprovação do domínio do idioma francês.

A bolsa oferecida cobriu pagamento de inscrição, despesas de hospedagem e parte das despesas de alimentação do participante. Os custos com as passagens aéreas foram de responsabilidade do magistrado selecionado.

A ENAMAT encaminhou ofício às Escolas de Magistrados e aos Tribunais Regionais do Trabalho comunicando da abertura da vaga.

O Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TRT da 9.^a Região (PR), Eduardo Milléo Baracat, foi o candidato selecionado para participar Curso.

O Juiz do Paraná concorreu com outros seis candidatos, todos Magistrados do Trabalho. Ele preencheu todos os requisitos exigidos para a vaga, além de ter comprovado, com louvor, o domínio do idioma francês e de ser o candidato mais antigo na carreira.

Eduardo Milléo Baracat ingressou na magistratura em 1993 e é o atual Vice-Coordenador da Escola Judicial do Paraná. Possui em seu currículo, entre outros, os cursos Diplome D'études Supérieures (DSU – 1996); Nancy (1992) e Aliança Francesa (2003).

OUTROS EVENTOS

Videoconferência com 13 países que compõem a RIAEJ

31 de maio de 2012

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) participou, no dia 31 de maio, no período da manhã, de videoconferência organizada pela Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ). O evento, que reuniu virtualmente representantes de escolas judiciais de 13 países, teve por proposta a continuidade das discussões sobre o Plano de Ação para o biênio 2011/2013.

O tema em debate foi *Implementação da Norma de Qualidade RIAEJ-NCR 1000:2011 nas Escolas Judiciais e Centros de Formação Judicial da RIAEJ*. Essa constituiu a primeira participação da ENAMAT após seu ingresso na Rede. O Diretor da Escola, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, apresentou a ENAMAT aos demais participantes e falou sobre a experiência da Escola na formação inicial, formação de formadores e formação continuada de magistrados da Justiça do Trabalho.

A partir desse encontro, a ENAMAT passou a integrar definitivamente os trabalhos da RIAEJ, que preveem intercâmbio, troca de experiências e estudos conjuntos para o aperfeiçoamento do sistema de formação de magistrados.

Participaram do encontro virtual representantes da Colômbia, Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, El Salvador e Uruguai.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga participa de videoconferência da RIAEJ



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga apresenta a ENAMAT para participantes da videoconferência realizada pela Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ)

Videokonferéncia
Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais – RIAEJ

31 de maio de 2012



Consejo Superior
de la Judicatura
Sala Administrativa



Escuela Judicial
“Rodrigo Lara Bonilla”

Agenda

Plan de Acción 2011-2013

Eje Temático 1:

Implementación de la Norma de Calidad RIAEJ - NCR 1000:2011 en las Escuelas Judiciales y Centros de Formación Judicial de la RIAEJ

Bogotá, Mayo 31 de 2012

	Saludo de Bienvenida
9:00 a.m.	—
9:15 a.m.	<i>Doctora María Cristina Gómez Isaza</i> Secretaría General RIAEJ Directora Escuela Judicial “Rodrigo Lara Bonilla” de Colombia
	<ul style="list-style-type: none">- <i>Presentación Países Miembros y Grupos de Trabajo</i>-- <i>Escuela Nacional de la Judicatura de la República de Argentina</i>- <i>Red de Escuelas de las Provincias Argentinas y de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (REFLEJAR)</i>- <i>Escuela Nacional de Formación e Perfeccionamiento de Magistrados _</i>- <i>ENFAM de Brasil</i>- <i>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT de Brasil</i>
9:15 a.m.-	<ul style="list-style-type: none">- <i>Escuela Judicial Lic. Edgar Cervantes Villalta de Costa Rica</i>
9:30 a.m.	<ul style="list-style-type: none">- <i>Centro de Capacitación Judicial de Centro América y el Caribe CJC</i>- <i>Escuela Judicial “Rodrigo Lara Bonilla” de Colombia</i>- <i>Escuela Judicial Consejo Nacional de la Judicatura de Ecuador</i>- <i>Escuela Judicial del Consejo General del Poder Judicial del Reino de España</i>- <i>Escuela de Estudios Judiciales de Guatemala</i>- <i>Escuela Judicial "Francisco Salomón Jiménez Castro" del Poder Judicial de Honduras.</i>- <i>Escuela Judicial de Nicaragua</i>- <i>Escuela Judicial del Paraguay</i>- <i>Escuela Nacional de la Judicatura de República Dominicana</i>

- *Escola de Capacitação Judicial “Dr. Arturo Zeledón Castrillo” del de El Salvador*
- *Centro de Estudios Judiciales del Uruguay*

Presentación Consultor

Escuela Judicial “Rodrigo Lara Bonilla” de Colombia

9:30 a.m.

9:45a.m.

–
Doctor Jorge Calderón López

Eje Temático 1: Modelos Educativos y Sistemas de Calidad

Seguimiento y Estado de Avance Implementación de la Norma de Calidad RIAEJ NCR 1000:2001 de los Proyectos Pilotos

9:45 a.m.

10:30 a.m.-

–
Doctor Jorge Calderón López

Consultor Escuela Judicial “Rodrigo Lara Bonilla” de Colombia

10:30 a.m.-

11:00 a.m.-

Sesión preguntas

Eje Temático 1: Modelos Educativos y Sistemas de Calidad

11:00 a.m.-

11:30 a.m.-

Sesión preguntas

Eje Temático 2: Implementación del Nuevo Paradigma Curricular para la Formación de Jueces y Juezas de Iberoamérica

11:30 a.m.

12:00 m.

Acuerdos y Conclusiones

Eje Temático 1: Modelos Educativos y Sistemas de Calidad

Videoconferência: ENAMAT e Escolas Judiciais

Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT)

6 de agosto de 2012



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga participa de videoconferência com Escolas Judiciais

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, presidiu no dia 6 de agosto, diretamente da Sala de Reunião da Diretoria da ENAMAT, uma videoconferência que contou com a participação de representantes das Escolas Judiciais de nove Tribunais Regionais do Trabalho. A pauta da reunião foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), cuja coordenação da capacitação de magistrados está a cargo da ENAMAT.

O Ministro iniciou a conferência reafirmando a importância do comprometimento dos Juízes participantes do grupo de Formação de Formadores na multiplicação do conhecimento. “É importante transmitir ao maior número de magistrados os ensinamentos adquiridos sobre as ferramentas do processo eletrônico, para que possamos cumprir o cronograma de implantação de forma satisfatória”, ressaltou.

Informou aos participantes da conferência sobre o *Kit* Instrucional criado pela ENAMAT para ser aplicado no treinamento dos magistrados, composto por dois módulos: um a distância, com 20 horas de duração, e outro presencial. Nesse sentido, o Ministro reforçou a necessidade de conclusão dos laboratórios das Escolas Judiciais para receber os alunos. A boa notícia foi que quase todos os Tribunais Regionais já estão com seus laboratórios equipados, prontos para funcionar.

A reunião virtual foi um sucesso, e o método utilizado para o encontro recebeu muitos elogios dos videoconferencistas, que puderam debater entre si e dirimir dúvidas com o Diretor da ENAMAT. O Ministro Aloysio prometeu realizar novos encontros utilizando o mesmo método, que, segundo ele, possibilita que se reúnam mais frequentemente, com economia de tempo e recursos.

Participaram da videoconferência: Juiz do Trabalho Substituto Carlos Alberto Zogbi Lontra, TRT da 4.^a Região; Desembargador do Trabalho Pedro Paulo Pereira Nóbrega, TRT da 6.^a Região; Desembargadora do Trabalho Marlene T. Fuverki Sugimatsu, TRT da 9.^a Região; Desembargadora do Trabalho Francisca Rita Alencar Albuquerque, TRT da 11.^a Região; Desembargador do Trabalho Carlos Coelho de Miranda Freire, TRT da 13.^a Região; Juíza Titular de Vara do Trabalho Isabel Carla de Mello Moura Piacentini, TRT da 14.^a Região; Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas e Juiz Titular de Vara do Trabalho Manoel Lopes Veloso Sobrinho, TRT da 16.^a Região; Juíza Titular de Vara do Trabalho

Denise Marsico do Couto, TRT da 17.^a Região; e Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa, TRT da 19.^a Região.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, na Sala de Reunião da Diretoria da ENAMAT, participa de videoconferência com Escolas Judiciais

Curso sobre o Sistema de Formação da Magistratura do Trabalho da Escola Judicial da 21.^a Região

21 e 22 de setembro de 2012

A ENAMAT participou, como colaboradora, do curso intitulado *O Sistema de Formação da Magistratura do Trabalho*, realizado na sede da Escola Judicial da 21.^a Região (RN), nos dias 21 e 22 de setembro. O objetivo do evento foi estudar os principais aspectos do Sistema de Formação da Magistratura do Trabalho na perspectiva de alinhamento com as práticas formativas regionais. O curso foi preparatório para *Workshop* a ser desenvolvido em 2013, com ampla participação no planejamento e gestão da Escola Judicial.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, foi destacado para auxiliar a Escola Judicial na condução do curso, que faz parte do programa de formação continuada, e para colaborar com o aperfeiçoamento da própria gestão escolar. A participação reforça o papel da ENAMAT não apenas como coordenadora do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho, mas, essencialmente, como uma parceira atuante das

Escolas Judiciais, contribuindo diretamente, sempre que chamada, com as suas atividades formativas. A atuação conjunta e em colaboração com as 24 Escolas Judiciais constitui prática consolidada pela Escola Nacional.

Ao longo das 12 horas do curso, os magistrados trabalhistas da 21.^a Região debateram temas dispostos em três eixos temáticos: Políticas da Formação de Magistrados; Práticas de Formação e Processos Formativos na Realidade Brasileira. Questões complexas específicas da qualificação da Magistratura constituíram o centro dos debates, como: por que o Juiz precisa aprender; o que o Juiz deve aprender; como o Juiz pode aprender; o papel da Escola Judicial; como avaliar os Magistrados; e os eixos de competências profissionais que integram os cursos para os juízes.

O curso abordou também temas mais amplos, como a transdisciplinaridade dos conhecimentos e a crise da educação em geral no século XXI, com suas repercussões sobre a educação para o trabalho ou formação profissional. Foram ainda analisadas, inclusive com recurso de materiais em vídeo, novas tendências na educação, como a proposta do teórico Edgar Morin em sua obra *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*.

O instrutor indicado pela ENAMAT, Juiz Giovanni Olsson, considerou o evento de extrema importância, porque, com a participação ativa dos magistrados da 21.^a Região, ele permitiu aprofundar a reflexão dos temas mais relevantes do atual momento da qualificação dos Magistrados do Trabalho. “A sociedade contemporânea, globalizada e com suas crises de valores, exige muito do Judiciário, e os Magistrados do Trabalho devem estar cada vez mais preparados para prestar com qualidade o serviço público de Justiça Social; para tanto, as Escolas Judiciais devem avançar continuamente nas teorias e práticas pedagógicas” – ressaltou o Juiz Olsson.

Reunião sobre o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe/JT)

2 de março de 2012



Participantes da reunião sobre o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho

Em reunião conjunta entre o Comitê Nacional de Implantação do Processo Judicial Eletrônico do CSJT, representado pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT e Membro do Comitê Gestor do PJe/JT, e a ENAMAT, representada por sua equipe técnica e pelos Assessores da Direção e Membros do Conselho Consultivo e do Comitê de Educação a Distância, foram definidos os procedimentos conjuntos para o alinhamento das ações formativas de magistrados com o cronograma de implantação da ferramenta em todas as Regiões, de forma a garantir o seu pleno êxito.



Participantes da reunião sobre o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho

Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT

6 de agosto de 2012

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, pelo Ato – ENAMAT n.º 2, de 6 de agosto de 2012, instituiu o Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT). Nesse Ato também foram estabelecidos o objetivo, a composição e as atribuições do Comitê. No quadro abaixo, está a íntegra dos artigos constantes do ato da ENAMAT.

Art. 1.º Fica instituído o Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT no âmbito do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho – SIFMT.

Art. 2.º O Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho tem por objetivo principal proporcionar a integração das ações de formação dos Magistrados para a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT definido na Resolução n. 94/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

Art. 3.º O Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT é composto pelos

seguintes membros:

I – Ministra MARIA DE ASSIS CALSING (Coordenadora);

II - Desembargador ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA, Diretor da Escola Judicial do TRT da 1ª Região;

III – Desembargadora FLÁVIA SIMÕES FALCÃO, Coordenadora da Escola Judicial do TRT da 10ª Região.

Art. 4.º – São atribuições do Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT:

I – ajudar a disseminar, na Magistratura do Trabalho, a formação profissional como instrumento essencial da qualificação e do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional;

II – desenvolver e implementar estratégias para a efetividade do modelo de formação profissional de Magistrados para a implantação do Processo Judicial Eletrônico em âmbito nacional;

III – planejar e executar ações, no âmbito da ENAMAT, para a formação de formadores em Processo Judicial Eletrônico, tanto presenciais quanto por educação a distância;

IV – supervisionar as ações formativas das Escolas Judiciais de capacitação de Magistrados na implantação do Processo Judicial Eletrônico, em sincronia com o Comitê Nacional de Implantação e os Comitês Regionais nas respectivas Regiões;

V – alinhar ações formativas com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, conforme o cronograma de implantação.

1ª Turma Nacional de Multiplicadores do PJe/JT

18 a 20 de junho de 2012

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e o Conselho Superior da Justiça do trabalho (CSJT) realizaram, de 18 a 20 de junho, o Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT).

O curso realizado na sede da ENAMAT, em Brasília, teve como público-alvo os magistrados integrantes da 1.^a Turma Nacional de Multiplicadores, instituída pelo Ato Conjunto CSJT.ENAMAT n.º 1/2012.

A ENAMAT é responsável pela capacitação dos magistrados e o CSJT pela capacitação dos servidores. O grupo de alunos coordenado pela ENAMAT compôs-se de dez magistrados formadores nacionais, sendo dois de cada Região geográfica (um Desembargador e um Juiz), indicados pela Escola Nacional, e de magistrados multiplicadores, até o máximo de dois Desembargadores e três Juizes, indicados pelas Escolas Judiciais, integrantes dos Tribunais das seguintes Regiões: 3.^a (MG), 8.^a (PA/AP), 15.^a (Campinas/SP), 21.^a (RN), 22.^a (PI) e 24.^a (MS).

O curso teve como objetivo a formação de formadores multiplicadores para atuar diretamente na capacitação no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho à medida que forem ocorrendo as ações de implantação do PJe/JT em 1.º e 2.º graus. Sua realização ocorreu em duas fases, sendo a primeira presencial e a segunda a distância.

A fase presencial tratou de temas como Estrutura do Projeto do PJe/JT, Elementos do Processo Eletrônico, Funcionalidades Gerais e Específicas da Ferramenta do PJe e Andragogia. Já a fase a distância foi destinada à execução de atividades práticas no ambiente de treinamento do PJe.

Participaram como instrutores do curso destinado aos magistrados: Desembargadora do Trabalho Dalila Andrade (TRT da 5.^a Região); Desembargador do Trabalho Cláudio Brandão (TRT da 5.^a Região); Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva (Auxiliar da Presidência do TST); Juiz Titular de Vara do Trabalho Braúlio Gabriel Gusmão (TRT da 9.^a Região); Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann Hackradt (TRT da 21.^a Região); Juiz do Trabalho Substituto Líder Machado (VT do Gama – TRT da 10.^a Região); Juiz do Trabalho Substituto Francisco Fortuna (VT de Caucaia – TRT da 7.^a Região); Juiz Titular de Vara do Trabalho Luiz Carlos Roveda (VT de Navegantes – TRT da 12.^a Região); Servidor Roberto Carlos de Almeida (Secretário do Tribunal Pleno – TRT da 12.^a Região); Servidor Eli Queiroz Lisboa (Assistente de Juiz da VT do Gama) e Servidor Abel Arimatéia (TRT da 7.^a Região).

2.^a Turma de Formadores para Multiplicadores Regionais em PJe/JT

3 a 5 de setembro de 2012

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT e o Conselho Superior da Justiça do trabalho (CSJT) promoveram entre os dias 3 e 5 de setembro o 2.º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) para Multiplicadores Regionais, com o objetivo formar os participantes para que repassem aos magistrados, em suas regiões, os conhecimentos adquiridos.

O curso contou com a participação de 40 magistrados – 14 Desembargadores e 26 Juízes – e desenvolveu-se no auditório da ENAMAT, situado no 5.º andar do Edifício-sede do TST, em Brasília, tendo se encerrado, com êxito, no dia 5 de setembro.

O Diretor da Escola Nacional, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ao conduzir a cerimônia de encerramento, destacou que o aprimoramento dos magistrados deve ser constante, pois o PJe é um processo em evolução que se aperfeiçoa diariamente. “Trata-se de um processo que exige de nós uma formação permanente, até que cheguemos ao ideal”, disse o Ministro, enfatizando que a ENAMAT dará todo o apoio necessário aos multiplicadores para a disseminação do conhecimento.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT e membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT, que atuou como professor nesse 2.º CFF, disse que a ENAMAT manterá na rede um ambiente nacional para treinamento naquelas regiões que ainda não implantaram o sistema do PJe.

Reunião com Escolas Judiciais e Comitês Regionais de Implantação do PJe/JT

27 e 28 de agosto de 2012



Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, abre reunião sobre PJe/JT

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidiu, no dia 27 de agosto, em Brasília, a cerimônia de abertura da reunião com Escolas Judiciais e

Comitês Regionais de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça do Trabalho.

Segundo o Ministro Aloysio, a Justiça do Trabalho é pioneira na implantação do processo eletrônico no País, “uma verdadeira revolução no processo judicial que trará melhorias significativas na prestação jurisdicional”. Para ele, é inadmissível nos tempos atuais que a demora na tramitação dos processos impeça o trabalhador de usufruir de seu direito, que acaba por ser gozado por seus herdeiros e sucessores.

O Ministro destacou também que a Força Nacional, instituída para colaborar com a capacitação de servidores e magistrados trabalhistas, é essencial para o êxito do PJe. Enfatizou, ainda, a importância de as Escolas Judiciais equiparem seus laboratórios para tornar o ambiente de treinamento adequado às necessidades da formação.

A reunião de trabalho foi conduzida pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, Auxiliar da Presidência do CSJT e membro do Comitê Gestor de Implantação do PJe/JT, e pelo Servidor Ben Hur Lopes Oliveira, Analista de Sistemas da Escola Nacional. Participaram do encontro 27 membros dos Comitês Regionais de Implantação do PJe e 24 secretários de Escolas Judiciais.

Banco de cursos de educação a distância

26 de julho de 2012

O novo Banco de Cursos de Educação a Distância (BCEAD), instituído no dia 26 de julho pela ENAMAT, por meio da Resolução n.º 11/2012 pretende reunir todos os materiais didáticos digitais e cursos produzidos pelas Escolas Judiciais na modalidade a distância.

As Escolas Judiciais passaram a utilizar-se, a partir dessa data, do banco para compartilhar conhecimento, enviando para o BCEAD todo o material didático produzido, a fim de transmitir as experiências adquiridas, em caráter nacional.

O BCEAD visa não só ao compartilhamento de cursos a distância, como também de outros objetos digitais de aprendizagem, como vídeos e textos. Possibilita que os gestores comprometidos com a promoção do ensino compartilhem com as demais Escolas Judiciais todo o material produzido, o que resulta na disseminação do conhecimento de qualidade, com maior agilidade e melhor aproveitamento de recursos públicos.

O Banco é mantido em servidor da ENAMAT ou replicado em servidores de Escolas Judiciais que possuem estrutura de informática compatível com o novo sistema. As escolas judiciais do Trabalho podem alimentar o Banco de Cursos encaminhando para a ENAMAT o material a ser compartilhado, bem como têm livre acesso ao material cadastrado, podendo replicá-lo ou aprimorá-lo, respeitando os termos dos direitos autorais.

Para o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, a iniciativa representa um passo essencial para a criação de uma infraestrutura educacional em sintonia com as possibilidades da tecnologia da informação, constituindo um benefício ao processo de formação inicial e continuada dos magistrados.

PALESTRAS REALIZADAS

Escola Judicial da 1.^a Região

7 de maio de 2012

- O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, reuniu-se, no **dia 7 de maio**, com os dez novos Juízes Substitutos, recém-aprovados no último concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 1.^a Região, para uma palestra. O evento, que faz parte do cronograma do Curso de Especialização para Magistrados, promovido pela Escola Judicial da 1.^a Região (EJ1), teve como objetivo mostrar aos novos Juízes a função e a importância da EJ1 na formação de suas carreiras.



Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho–1.^a Região; Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Diretor da Escola Judicial/TRT–1.^a Região; e Ministro Aloysio Correa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Os novos Juízes Substitutos do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região

Ressaltou o Ministro Aloysio em sua palestra que “as características do Juiz mudaram ao longo do tempo, com o advento da nova Constituição Federal”. Segundo ele, “após a Constituição de 1988, quando o Direito passou a ser mais humano e deixou de priorizar o patrimônio, a magistratura saiu do ‘ter’ para o ‘ser’”. “Houve a valorização do homem e de seu trabalho” – disse.

A Presidente do TRT da 1.ª Região, Desembargadora do Trabalho Maria de Lourdes Sallaberry, prestigiou o evento e destacou a importância da Escola Judicial na formação de novos Juízes. O Ministro Aloysio salientou que ele e a Desembargadora foram colegas de concurso, em outra realidade de Justiça do Trabalho.

Encerrando a apresentação, o Diretor da ENAMAT enfatizou a importância das Escolas Judiciais, cujas criações foram previstas pela Emenda Constitucional 45, e salientou que os Juízes devem ter três características: a cognição (conhecimento do ofício e clareza de que é necessário estudar sempre); o funcional (saber fazer e ser o primeiro corregedor da Vara); e a atitude (saber ser e estar). “Não pode haver desvio de conduta do magistrado, pois este representa a sociedade, sendo um agente do Estado em tempo integral. O Juiz tem que ser tecnicamente correto e eticamente humano, mas com um compromisso social”, finalizou o Ministro.



Os Juizes Substitutos com o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e o Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha

I Encontro Nacional do CNJ com Presidentes e Corregedores dos Tribunais sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe)

29 de maio de 2012

- O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou como palestrante, no **dia 29 de maio**, do **I Encontro Nacional do CNJ com Presidentes e Corregedores dos Tribunais sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe)**. O Ministro falou sobre o tema *Os desafios na formação para o PJe*, para um público de cerca de 250 pessoas, entre Presidentes, Corregedores e Servidores especializados de todos os 92 tribunais no Brasil, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em Brasília.

Segundo o Ministro, o PJe é muito mais que apenas um *software* ou uma questão de Tecnologia da Informação (TI), “é uma reinvenção completa do modelo de prestação do serviço público de Justiça dentro do Poder Judiciário”. Nesse sentido, destacou que, pela dimensão e complexidade do projeto, não é possível a formação profissional centralizada dos

magistrados, pois ela exige a combinação de ações nacionais com ações regionais de cada tribunal.

“Somente a Escola Judicial possui condições de reunir todos os conhecimentos, sistematizá-los e apresentá-los na forma de cursos para a qualificação profissional dos magistrados”, salientou o Ministro Aloysio, lembrando que a formação profissional, por ser estratégica para o Poder Judiciário, pois envolve sua atividade-fim, não pode ser terceirizada ou realizada por entidades estranhas aos tribunais envolvidos no projeto. “O PJe é um projeto em evolução permanente, e a capacitação dos magistrados é também contínua e permanente”, finalizou.

Ciclo de Estudos no Tribunal Regional do Trabalho da 18.^a Região

3 de agosto de 2012

- O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou como palestrante do **Ciclo de Estudos Sobre Direito do Trabalho e Processo do Trabalho**, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 18.^a Região (GO) no dia 3 de agosto, no auditório do Fórum Trabalhista de Goiânia.

Ao expor sobre o tema *O Princípio da Razoável Duração do Processo*, o palestrante convidou os participantes a uma reflexão sobre a necessidade de o Poder Judiciário imprimir celeridade em suas ações, sempre aliada, porém, à qualidade. “Ser razoável no tempo não significa uma velocidade absoluta em detrimento de uma profunda e fundamental reflexão”, afirmou.

De acordo com o Ministro, os princípios constitucionais devem funcionar harmonicamente entre si. Dessa forma, a razoável duração do processo deve estar em estreita ligação com os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Foram participantes da palestra Juízes, Assessores e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18.^a Região.

O Ministro Walmir Oliveira da Costa, Conselheiro da ENAMAT, também participou do evento. Ele proferiu palestra sobre o tema *Efeito Devolutivo do Recurso Ordinário em Extensão e em Profundidade*.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e a Desembargadora Elza Cândido da Silveira, Diretora da Escola Judicial da 18.^a Região



Ministro Walmir Oliveira da Costa, Conselheiro da ENAMAT, proferindo palestra no Tribunal Regional do Trabalho da 18.^a Região

Instituto Aliomar Baleeiro

24 de agosto de 2012

- O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, proferiu palestra no II Ciclo de Estudos sobre Práticas Antissindicais e as Convenções da OIT, na sede do Instituto Aliomar Baleeiro, em Brasília. O evento contou com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENAMAT.

4.º Fórum de Educação a Distância

23 de outubro de 2012

- O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou no dia 23, da Abertura do *4.º Fórum de Educação a Distância*, em Brasília–DF.

O Fórum, abordando o tema *O acesso ao conhecimento como política de modernização do Judiciário*, teve como público-alvo 300 magistrados e servidores de todo o Poder Judiciário, além de convidados dos Poderes Legislativo e Executivo. Organizado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, por meio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, o Fórum visou difundir a metodologia de Educação a Distância como ferramenta de gestão e disseminação do conhecimento, incentivar o compartilhamento de conteúdos e proporcionar alternativas para o desenvolvimento de pessoas com otimização de recursos públicos.

XXI Congresso Brasileiro de Magistrados

21 a 23 de novembro de 2012

“O magistrado como agente de transformação social no século XXI” é o tema central do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados que ocorreu de 21 a 23 de novembro em Belém, no Pará. O evento, promovido pela Associação dos

Magistrados Brasileiros – AMB, entidade nacional que congrega magistrados de todos os segmentos do Poder Judiciário Nacional, promoveu diversos debates sobre o novo papel do juiz no início do século XXI.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga profere palestra sobre *A Formação de Magistrados*

O magistrado como agente de transformação social no século XXI foi o tema central do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados, que ocorreu de 21 a 23 de novembro, em Belém, Pará. O evento, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entidade nacional que congrega magistrados de todos os segmentos do Poder Judiciário Nacional, promoveu diversos debates sobre o novo papel do Juiz no início do século XXI.

Entre os temas em discussão, a Formação de Magistrados ganhou destaque, em painéis e conferências com autoridades do Judiciário e de vários outros segmentos profissionais. O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, foi convidado para tratar do tema *A Formação de Magistrados* na tarde do dia 22 de novembro.

Em sua exposição, ele destacou o novo paradigma de formação profissional de magistrados que foi implantado com a Emenda Constitucional n.º 45/2004, que, entre outras inovações, criou duas escolas nacionais de sede constitucional: a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), sendo esta a pioneira, instalada em setembro de 2006. Em especial, o ministro ressaltou os princípios da profissionalização e da institucionalização que emergiram nessa nova realidade.

No primeiro ponto, a ênfase foi para os novos conhecimentos que o magistrado deve apreender nas Escolas Judiciais para desempenhar com qualidade sua missão de agente de pacificação social. Dentre eles, destacou: saber se relacionar interpessoalmente, com partes e advogados; saber se relacionar com a sociedade e a mídia, explicitando suas ações para a sociedade com linguagem clara e acessível; saber gerir pessoas, como líder de uma unidade judiciária; e saber promover a conciliação pacificadora do conflito e não apenas extintiva de processos. Segundo o Ministro, o conhecimento puramente técnico do Direito já foi adquirido e validado pela aprovação no concurso, mas isso não basta para o bom exercício da profissão, e a escola judicial surge exatamente como a ponte que une os conhecimentos da Economia, da Sociologia, do Jornalismo, da Psicologia, da Administração e de tantos outros ramos.

Como disse o diretor da ENAMAT, a profissionalização da formação profissional significa, sucintamente, que “a aquisição e o desenvolvimento das competências profissionais é realizada sob uma tripla base político-pedagógica: NO trabalho, DO trabalho e PARA o trabalho”. “NO trabalho” significa que a formação profissional ocorre no exercício da jurisdição, e não antes ou fora dela. “DO trabalho” significa que tudo que o Juiz apreende na escola é retirado de seu conteúdo ocupacional e estruturado com base naquilo que ele efetivamente exerce. E, por fim, “PARA o trabalho”, significa que a atividade formativa desenvolvida na escola deve repercutir concretamente na prática profissional.

No segundo aspecto, a institucionalização, o Diretor explicou que, na medida em que a formação profissional tem por objetivo a qualificação em concreto do exercício profissional da judicatura, a sua realização deve estar diretamente incorporada na própria instituição judiciária: “formar o magistrado como profissional não é missão da academia ou de outras instituições públicas ou privadas fora dos tribunais aos quais se encontram vinculados”. Por isso, lembrou ele que, embora sejam saudáveis as realizações de convênios com outras instituições, não se pode permitir a “terceirização” da formação profissional do Juiz.

Além disso, e como exemplo dessa mudança de paradigma, o Ministro Aloysio destacou algumas das realizações da ENAMAT nesses poucos mais de seis anos de existência. O Ministro lembrou as dezenas de cursos realizados diretamente pela ENAMAT para os Juízes em fase de vitaliciamento (formação inicial), para os juízes vitalícios – tanto substitutos, como titulares – e desembargadores (formação continuada), e para os instrutores e outros profissionais de ensino da ENAMAT e das 24 Escolas Judiciais dos tribunais regionais (formação de formadores), o que configura uma extensa e intensa prática formativa.

Os temas e formatos dos cursos da ENAMAT são muitos variados, tratando de Administração Judiciária de Vara do Trabalho e de Tribunal Regional, o último exclusivamente para Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais, Teoria Geral do Juízo Conciliatório, Efetividade da Execução Trabalhista, Formadores em Educação a Distância, em Desenho Instrucional e em Tutoria *on-line*, Formadores em Gestão de Escola Judicial e em Processo Judicial Eletrônico. Além disso, destacou a importância da educação a distância na Justiça do Trabalho, onde a ENAMAT e as 24 Escolas Judiciais programam, desenvolvem e executam internamente todas as ações a distância em plataforma própria pela internet, alcançando todos os 3.500 magistrados do trabalho onde quer que estejam e a qualquer hora.

Uma escola judicial, ao cumprir seu papel constitucional, está sendo o vetor de desenvolvimento em concreto da própria qualidade da prática jurisdicional, e, por isso, lembrando o slogan da ENAMAT, disse que é realmente o lugar “onde a Justiça vai à Escola”.

VISITAS REALIZADAS

Visitas Institucionais Nacionais

CONEMATRA

10 de fevereiro de 2012

- O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, esteve presente à Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Nacional de Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), ocorrida no dia 10 de fevereiro de 2012, em Fortaleza. Na ocasião, apresentou o posicionamento da ENAMAT diante da minuta de nova redação da Resolução n.º 126 do CNJ, sustentando os seguintes pontos:
 - ✓ 1.º: Revogação total da minuta apresentada e da atual resolução em vigor.
 - ✓ 2.º: Suprimir do texto da minuta os artigos 1.º, 6.º, 8.º e 16.º; especificar ENAMAT e ENFAM onde houver menção às Escolas Nacionais; e suprimir do texto menção às Escolas da Magistratura.

COLEPRECOR

9 de agosto de 2012

- O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, participou, no dia 9 de agosto, da Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor). Na oportunidade, falou sobre a importância da capacitação dos magistrados que irão operar com o Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT.



Ao centro, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST

O Ministro Aloysio destacou a necessidade de engajamento dos Tribunais Regionais na etapa atual de capacitação de Juízes que servirão como multiplicadores de conhecimentos para uso das ferramentas do PJe. “É preciso fechar em um objetivo: capacitar o maior número de Juízes”, disse. Para isso, destacou a necessidade de os TRTs escolherem Juízes com o perfil de formadores para participar dos cursos oferecidos pela ENAMAT.

O Diretor pediu, ainda, que os Regionais providenciem adequações na estrutura das Escolas Judiciais para fortalecer o ensino prático e a educação a distância. “Nós precisamos privilegiar o exercício prático. Temos que instalar laboratórios nas escolas judiciais ainda no mês de agosto”.

Durante a reunião, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro João Oreste Dalazen, conclamou os 12 Tribunais Regionais que já instalaram o PJe a auxiliarem os demais Tribunais na implantação da ferramenta, lançando a ideia de que cada TRT que já utiliza o sistema passe a ser “padrinho” de outro que se prepara para sua instalação.

Segundo o Ministro, o projeto está em uma etapa crucial de expansão. O auxílio dos “TRTs padrinhos” se daria principalmente na área técnica. “Precisamos pensar coletivamente. Precisamos pensar grande. Precisamos pensar no projeto como um todo”, frisou o Ministro, lembrando que os Tribunais estão unidos desde o início do projeto, quando cerca de cinquenta servidores foram cedidos para o desenvolvimento e o aprimoramento constante da ferramenta.

O Ministro solicitou aos Presidentes dos TRTs que já utilizam o PJe/JT que encaminhem sugestões de Tribunais que poderiam apadrinhar.



Ministro Aloysio Correa da Veiga participa da reunião do Coleprecor

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

28 de agosto de 2012

- O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, esteve, no dia 28 de agosto, em visita ao gabinete da Ministra de Estado Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

da República (SDH/PR), a fim de apresentar convite para que proferisse a palestra da aula inaugural do 12.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho, realizado de 1.º a 26 de outubro.



Ministra de Estado Maria do Rosário Nunes, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

O convite formulado à Ministra Maria do Rosário, para fazer exposição sobre o tema *Os Direitos Humanos e o Trabalho no Brasil*, relacionou-se ao acordo de cooperação técnica assinado entre as duas instituições, com o objetivo de desempenhar ações conjuntas de difusão de conhecimentos e experiências práticas direcionadas à prevenção e ao enfrentamento do trabalho escravo no País.

Para o Coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, José Guerra, a participação da Secretaria de Direitos Humanos no curso tem muita importância, uma vez que a pasta coordena, juntamente com o Ministério do Trabalho, a política de combate ao trabalho escravo no Brasil. “A participação da SDH no curso é uma oportunidade de diálogo qualificado com a magistratura trabalhista, que tem uma atuação de extrema importância na erradicação de trabalho escravo”, disse o Coordenador.

Visitas Institucionais Internacionais

- ✓ **Congresso: Combatendo a violência contra as mulheres no contexto da efetiva implementação de referenciais de Direitos Humanos**

7 e 8 de junho de 2012

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou em Istambul, na Turquia, a convite do Presidente da Academia Judicial da Turquia, Huseyin Yildirim, de Congresso sobre o tema *Combatendo a violência contra as mulheres no contexto da efetiva implementação de referenciais de Direitos Humanos*.



- ✓ **Simpósio Internacional Combatendo a Violência contra as Mulheres no Contexto da Efetiva Implantação de Referenciais de Direitos Humanos (Istambul–Turquia)**

15 de junho de 2012

O combate à violência contra a mulher é tema que cada vez mais ocupa a atenção das instituições e da sociedade civil, e a ENAMAT está engajada neste debate. O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, representou o Brasil no Simpósio Internacional *Combatendo a Violência contra as Mulheres no Contexto da Efetiva Implantação de Referenciais de Direitos Humanos*, realizado em Istambul, na Turquia.

O Simpósio foi organizado pela Academia Judicial da Turquia – Centro de Direitos Humanos, pela Fundação Direito e Justiça Internacional e pelo Conselho da Europa. Os participantes foram selecionados pela organização do evento, com público de 200 pessoas, e os convites dirigidos apenas a instituições públicas de formação judiciária de 33 países, incluindo os Estados-Membros da União Europeia e outros países convidados, escolhidos por sua importância estratégica como protagonistas na sociedade internacional contemporânea. No Brasil, o convite foi dirigido à ENAMAT, que se fez representar, pela relevância do evento, por seu Diretor.

A violência contra a mulher constitui um dos temas atuais mais destacados no debate contemporâneo dos direitos humanos e assume diversas formas. No âmbito do Direito Laboral, a violência contra a mulher adquire proporções significativas por sua ocorrência no local de trabalho, tais como práticas discriminatórias na contratação, exposição a situações de assédio moral e sexual, remuneração inferior ou despedida abusiva quando da gestação. Para o seu combate, o evento destacou a importância de atuação conjunta de todos os agentes públicos, particularmente magistrados e membros do Ministério Público, tanto na prevenção quanto na repressão dessas condutas quando judicializadas.

O foco do evento, além do diagnóstico da situação de violência em diversas partes do mundo, incidiu na análise do papel das instituições de formação profissional, especialmente de qualificação de magistrados e membros do Ministério Público, para o combate às diversas formas de violência de gênero. As especificidades da questão e a importância do debate na promoção dos direitos humanos exigem qualificação diferenciada dos operadores jurídicos para a efetiva proteção da dignidade da pessoa humana e reparação de eventuais lesões.

O Simpósio também propiciou a integração da ENAMAT com outras Escolas e instituições congêneres encarregadas de capacitar magistrados e outros agentes públicos na área, assim como a recepção pelo Presidente da Academia Judicial da Turquia e a reunião com os diretores das diversas áreas de formação para o planejamento de intercâmbio e de eventos formativos conjuntos.



Simpósio Internacional *Combatendo a Violência contra as Mulheres no Contexto da Efetiva Implantação de Referenciais de Direitos Humanos*



Simpósio Internacional *Combatendo a Violência contra as Mulheres no Contexto da Efetiva Implantação de Referenciais de Direitos Humanos*

**ORGANISED BY
JUSTICE ACADEMY OF TURKEY HUMAN RIGHTS CENTER
INTERNATIONAL LAW AND JUSTICE FOUNDATION (UHAV)
IN COOPERATION WITH THE COUNCIL OF EUROPE**

**DRAFT PROGRAMME
COMBATING VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE CONTEXT OF EFFECTIVE
IMPLEMENTATION OF HUMAN RIGHTS STANDARDS
INTERNATIONAL SYMPOSIUM**

(7–8 June 2012, Istanbul, TURKEY)

09.00–09.15 *Registration*

09.15–09.50 **Opening Remarks**
*President of Justice Academy of Turkey
Deputy Secretary General of the Council of Europe
Minister of Family and Social Policies
Minister of Justice*

09.50– 10.10 *Coffee Break*

**Day I
(7th June 2012)**

COMBATING VIOLENCE AGAINST WOMEN AS A HUMAN RIGHTS ISSUE

Session I

Concept and Institutional Approaches From Europe

*Chairperson
Prof. Dr. Işıl KARAKAŞ
Judge, European Court of Human Rights*

10.10–10.40 **Conceptual and Sociological Aspects of Violence Against Women**
*Prof. Dr. Meyda Yeğenoğlu
Bilgi University Department of Cultural Studies*

10.40–11.10 **The United Nations Special Rapporteur on Violence Against Women: Standards and Barriers**
*Prof. Dr. Yakın ERTÜRK
METU Department of Sociology*

11.10–11.30 *Discussion*

11.30–12.00 **Obligations of the State parties on the elimination of violence against women and domestic violence as foreseen by the Istanbul Convention.**
Johanna Nelles, Programme Adviser, Council of Europe

12.00–12.30 **Case-Law Developed by the European Court of Human Rights on Violence Against Women**
Shazia Choudhry, School of Law, Queen Mary College, University of London

12.30–12.50 *Discussion*

12.50–14.00 *Lunch*

Session II

Combating and Eliminating Violence Against Women: European Perspectives, Practices and Approaches

Chairperson

Emine BOZKURT

Member of the European Parliament

Member of Committee on Women's Rights and Gender Equality

14.00–14.30 Violence Against Women in Spain

Inmaculada Montalban HUERTAS

Member of the Spanish General Council for the Judiciary (CGPJ)

President of the Observatory on Violence against Women

14.30–15.00 Violence Against Women in Italy

Elisabetta ROSI

Judge, the Italian Supreme Court of Cassation, 3rd Criminal Chamber,

Assistant Judge, the Italian Constitutional Court

15.00–15.20 Discussion

15.20–15.40 Coffee Break

15.40–16.10 Violence Against Women in Germany

Wolfgang KAHL

Head of Unit

Violence Prevention German Forum for Crime Prevention

16.10–16.40 Violence Against Women in the United Kingdom

The Rt. Hon. the Baroness Scotland of Asthal QC

Former Shadow Attorney General

Patron of Eliminate Domestic Violence Global Foundation/

Deborah JAMIESON

Chief Executive Officer of Eliminate Domestic Violence Global Foundation

16.40–17.00 Discussion

17.00 End of First Day

DAY II (8th June 2012)

PREVENTION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN TURKEY

Session I

Institutional Efforts in Combating Violence Against Women and Judicial Protection

Chairperson

Nazım KAYNAK

President of UHAV

Retired President of Court of Cassation

09.30–10.00 Historical Perspective to Combating Violence Against Women in Turkey

Prof. Dr. Songül SALLAN GÜL

Süleyman Demirel University, Department of Sociology

10.00–10.30 Adequacy and Effectiveness in Combating Violence Against Women through Legal Regulations

Hilal AKDENİZ
Lawyer, Ankara Bar Association

10.40–11.00 Discussion

11.00–11.20 Coffee Break

11.20–12.00 Strengthening Legal, Institutional and Operational Capacities to Combat Violence Against Women: New Developments

Hatice Kara
Deputy Undersecretary
Ministry of Family and Social
Policies

12.00–12.40 Judicial Protection, Criminal Civil and Sanctions

Hüsamettin UĞUR
Member of Court of Cassation, 11th Division/
Ali Çetin
Rapporteur Judge, Court of Cassation, 2nd Division

12.40–13.00 Discussion

13.00–14.00 Lunch

Session II

The Role of Non-Governmental Organisations, Education, Workplace and Media in the Prevention of Violence Against Women

Chairperson
Prof. Dr. Bülent ÇİÇEKLİ
Member of High Council of Judges and Prosecutors
Member of Management Board of Justice Academy

14.00–14.30 NGOs, Co-operation with State Institutions and Problems

Özlem Özkan
Lawyer
Foundation for Women's Shelters (MORÇATI)

14.30–15.00 The Role of Education in the Prevention of Violence Against Women

Dr. Nur OTARAN
Education Advisor

15.00–15.20 Discussion

15.20–15.40 Coffee Break

15.40–16.10 Mobbing Against Women in the Workplace

Prof. Dr. Azize ERGENELİ
Hacettepe University, Department of Business Administration

16.10–16.40 The Approach to Violence Against Women in the Media: Journalism and Series

Prof. Dr. Aylin Görgün BARAN
Hacettepe University, Department of Sociology

16.40–17.00 Discussion

17.00–17.30 Closing Ceremony

✓ **Assinatura de Protocolo de Cooperação e visita ao Centro de Estudos Judiciários – CEJ (Lisboa–Portugal)**

11 a 14 de junho de 2012



A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) de Portugal firmaram no dia 12 de junho um Protocolo de Cooperação para o Intercâmbio de Pesquisas e Estudos sobre temas relevantes para o aprimoramento da formação inicial e continuada de magistrados.

Participaram da cerimônia de assinatura, realizada em Lisboa, Portugal, o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e o Diretor do CEJ, Professor Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, acompanhado pelo Coordenador do Departamento de Relações Internacionais, Alexandre Baptista Coelho.

O Protocolo de Cooperação visa à realização conjunta de conferências, seminários, *workshops* e colóquios, além de encontros acadêmicos e técnicos, presenciais ou a distância, que versem sobre assuntos e temas de interesse mútuo e configurem oportunidade para a troca de experiências. O documento prevê, também, a realização de seminários sobre formação de magistrados, envolvendo países de língua portuguesa.

O Centro de Estudos Judiciários de Portugal tem por missão assegurar a formação inicial e contínua de magistrados e membros do Ministério Público, para os Tribunais Judiciais, Administrativos e Fiscais. Compete-lhe também desenvolver atividades de investigação e estudo no âmbito judiciário, assegurar ações de

formação jurídica e judiciária dirigidas a advogados e demais interessados, além de fomentar a cooperação com entidades congêneres estrangeiras. O CEJ tem sede em Lisboa, no Largo do Limoeiro.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga durante ato de assinatura do protocolo de cooperação com o CEJ, de Lisboa-Portugal



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga assina protocolo de cooperação com o CEJ, de Lisboa-Portugal



Professor Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, Diretor do CEJ (Lisboa-Portugal), assina protocolo de cooperação com a ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e Professor Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, Diretor do CEJ/Lisboa-Portugal (ao fundo, à esquerda) em encontro para assinatura de protocolo de cooperação



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e Professor Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, Diretor do CEJ (Lisboa-Portugal)



Sede do Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa-Portugal

Missão



A principal missão do Centro de Estudos Judiciários é a formação de magistrados. Neste âmbito, compete ao CEJ assegurar a formação, inicial e contínua, de magistrados judiciais e do Ministério Público para os tribunais judiciais e para os tribunais administrativos e fiscais.

Em matéria de formação de magistrados ou de candidatos à magistratura de países estrangeiros, compete ao CEJ assegurar a execução de atividades formativas, no âmbito de redes ou outras organizações internacionais de formação de que faz parte, e de protocolos de cooperação estabelecidos com entidades congêneres estrangeiras, em especial, de países de língua portuguesa. Compete-lhe ainda assegurar a execução de projetos internacionais de assistência e cooperação na formação de magistrados e acordos de cooperação técnica em matéria judiciária, celebrados pelo Estado português.

Constitui também missão do Centro de Estudos Judiciários desenvolver atividades de investigação e estudo no âmbito judiciário e assegurar ações de formação jurídica e judiciária dirigidas a advogados, solicitadores e agentes de outros setores profissionais da Justiça, bem como cooperar em ações organizadas por outras instituições.

Organização Interna



O Centro de Estudos Judiciários tem sede em Lisboa, no Largo do Limoeiro.

Em cada distrito judicial ou área de jurisdição administrativa e fiscal podem existir os núcleos necessários para assegurar a realização de atividades de formação inicial e contínua e a respectiva coordenação.

ADMINISTRAÇÃO:

DIRETOR:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO PEDRO PEREIRA NINA BARBAS HOMEM

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

DOUTOR ALEXANDRE BAPTISTA COELHO

✓ Escola Nacional de Magistratura da França (ENM)

17 a 21 de dezembro de 2012

A convite da Embaixada da França no Brasil, o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou de visita à Escola Nacional de Magistratura da França (ENM).



Programme de visite de la délégation

du BRESIL

du 17 au 21 décembre 2012

Composition de la délégation :

M. Aloysio Corrêa da Veiga, directeur de l'ENAMAT

M. Joao Otavio de Noronha, directeur du CJF

M. Jorge Costa, Juge auxiliaire du service de l'Inspection Générale du Conseil de la Justice Fédérale, juge fédéral

Noms des personnes responsables de la visite :

à PARIS :

- Samuel VUELTA-SIMON, Directeur adjoint, directeur de la formation continue, de l'international et des formations des professions spécialisées, ENM Paris

- Isabelle POINSO, sous-directrice du département international, ENM Paris

- Anthony MANWARING, adjoint à la sous-directrice du département international, ENM Paris

- Franck LAGIER, Magistrat, Chargé de mission, département international, ENM Paris

- Françoise CADET, assistante de direction au département international

(tél. : 33 (1) 44 41 88 24)

Interprète :

DATE ET HEURE	SITE	PERSONNES IMPLIQUEES	ACTIVITE
18 décembre 2012	<u>L'inspection générale des services judiciaires</u> <u>IGSJ</u> E2-2bis villa Thoréton Paris 15eme, 5e étage		
	10 h	Madame CECCALDI-GUEBEL inspecteur général M. FELTZ	entretien
	<u>ENM PARIS</u> 3 ter, quai aux Fleurs 75004 PARIS		
	12 h	Samuel VUELTA-SIMON Directeur adjoint en charge de la formation continue, des relations internationales et des formations spécialisées Isabelle POINSO, Sous-directrice du département international Franck LAGIER, Magistrat, Chargé de mission au département international	Accueil Puis déjeuner offert
	15 h 30	Xavier RONSIN Directeur de l'ENM	➤ Entretien
19 décembre 2012	<u>COUR DE CASSATION</u> 5, quai de l'Horloge 75001 PARIS		
	14 h 30		
20 décembre 2012	<u>AGRASC</u> 98 rue de Richelieu 75002 PARIS	Catherine SOMME, Conseiller référendaire	➤ Entretien

	10h00	Elisabeth PELSEZ Magistrat, Directrice Générale de l'AGRASC	➤ Entretien
--	--------------	--	--------------------



VISITAS RECEBIDAS

✓ Magistrada de Ligação da França

3 de fevereiro de 2012

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, recebeu, no dia 3 de fevereiro, a visita da Magistrada de Ligação da França, Doutora Carla Deveille-Fontinha, e, na oportunidade, foi realizada reunião com o objetivo de definir a programação das atividades para 2012.



Magistrada de Ligação da França, Doutora Carla Deveille-Fontinha, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Magistrada de Ligação da França, Doutora Carla Deveille-Fontinha, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



ENAMAT recebe visita de advogados do Sudão

✓ **Advogados do Sudão**

19 de setembro de 2012

A ENAMAT recebeu, no dia 19 de setembro, a visita de cinco advogados sudaneses, como uma das atividades do Programa de Capacitação e Estágio Profissional para jovens advogados da União dos Advogados do Sudão. O Programa decorre de parceria entre o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC),

Os visitantes foram recepcionados pelo Diretor da Escola Nacional, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, pela Ministra Maria de Assis Calsing, membro do Conselho Consultivo, e pelo Juiz Giovanni Olsson, Assessor da Direção.

O objetivo da visita foi ampliar o conhecimento dos advogados sudaneses sobre o sistema jurídico vigente em outros países. O programa visa incentivar o desenvolvimento do Direito Comparado como ciência, além de aprofundar as relações culturais, sociais e de cooperação jurídica entre os países envolvidos.

Os sudaneses Sra. Marwa Taha Saeed, Sra. Manal Kamal Osman Ibrahim, Sr. Hussein Jeaballah Ahmed Hassan, Sr. Mohamed Abdeen Awadelkareem Suliman e Sr. Muhanad Ahmed Omer El Muftí obtiveram informações sobre as metodologias de ensino aplicadas aos magistrados – entre elas o ensino a distância –, conheceram o sistema de videoconferência, os laboratórios, as salas de aula, o auditório e a área administrativa.

Os anfitriões discorreram sobre as peculiaridades da justiça especializada trabalhista, falaram sobre a implantação do processo judicial eletrônico, para a qual a ENAMAT é responsável por capacitar os magistrados, e sobre a formação inicial e continuada dos juízes. Após conhecer a Escola Nacional, os advogados visitantes foram conhecer o gabinete do Ministro Aloysio e uma das salas de sessão de julgamento do TST.

SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – SIFMT



3.^a Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT

23 de abril de 2012

Os Diretores das Escolas Judiciais participaram, no dia 23 de abril, da 3.^a Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), biênio 2011-2013, coordenado pela ENAMAT.

A reunião foi conduzida pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, pelo Vice-Diretor, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, e pelo Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Diretor da Escola Judicial da 1.^a Região (RJ).

Na reunião foram discutidos os seguintes temas: Resolução n.º 10 da ENAMAT, que estabelece período de transição para a implementação da carga horária semestral mínima de formação de magistrados; estabelecimento de norma no âmbito do SIFMT que trate da participação de magistrados em curso quando em

férias; certificação dos cursos de formação realizada pelas Escolas Judiciais e questões orçamentárias e administrativas.



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Conselheiro da ENAMAT

Foram debatidos, também, temas relacionados aos cursos a distância em andamento; ao 12.º Curso de Formação Inicial; capacitação para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho e questões relacionadas ao Comitê de Educação a Distância.

O Ministro Aloysio, ao dar as boas-vindas aos participantes da 3.ª reunião, lembrou que os temas em debate são de extrema importância à afirmação da autonomia tanto da ENAMAT como das Escolas Judiciais para solucionar os desafios que se apresentam, sempre com espírito de coordenação e de forma colaborativa.

Ele salientou também a importância de priorizar a capacitação dos magistrados para a nova realidade do Processo Judicial Eletrônico, em implantação na Justiça do Trabalho, levando-se em conta a excelência da qualidade dos serviços e a logística que transforma os autos físicos em documentos virtuais.



Participantes da 3.ª Reunião do SIFMT



Participantes da 3.ª Reunião do SIFMT

4.ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT

14 de agosto de 2012



Participantes da reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho

A ENAMAT realizou, no dia 14 de agosto, a 4.ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT, do biênio 2011/2013. Participaram do evento magistrados representantes de 23 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais. O tema em debate foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, abriu a reunião ressaltando a importância do engajamento de todas as escolas de magistrados do trabalho na etapa de implantação do PJe/JT. “Trata-se de um processo irreversível, de mudança de estrutura. É necessário concentrar esforços, trabalhar em parceria para a implantação eficaz do Processo Eletrônico, dentro do cronograma traçado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho”, disse ele.

Segundo o Ministro, a atual etapa de implantação do PJe/JT, referente à capacitação de magistrados, é um grande desafio para a Escola Nacional, “única capaz de capacitar Juízes em todo o Brasil, em colaboração com as escolas judiciais”. A primeira etapa desse desafio, disse ele, é identificar e capacitar multiplicadores, que possam transmitir conhecimentos aos demais magistrados. A meta do Conselho Nacional de Justiça – CNJ é de que a totalidade dos magistrados esteja capacitada para o PJe/JT até 2014.

A metodologia aplicada à formação para o PJe/JT engloba, além dos cursos a distância e presencial, a utilização de laboratórios. “Para isso, é necessário que os laboratórios nos Tribunais Regionais estejam equipados, prontos para o ambiente de treinamento”, ressaltou o Diretor da ENAMAT.

Durante a reunião, os representantes das Escolas Judiciais puderam tirar dúvidas e dar sugestões sobre o processo de implantação do PJe/JT, bem como informar sobre o andamento das ações de capacitação e das instalações dos laboratórios em suas regiões.



Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Conselheiro da ENAMAT; Juiz Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Ministra Maria de Assis Calsing, Conselheira da ENAMAT

Comitê

A Escola Nacional instituiu o Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), formado pelos seguintes membros do Conselho Consultivo da ENAMAT: Ministra Maria de Assis Calsing e Desembargadores do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha e Flávia Simões Falcão.

O objetivo é proporcionar a integração das ações de Formação dos Magistrados para a implantação do PJe/JT, definido na Resolução n.º 94/2012 do CSJT. O Comitê tem por atribuições ajudar a disseminar, na magistratura do trabalho, a formação profissional como instrumento essencial da qualificação e do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional; desenvolver e implementar estratégias para a efetividade do modelo de formação profissional de magistrados para a implantação do PJe/JT em âmbito nacional; planejar e executar ações, no âmbito da ENAMAT, para a formação de formadores em Processo Judicial Eletrônico, tanto presenciais quanto por educação a distância; supervisionar as ações formativas das escolas judiciais de capacitação de magistrados na implantação do PJe/JT, em sincronia com o Comitê Nacional de Implantação e os Comitês Regionais nas respectivas Regiões; e alinhar ações formativas com o CSJT, conforme o cronograma de implantação.

Durante a 4.ª reunião do SIFMT, a Ministra Maria de Assis Calsing pediu aos participantes para que as Escolas Judiciais encaminhassem os cronogramas de implantação do PJe/JT nas Regiões, a fim de que o Comitê pudesse planejar as ações de capacitação nos Estados e fornecer os subsídios necessários para dar suporte às Escolas.



Apresentação sobre o Processo Judicial Eletrônico



Participantes da 4.ª Reunião do SIFMT

5ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT

27 de novembro de 2012



5ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)



Representantes das Escolas Judiciais na 5ª Reunião do SIFMT

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e as Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho reuniram-se, no dia 27 de novembro, em Campo Grande (MS) para tratar de vários temas atuais da formação dos Magistrados dessa Justiça Especializada. A reunião foi presidida pelo Diretor da Escola Nacional, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, com a participação dos Diretores das Escolas Judiciais, e transcorreu na nova sede da Escola Judicial do TRT da 24.^a Região. Os anfitriões foram o Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida, Presidente do Tribunal Regional da 24.^a Região, e o Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da respectiva Escola Judicial.

O evento consistiu na 5.^a Reunião do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela ENAMAT, que possui competência constitucional para regulamentar a capacitação dos Juízes do Trabalho no Brasil. Essa reunião é particularmente histórica, por ter sido realizada pela primeira vez fora de Brasília, o que prestigia as Escolas Judiciais e reforça o intercâmbio de suas práticas formativas no próprio local de execução.

Entre os diversos temas abordados, ressalta-se a questão das repercussões, no âmbito das Escolas Judiciais Trabalhistas, da última redação publicada da Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), particularmente no que se refere à autonomia orçamentária das Escolas e às peculiaridades do sistema da

formação da Magistratura trabalhista. Além disso, a reunião tratou do estudo em andamento na ENAMAT sobre os elementos mínimos da estrutura física e de pessoal das Escolas Judiciais e sobre a importância do planejamento estratégico dessas Escolas, para pautar suas ações formativas e prever a projeção orçamentária necessária com a devida antecedência. Todas essas questões, como destacado por vários Diretores de Escolas Judiciais, exigem adaptações inclusive da estrutura material, além de qualificação constante do corpo técnico das Escolas para o aprimoramento das técnicas de gestão administrativa e financeira.

No evento, também foram analisadas iniciativas que podem interferir na competência constitucional da ENAMAT na regulamentação e formação dos Magistrados do Trabalho, em temas como qualificação em conciliação judicial trabalhista, por exemplo. O Diretor, Ministro Aloysio, salientou que a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais em técnicas de conciliação para os Juízes do Trabalho constituem eixos temáticos específicos regulamentados pela Escola Nacional, e, assim, ações formativas para capacitar os Magistrados são de atuação exclusiva das Escolas Judiciais e da própria ENAMAT, com a promoção regular de diversos cursos presenciais e a distância para centenas de Juízes.



5ª Reunião do SIFMT



Atividades da 5ª Reunião do SIFMT



Atividades da 5ª Reunião do SIFMT

COMITÊ DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Comitê de Educação a Distância, instituído no dia 19 de novembro de 2010, reúne entre seus membros Desembargadores, Juízes do Trabalho e Servidores e é responsável pela integração das ações de formação e capacitação dos magistrados do trabalho, promovidas por meio de educação a distância pelas Escolas Judiciais que formam o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT.

O Comitê está composto da seguinte forma:

- ✓ **Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha** – TRT da 1.^a Região – Coordenador do Comitê e Conselheiro da ENAMAT;
- ✓ **Desembargadora do Trabalho Jucirema Maria Godinho Gonçalves** – TRT da 2.^a Região – Vice-Coordenadora do Comitê;
- ✓ **Desembargadora do Trabalho Sulamir Palmeira Monassa de Almeida** – TRT da 8.^a Região;
- ✓ **Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Júnior** – TRT da 24.^a Região;
- ✓ **Juiz Titular de Vara do Trabalho George Santos Almeida** – 2.^a VT de Simões Filho–BA – TRT da 5.^a Região;
- ✓ **Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão** – 4.^a VT de Curitiba–PR – TRT da 9.^a Região;
- ✓ **Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paula Rodrigues Luz Faria** – VT de Guarapari–ES – TRT da 17.^a Região;
- ✓ **José Erigleidson da Silva** – Servidor do TRT 2.^a Região – Secretário–Executivo do Comitê.

3.ª Reunião do Comitê de Educação a Distância, Biênio 2011/2013

1º de março de 2012

Foi realizada, no dia 1º de março, na sala de reuniões do Conselho Consultivo, a 3.ª Reunião do Comitê de Educação a Distância da ENAMAT. Além de analisar o calendário de atividades de 2012, os membros do Comitê discutiram a metodologia a ser aplicada no curso de produção textual para professores que concluíram o Curso de Formação de Formadores e redigiram as diretrizes de norteamiento dos cursos destinados a formar o acervo virtual da ENAMAT. Os dados ficarão disponíveis para todos os Tribunais Regionais do Trabalho.



Membros do Comitê de Educação a Distância



Membros do Comitê de Educação a Distância



Membros do Comitê de Educação a Distância

4.^a Reunião do Comitê de Educação a Distância, Biênio 2011/2013

23 de abril de 2012

Foi realizada, no dia 20 de abril, reunião dos membros do Comitê de Educação a Distância com Diretores das Escolas Judiciais, paralelamente ao encontro do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT).

Na reunião foram examinados os seguintes pontos:

- Levantamento das primeiras impressões dos membros do Comitê com relação à situação das Escolas Judiciais no que se refere à Educação a Distância.
- Criação do grupo de Educação a Distância para os Diretores das Escolas Judiciais, sugerido pela Região Sudeste (sob a coordenação da Juíza Ana Paula).
- Aprovação da minuta da resolução do banco de cursos;
- Proposta de capacitação pedagógica para assessores das Escolas Judiciais.
- Encaminhamento de ofício aos Tribunais Regionais, informando sobre a resolução que trata do banco de cursos.

5.^a Reunião do Comitê de Educação a Distância, Biênio 2011/ 2013

12 de julho de 2012

Reuniu-se, no dia 12 de julho, o Comitê de Educação a Distância, com o objetivo de tratar da definição de curso de PJe/JT para magistrados.

Esteve presente na reunião o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, que destacou a importância do papel da Escola Nacional na formação dos magistrados para a implantação e utilização do PJe/JT.

O Coordenador do Comitê, Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, informou que o Comitê recebeu do Diretor da ENAMAT a incumbência de produzir um curso *on-line* que tratasse de aspectos teóricos e introdutórios do PJe/JT.

Após realizadas as ponderações sobre questões pedagógicas e tempo e recursos disponíveis para a realização do curso, o Comitê decidiu desenvolvê-lo na forma autoinstrucional, embasado em conteúdo elaborado pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão, da 4.^a VT de Curitiba, e produzido pelo Servidor do TRT da 2.^a Região–SP Erigleidson da Silva, Secretário Executivo do Comitê.

6.^a Reunião do Comitê de Educação a Distância, Biênio 2011/ 2013

31 de julho de 2012

O Comitê de Educação a Distância da ENAMAT reuniu-se, no dia 31 de julho, para assistir à apresentação do Servidor do TRT da 2.^a Região–SP Erigleidson da Silva, Secretário Executivo do Comitê, sobre o curso a distância autoinstrucional de PJe/JT, conforme deliberado em reunião anterior, ocorrida no dia 12 de julho.



Membros do Comitê de Educação a Distância

O Secretario Executivo advertiu que o curso ainda precisava de ajustes, mas que, com a apresentação, os membros do Comitê e o Ministro Aloysio, Diretor da ENAMAT, teriam uma real noção da proposta pedagógica. Segundo ele, o curso, com carga horária de 20 horas, tem como objetivo oferecer ao magistrado do trabalho condições de compreender o atual momento de transição por que passa o serviço judiciário.

O Coordenador do Comitê, Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, sugeriu a apresentação do curso também na reunião do SIFMT, em 14 de agosto, tendo em vista que sua disponibilização às Escolas Judiciais deve ser feita juntamente com um ambiente operacional de treinamento e um manual da ferramenta. Essa proposta foi aceita por todos os membros do Comitê.



Membros do Comitê de Educação a Distância



Reunião do Comitê de Educação a Distância



Membros do Comitê de Educação a Distância debatem itens da pauta da reunião



Reunião do Comitê de Educação a Distância

Curso sobre Elementos do Processo Judicial em Meio Eletrônico

O Comitê de Educação a Distância da ENAMAT produziu o curso Elementos do Processo Judicial em Meio Eletrônico, com o objetivo de oferecer subsídios aos magistrados para a compreensão dessa importante etapa de transição do serviço judiciário: a substituição do processo físico pelo formato digital.

O curso a distância, específico para magistrados, é introdutório ao PJe/JT, autoinstrucional, com carga de 20 horas. Sua disponibilização aos magistrados ficou a cargo das Escolas Judiciais, às quais a ENAMAT proporcionou ambiente operacional de treinamento do próprio sistema do PJe e manual da ferramenta.

O Coordenador do Comitê de Educação a Distância, Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas, afirmou que “o curso traz os fundamentos sobre processo eletrônico, tendo em vista o uso do PJe, e será útil para que o magistrado do trabalho responda de forma afirmativa e eficiente a esse desafio histórico que lhe é colocado”.

Os temas abordados no curso produzido pelo Comitê são: Uma nova maneira de ver o processo judicial; Atividade judicial e a convivência entre dois mundos; Informação digital; A virtualização do processo judicial; Certificação digital e Sistema PJe/ JT – Manual do Magistrado.

De acordo com o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, a Justiça brasileira atravessa um momento histórico e a Escola Nacional não poderia ficar distante dessa mudança que está ocorrendo com a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho. “É preciso que sejamos parceiros nessa troca de hábito, que trará a possibilidade de aplicar ao processo a razoável duração que a sociedade precisa e exige”, disse o Ministro.

CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Diretor



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires
Vice-Diretor até maio de 2012



Ministro Emmanoel Pereira



Ministra Maria de Assis Calsing



Ministro Waldir Oliveira da Costa



Desembargador Alexandre Teixeira de F. Bastos Cunha



Desembargadora Flávia Simões Falcão



Juíza do Trabalho Martha Halfeld Furtado de M. Schmidt

O Conselho Consultivo da ENAMAT, formado por Ministros do TST, Desembargadores e Juiz de primeiro grau, assessora a Direção da Escola em suas atividades e na fixação de suas diretrizes. Em 2012, o Conselho Consultivo realizou 5 reuniões de trabalho.

7.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2011/2013

6 de fevereiro de 2012



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

7.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, biênio 2011/2013, aconteceu no dia 6 de fevereiro, na sala de reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- Ofício do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 60, no qual se apresenta a nova minuta da Resolução n.º 126 para apreciação e manifestação;
- Minuta do convênio com a Escola de Portugal para apreciação; e
- Ofício da ANAMATRA, em que apresenta o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania para inserção da temática na grade dos cursos da ENAMAT, a disponibilização de material didático do Programa e a participação dos membros da Comissão Nacional coordenadora.

8.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2011/2013

13 de março de 2012



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

A 8.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, biênio 2011/2013, foi realizada no dia 13 de março, na sala de reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- Pagamento de diárias aos Alunos-Juízes do Curso de Formação Inicial;
- Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT;
- Assinatura de Convênio com a Secretaria de Direitos Humanos/CONATRAE;
- Resolução n.º 09/2011, que regulamenta a Formação Continuada dos Magistrados do Trabalho no âmbito do Sistema Integrado de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, e seu art. 3.º – “Os Magistrados do Trabalho vitalícios deverão frequentar atividades de formação continuada pelo mínimo de 40 horas-aula por semestre, em atividades presenciais e/ou a distância, cabendo às Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho o controle e o registro da formação continuada”.

9.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2011/2013

1.º de junho de 2012

A 9.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, biênio 2011/2013, ocorreu no dia 1.º de junho, na sala de reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, na reunião do Conselho Consultivo

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- Participação das Escolas Judiciais nos concursos regionais para a Magistratura (Proposta de alteração do art. 4.º da Resolução Administrativa – TST 907/2002).
- Participação da ENAMAT na capacitação para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT (Minuta do Projeto do 1.º CFF em PJe/JT).
- Minuta da Resolução que cria o Banco de Cursos de Educação a Distância.
- Programação dos próximos Cursos de Educação a Distância (Formação Continuada) para o 2.º semestre de 2012 e o 1.º semestre de 2013:
 - a) Relacionamento com a Mídia: 20 horas-aula;
 - b) Morfologia do Trabalho e da Produção: 20 horas-aula, no sistema Moodle. Utilização de vídeos e filmes sobre modelos de produção;
 - c) Técnica de Instrução Trabalhista (dentro e fora da audiência): 40 horas-aula, no sistema Moodle. Conteudista contratado;
 - d) Processo Judicial Eletrônico: 10 horas-aula: no sistema Moodle ou autoinstrucional (definição conforme viabilidade técnica e enfoque).
- Programação de Cursos Presenciais para o 2.º semestre de 2012:
 - a) Curso de Formação de Formadores sobre Relacionamento interpessoal: para 2 a 3 alunos por Escola Judicial, para multiplicação nas Regiões; ênfase em relacionamento com outros magistrados, advogados, partes, Escola Judicial e Administradores de Tribunal Regional, 24 horas-aula;
 - b) 1º Curso de Formação Continuada em Titularidade de Vara do Trabalho.
- Engajamento das Escolas Judiciais na indicação de Juízes para o Curso de Formação Continuada sobre Conciliação, destinado a mil Juízes: indicação de no mínimo 35% dos Juízes Titulares e Substitutos de cada Região.

- Homenagem ao Vice-Diretor, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, que deixa o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em virtude de aposentadoria.



Desembargador Alexandre Teixeira de F. Bastos Cunha, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; Desembargadora Flávia Simões Falcão, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente e Presidente em Exercício do TST na ocasião; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, homenageado; e Ministro Walmir Oliveira da Costa, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires recebe cumprimentos de autoridades presentes à homenagem

Homenagem ao Vice-Diretor, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) prestou homenagem ao seu Vice-Diretor, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, que deixou o Tribunal Superior do Trabalho (TST) em virtude de aposentadoria.

A homenagem contou com a presença de Ministros da Casa, de membros da Diretoria do TST, dos Servidores do Gabinete do Ministro Horácio e dos Servidores da ENAMAT. Foi realizada no saguão da Escola, no período da manhã, logo após o encerramento da reunião do Conselho Consultivo – última de que ele participou.



Ministros do TST participam de homenagem ao Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires

O Diretor da Escola, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, destacou que o Vice-Diretor deixa todos do Tribunal saudosos por sua presença marcante, seu espírito de bondade e vontade de ajudar e contribuir em todos os momentos. “A homenagem é fruto do reconhecimento pela alegria de termos convivido com o Ministro Horácio”.

A Presidente em Exercício do TST, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, falou em seu nome e em nome do Presidente do Tribunal, Ministro João Oreste Dalazen. Disse que só tem elogios e “antecipadas saudades do Ministro Horácio, por sua

bagagem cultural, jurídica e humanística e pelo convívio agradável no TST”. A Vice-Presidente destacou que o Ministro “fez Escola” e que apesar da aposentadoria, ele continua a carreira por intermédio de seus dois filhos, ambos pertencentes à magistratura trabalhista.

O Ministro Horácio, emocionado, salientou que “tudo tem sua hora na vida” e que, em sua despedida da magistratura, tem a consciência do dever cumprido. “Nos 46 anos de atividade no mundo jurídico dei todo o meu esforço e trabalhei com vontade, sendo fiel a todos e a mim mesmo, procurando cumprir os propósitos que fiz em 8 de dezembro de 1965, quando me formei. Pedi a Deus que não me permitisse fracassar, derrotar ou desencorajar, e que não me afastasse de minha fé e de meu ideal de trabalhar pela paz social, pela liberdade e pela justiça”.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, cumprimenta o Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires durante a homenagem



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires (segundo da direita para a esquerda), acompanhado de autoridades do TST e da ENAMAT, recebe homenagem em razão de sua aposentadoria



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires

10.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2011/2013

14 de agosto de 2012



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

A 10.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, biênio 2011/2013, aconteceu no dia 14 de agosto, na sala de reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, dos Conselheiros e do Assessor da Direção, Juiz Giovanni Olsson.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- **Minuta de Proposta de Emenda Constitucional e respectiva justificativa – Concurso Nacional.** Encaminhada ao Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST, pelo Desembargador do Trabalho José de Alencar, Presidente do TRT da 8.^a Região/PA

- ❖ A minuta da proposta de Emenda Constitucional foi encaminhada aos Conselheiros da ENAMAT, em 9 de julho, para que opinassem na reunião em caráter conclusivo.

Deliberação:

- ❖ Considerou-se a proposta inconstitucional por vício de iniciativa formal, diante de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- ❖ Foram renovados os termos da proposta já apresentada pela Escola Nacional ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio do OF.ENAMAT.N. 190/2012, no sentido de instituir “Comissão Nacional com a participação da ENAMAT com o propósito específico de promover estudos e inclusive propor as alterações regulamentares e legais para o aperfeiçoamento do sistema de recrutamento de Magistrados do Trabalho”.
- ❖ De forma complementar, sugeriu-se a alteração do art. 4º da Resolução Administrativa n.º 907/2002, para prever a participação do Diretor da Escola Judicial na Comissão de Concurso dos Tribunais Regionais do Trabalho.

- **2.º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT**

Programa:

20 a 22 de agosto – Capacitação em PJe para Magistrados da Força Nacional (indicados pela ENAMAT) – Listagem dos Magistrados da Força Nacional.

3 a 5 de setembro – Capacitação em PJe para Magistrados Multiplicadores (indicados pelas Escolas Judiciais até 2 Desembargadores do Trabalho e até 3 Juízes do Trabalho Titular de Vara ou Substituto com, no mínimo, 5 anos de experiência na magistratura).

Deliberação:

- ❖ Relato da situação atual e cronograma das ações de capacitação.
- ❖ Educação a Distância em Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT).
 - ❖ Projeto: Deixar expressa a troca de papéis no Laboratório

- ❖ Atuação dos Alunos em simulação de atividades de instrutoria de Laboratório.
 - ✓ Tribunais Regionais participantes: 1.^a Região, 4.^a Região, 6.^a Região, 9.^a Região, 11.^a Região, 13.^a Região, 14.^a Região, 16.^a Região, 17.^a Região e 19.^a Região.
- **12.º Curso de Formação Inicial (1.º a 26 de outubro de 2012)**

Deliberação:

- ❖ Inclusão de módulo PJe/JT: Educação a Distância e Laboratório.
- ❖ Previsão de realização do 13.º Curso de Formação Inicial para fevereiro de 2013, com 69 participantes.
- **Instituição do Comitê de Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT**

Componentes:

Ministra Maria de Assis Calsing – Coordenadora
Desembargadora do Trabalho Flávia Simões Falcão
Desembargador do Trabalho Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha

Deliberação:

- ❖ Aprovação por unanimidade de minuta de ato de instituição do Comitê.
- ❖ Aprovação do Ato da ENAMAT n.º 2/2012, que institui o Comitê de Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT.
- ❖ Ciência às Escolas Judiciais do Ato da ENAMAT n.º 2/2012 após publicação no Diário da Justiça.
- **Videoconferência com Escolas Judiciais** (realizada com as Escolas que participaram da capacitação em PJe/JT no período de 3 a 5 de setembro: 4.^a, 6.^a, 9.^a, 11.^a, 13.^a, 14.^a, 16.^a, 17.^a e 19.^a Regiões).
- ❖ Relato do evento aos Conselheiros

- **Resolução n.º 11/2012 (institui banco de cursos de educação a distância e outros objetos digitais de aprendizagem no âmbito da ENAMAT)**

Deliberação:

- ❖ Banco de Cursos de Educação a Distância instituído para compartilhamento.

- **Alteração da Tabela de Remuneração de Instrutores da ENAMAT**

Deliberação:

- ❖ Aprovada a minuta de alteração da tabela, aguardando deliberação de Ato da Presidência do TST.

- **Expediente CSJT – obra: Escola Judicial do TRT da 21.ª Região**

Deliberação:

- ❖ Distribuição do expediente do CSJT ao Ministro Emmanoel, para emissão de parecer.

- **Curso de Formação de Formadores na Escola Nacional da Magistratura da França (disponibilização de 2 vagas para a ENAMAT).**

Data: 12 a 23 de novembro de 2012

Local: ENM (França), Paris

Deliberação:

- ❖ Indicação da Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, Conselheira da ENAMAT, pelo Diretor, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, para acompanhar, junto à Magistrada de Ligação Carla Deveille-Fontinha, da Embaixada da França, as orientações para as inscrições.
- ❖ Definição de distribuição das duas vagas oferecidas, da seguinte forma: 1 para Ministro e 1 para Escola Judicial.



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

11.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, Biênio 2011/2013

16 de outubro de 2012

A 11.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, biênio 2011/2013, ocorreu no dia 16 de outubro, na sala de reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, dos Conselheiros e do Assessor da Direção, Juiz Giovanni Olsson.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- ❖ Homologação de convênio e reconhecimento de Curso de Formação Continuada;
- ❖ Edificação da nova sede da Escola Judicial da 21.^a Região;
- ❖ Frequência mínima para certificação nos cursos de Formação Continuada;
- ❖ Estruturação dos quadros de cargos e funções das Escolas Judiciais – Resolução n.º 63 do CSJT;
- ❖ Definição do local da 5.^a Reunião do SIFMT (Escola Judicial do TRT da 24.^a Região–MS



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT– 11.ª Reunião

NORMATIZAÇÃO

Resoluções da ENAMAT



RESOLUÇÃO Nº 08/2011

Regulamenta a certificação de Cursos de Formação Inicial, de Formação Continuada e de Formação de Formadores no âmbito das Escolas Regionais e a promoção do intercâmbio de práticas formativas no âmbito do SIFMT.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a necessidade de definir padrões uniformes no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT para a certificação da frequência e do aproveitamento, a descrição das cargas horárias e o enquadramento nos eixos teórico-práticos de competências gerais e específicas dos cursos oficiais de formação pelas Escolas Regionais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parâmetros para a validação dos certificados de forma a conferir segurança jurídica e permitir a reciprocidade de seu reconhecimento aos Magistrados do Trabalho em todo o território nacional para fins de vitaliciamento, promoção e acesso, na forma do art. 93, II, c, e do art. 111-A, § 2.º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004;

CONSIDERANDO a recomendação para adoção, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, dos procedimentos de contratação de profissionais de ensino definidos no Ato Conjunto TST.ENAMAT n.º 3/2010, na forma da Recomendação n.º 10/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO as manifestações recebidas das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho a respeito do tema;

RESOLVE:

Art. 1.º – Compete a todas as Escolas Judiciais promover o intercâmbio de práticas formativas e a reciprocidade dos processos de qualificação profissional de todos os Magistrados do Trabalho, independentemente de sua região de origem, no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT.

Art. 2.º – Os certificados de frequência e aproveitamento emitidos pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho nos cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada, tanto em atividades presenciais quanto a distância, serão nacionalmente válidos para comprovação da atividade formativa discriminada pelo total de sua carga horária declarada e independem de homologação pela ENAMAT, ressalvado o disposto na presente Resolução.

Art. 3.º – Para o efeito do disposto no artigo 2.º, o certificado deverá conter:

I – no anverso:

- a) nome da Escola Judicial emitente, data de emissão e assinatura da autoridade responsável, e, existindo mais de uma Escola Judicial promotora, menção ao nome de todas, independentemente de haver ou não emissão conjunta do certificado;
- b) natureza de atividade como Curso de Formação Inicial e/ou Curso de Formação Continuada, nome do curso promovido e período de realização;
- c) declaração da frequência e do aproveitamento pelo Magistrado, indicando seu cargo e Tribunal de origem;
- d) caso houver, o nome de outra entidade, pública ou privada, copromotora conveniada;

II – no verso:

- a) indicação discriminada dos módulos, do nome dos instrutores e de sua profissão;
- b) carga horária total do curso, computada à razão de 60 minutos por hora-aula declarada;
- c) indicação da modalidade de realização por ensino presencial, por ensino a distância ou ambos;
- d) indicação de técnicas de ensino empregadas no desenvolvimento da formação, tais como aula expositiva, dinâmica de grupo e simulação;
- e) declaração do(s) eixo(s) teórico-prático(s) de competências gerais e/ou de competências específicas e subeixo(s) respectivo(s) no(s) qual(is) a atividade formativa está inserida, conforme

definido pelo Programa Nacional de Formação Inicial – PNFI ou pelo Programa Nacional de Formação Continuada – PNFC vigente no período do curso;

f) caso houver, informação de produção de trabalho técnico de qualquer natureza como atividade contributiva do resultado do curso para o aperfeiçoamento da atividade profissional, como manual, roteiro de procedimentos e artigo.

§ 1.º - Na hipótese de promoção de curso em convênio com outra entidade, pública ou privada, que não seja Escola Judicial integrante do SIFMT, referenciada na alínea *d* do inciso I do *caput* deste artigo, a validade do certificado estará condicionada à homologação pela ENAMAT, observadas as normas vigentes.

§ 2.º - Os certificados emitidos até a publicação desta Resolução serão válidos pelo total das horas-aula declaradas, ainda que considerem tempo de hora-aula diferente do definido na alínea *b* do inciso II do *caput*, e sua aceitação para comprovação de atividades formativas por Escola Judicial diversa da emitente do certificado estará condicionada, em qualquer caso, à satisfação dos demais requisitos definidos na presente norma, sendo permitida, a qualquer tempo, a expedição de novo certificado na forma devida.

§ 3.º - A emissão de certificados em desconformidade com o previsto nesta Resolução ou a recusa de sua aceitação por outras Escolas Judiciais para comprovação de atividades formativas poderá ser comunicada por qualquer interessado à ENAMAT.

Art. 4.º - A Escola Judicial que certificar a conclusão de curso de Formação Inicial ou Continuada por Magistrado do Trabalho integrante dos quadros de outra Região, tanto em modalidade presencial quanto a distância, deverá encaminhar cópia do certificado emitido à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva lotação com a finalidade de cômputo da carga horária e averbação em ficha funcional para os efeitos legais.

Art. 5.º - Os certificados de frequência e aproveitamento de cursos de Formação de Formadores emitidos pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho terão validade apenas no âmbito da respectiva Região, salvo se decorrentes de curso previamente reconhecido pela ENAMAT para esse efeito.

Art. 6.º - As Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho também emitirão os certificados de participação aos profissionais de ensino, inclusive os coordenadores dos Cursos e os definidos no art. 12 da Resolução Administrativa n.º 1158/2006, com a redação dada pela Resolução Administrativa n.º 1363/2009, ambas do Tribunal Superior do Trabalho, os quais serão nacionalmente válidos para comprovação da atividade formativa discriminada pelo total de sua carga horária declarada, aplicando-se, no que couber, os requisitos do art. 3.º e o disposto nos artigos 4.º e 5.º da presente norma.

Art. 7.º - Por ocasião da edição de Cursos de Formação Continuada, tanto presenciais quanto a distância, as Escolas Judiciais deverão oferecer às outras Escolas integrantes do SIFMT oportunidade de indicar Magistrados de suas Regiões para participação, em número de vagas que forem disponibilizadas.

§ 1.º - Os critérios e requisitos para a inscrição, que poderão incluir, entre outros, natureza do cargo, tempo de experiência como Juiz vitalício e formação profissional ou acadêmica anterior, serão previamente definidos pela Escola organizadora, a quem incumbe também, se for o caso, a seleção e o deferimento.

§ 2.º - O disposto no presente artigo não se aplica a atividades formativas que, pela especificidade com a prática regional, pelas circunstâncias de realização, pelo local ou pela natureza dos envolvidos, não o permitirem.

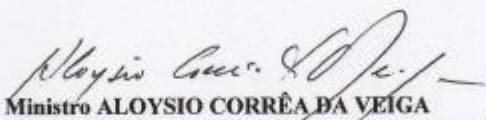
§ 3.º - A indicação de Magistrado cursista por outra Escola Judicial pressupõe que as despesas eventualmente incidentes para sua realização, inclusive de deslocamento, serão arcadas pela Escola ou Tribunal responsável pela indicação.

Art. 8.º - Na realização de Cursos de Formação Inicial em seu Módulo Regional, tanto presenciais quanto a distância, as Escolas Judiciais, de acordo com a conveniência administrativa e a estrutura didático-pedagógica, poderão oferecer às outras Escolas integrantes do SIFMT oportunidade de indicar Magistrados vitaliciandos de suas Regiões para participação, em número

de vagas e conforme critérios e requisitos previamente definidos para a inscrição, observado, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Art. 9.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de outubro de 2011.


Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho - ENAMAT

RESOLUÇÃO Nº 09/2011

Regulamenta a Formação Continuada dos Magistrados do Trabalho no âmbito do Sistema Integrado de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO o requisito da formação continuada para fins de promoção e acesso, na forma do art. 93, II, c, do art. 111-A, § 2º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004;

CONSIDERANDO os requisitos dos arts. 28 a 30 da Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, com a redação consolidada pela Resolução Administrativa n.º 1.363/2009, ambas do Tribunal Superior do Trabalho;

CONSIDERANDO os pressupostos político-pedagógicos da formação continuada dos Magistrados do Trabalho, em termos de objetivos gerais e específicos, de conteúdos mínimos e de diretrizes executivas, definidos no Programa Nacional de Formação Continuada – PNFC 2010/2011;

CONSIDERANDO a necessidade de definir padrões uniformes no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT para a frequência mínima a atividades de formação continuada oferecidas pela ENAMAT e pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho;



RESOLVE:

Art. 1.º – A formação continuada tem por objetivo geral propiciar aos Magistrados do Trabalho formação profissional tecnicamente adequada, eticamente humanizada, voltada para a defesa dos princípios do Estado Democrático de Direito e comprometida com a solução justa dos conflitos, com ênfase nas competências teórico-práticas básicas para o exercício da função na perspectiva do caráter nacional da instituição judiciária trabalhista.

Parágrafo único – Os objetivos específicos da formação continuada são:

- a) o intercâmbio pessoal e profissional;
- b) a aquisição de novas competências profissionais;
- c) o desenvolvimento de competências profissionais já adquiridas na formação inicial.

Art. 2.º – Os conteúdos da formação continuada envolvem as competências profissionais a serem adquiridas e desenvolvidas por Juizes do Trabalho Substitutos vitalícios, Juizes do Trabalho Titulares e Desembargadores, como definidas na Tabela de Competências da Magistratura do Trabalho, e devem ser implementadas segundo as diretrizes político-pedagógicas previstas no Programa Nacional de Formação Continuada – PNFC vigente.

Parágrafo único. Os projetos didático-pedagógicos das ações formativas devem ser planejados e executados, de forma a:

- a) enfatizar a formação profissional dos Magistrados;
- b) desenvolver saberes transdisciplinares que permitam o adequado e eficiente enfrentamento, nos Juízos Trabalhistas, dos conflitos inerentes às complexas e dinâmicas relações sociais contemporâneas;
- c) introduzir técnicas de ensino que assegurem a participação ativa dos Alunos-Juizes, a interação e a troca de experiências, como práticas tuteladas, estudos de casos e simulações, de forma presencial ou a distância;
- d) garantir o respeito pleno à liberdade de entendimento e de convicção do Aluno-Juiz em todo o itinerário formativo, entendido desde o planejamento pedagógico até a avaliação.

Art. 3.º – Os Magistrados do Trabalho vitalícios deverão frequentar atividades de formação continuada pelo período mínimo de 40 horas-aula por semestre, em atividades



presenciais e/ou a distância, cabendo às Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho o controle e o registro da formação continuada.

§ 1.º – Para efeito de cômputo da carga horária, deverão ser consideradas as ações formativas certificadas, promovidas pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e pela ENAMAT.

§ 2.º – Consideram-se, também, como tempo de efetiva formação profissional, as atividades descritas no parágrafo único do art. 30 da Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, com a redação dada pela Resolução Administrativa n.º 1.363/2009, ambas do TST.

§ 3.º – Para o cumprimento do disposto neste artigo, as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho deverão oferecer, para o efeito da seletividade e da oportunidade de acesso de todos os Magistrados, ações formativas com carga horária mínima de 60 horas-aula semestrais.

Art. 4.º – As Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho divulgarão, nos meses de novembro e maio, o calendário das atividades programadas, respectivamente, para o primeiro semestre e para o segundo semestre de cada ano, com as correspondentes cargas horárias, a fim de possibilitar ao Magistrado escolher as de sua preferência e programar-se para as ações formativas.

Art. 5.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e terá efeito a partir de 1º de julho de 2012.

Brasília, 15 de dezembro de 2011.


Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho - ENAMAT

RESOLUÇÃO N.º 10/2012

Estabelece período de transição para a implementação da carga horária semestral mínima definida na Resolução ENAMAT n.º 09/2011.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO o requisito da formação continuada para fins de promoção e acesso, na forma do art. 93, II, c, do art. 111-A, § 2.º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, e os requisitos constantes dos arts. 28 a 30 da Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, com a redação consolidada pela Resolução Administrativa n.º 1.363/2009, ambas do Tribunal Superior do Trabalho;

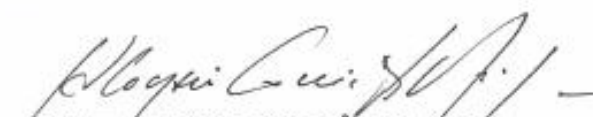
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer período de transição para a implementação da carga horária semestral mínima em todas as Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT, enquanto ainda em curso as iniciativas para garantir sua adequada dotação de material e de orçamento às atividades formativas;

RESOLVE:

Art. 1.º – As cargas horárias semestrais mínimas definidas no *caput* e no § 3.º do art. 3.º da Resolução ENAMAT n.º 09/2011 serão reduzidas em 50% durante o segundo semestre de 2012.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e terá efeito a partir de 1º de julho de 2012.

Brasília, 29 de março de 2012.


Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

JUSTIFICATIVA

Poucos setores do conhecimento possuem tanto dinamismo como a educação aberta e a distância (EAD), campo no qual as ciências cognitivas registram, dia a dia, a conquista de novas fronteiras do saber.

A educação a distância constitui um passo muito importante na criação de uma infraestrutura educacional em sintonia com as possibilidades da tecnologia da informação, com benefício inestimável à formação inicial e continuada dos magistrados.

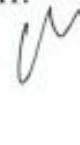
No entanto, o primeiro desafio que se coloca é assegurar a excelência das atividades acadêmicas realizadas a distância, as quais deverão não só oferecer aos alunos os materiais de estudo qualificados e adequados ao estímulo da cognição, como também assegurar adequada orientação e acompanhamento do aluno em todo o percurso de realização do curso. Isso significa a escolha de satisfatório conteúdo, adequada mídia, qualidade de *design* e eficiente tutoria.

O Brasil possui grandes dimensões territoriais e as diversas regiões se caracterizam por vasta diversidade cultural, econômica e política, sendo de extrema importância o compartilhamento das experiências adquiridas e do material didático produzido. Este é o segundo desafio: o compartilhamento do conhecimento.

Para tanto, há a necessidade de criação de um banco de cursos de educação a distância e outros objetos digitais de aprendizagem no âmbito da ENAMAT, de modo que gestores comprometidos com o compartilhamento do conhecimento possam partilhar do material produzido. A sociedade moderna aponta para a compreensão de compartilhamento e de colaboração no mundo digital.

Contudo, normas protetivas dos direitos autorais impedem a reprodução de materiais produzidos para quaisquer fins sem a devida autorização do autor, o que dificulta o uso de dados, mesmo para objetivos não comerciais e para a disseminação das informações. Torna-se necessário harmonizar a relação entre o direito dos autores e a utilização livre pelas pessoas.

Considerando que o uso da licença *Creative Commons* permitirá o amplo acesso e a disseminação dos recursos educacionais produzidos pelas escolas judiciais, além de possibilitar que esses recursos possam ser coletivamente atualizados e aperfeiçoados, servindo como ferramentas eficazes à promoção da educação continuada dos magistrados do trabalho, o Comitê de Educação a Distância do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, coordenado pela ENAMAT, apresenta, respeitosamente, a Vossa Excelência a seguinte proposta de regulamentação do Banco de Cursos – modalidade a distância no âmbito da ENAMAT.



RESOLUÇÃO Nº 11/2012

Institui banco de cursos de educação a distância e outros objetos digitais de aprendizagem no âmbito da ENAMAT.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO que a educação a distância representa um passo essencial para a criação de uma infraestrutura educacional em sintonia com as possibilidades da tecnologia da informação e constitui um benefício ao processo de formação inicial e continuada dos Magistrados do Trabalho;

CONSIDERANDO que a produção de conhecimentos de forma colaborativa é princípio a ser difundido no âmbito das Escolas Judiciais;

CONSIDERANDO a importância de um Banco de Cursos de Educação a Distância e outros objetos digitais de aprendizagem, em caráter nacional, para o qual sejam canalizados todos os materiais didáticos digitais e cursos produzidos pelas Escolas Judiciais na modalidade de Educação a Distância, a fim de compartilhar o conhecimento;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar e de padronizar os procedimentos e os instrumentos executivos para operacionalização do compartilhamento;

RESOLVE

Art 1.º Fica instituído o Banco de Cursos de Educação a Distância (BCEAD) no âmbito da ENAMAT, destinado ao armazenamento e ao compartilhamento de cursos de educação a distância e outros objetos digitais de aprendizagem produzidos pela Escola Nacional e pelas Escolas Judiciais.

Parágrafo único. O Banco de Cursos será mantido em servidor da ENAMAT ou replicado em servidores de Escolas Judiciais que possuam estrutura de informática compatível com sua disponibilização.

Art 2.º O BCEAD é abastecido por meio do encaminhamento, pela Escola Nacional (ENAMAT) e pelas Escolas Judiciais, de cursos na modalidade a distância e de outros objetos digitais de aprendizagem.

Parágrafo único. Integrarão o BCEAD, preferencialmente, os cursos e outros objetos digitais de aprendizagem licenciados sob o modelo *Creative Commons*.

Art. 3.º Os cursos que integram o BCEAD deverão conter as seguintes informações:

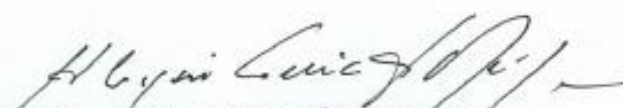
- I - Título do Curso;
- II - Apresentação (com 500 a 1.000 caracteres);
- III - Carga horária;
- IV - Objetivo geral;
- V - Objetivos específicos;
- VI - Sumário do curso;
- VII - Formato dos arquivos e plataformas e programas de informática necessários à sua utilização;
- VIII - Cessão de direitos à Escola Nacional e às Escolas Judiciais integrantes do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho para utilização do material didático na formação de Magistrados.

Art. 4.º As Escolas Judiciais terão livre acesso ao material cadastrado junto ao BCEAD e poderão replicá-lo e aprimorá-lo, observados os termos da licença respectiva *Creative Commons* e/ou os termos dos direitos autorais reservados.

Parágrafo único. Competirá às Escolas Judiciais o exame do conteúdo dos objetos digitais de aprendizagem e dos cursos disponibilizados ao BCEAD, bem como sua pertinência na formação inicial e continuada dos magistrados.

Art. 5.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de julho de 2012.


Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

Atos da ENAMAT

ATO.ENAMAT.Nº 06/2011

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o artigo 1º da Resolução nº 5/2011 e o seu parágrafo único,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conferir a Medalha “Honra ao Mérito” da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, e o respectivo certificado, ao Excelentíssimo Senhor Embaixador da França, Yves Saint-Geours, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para a formação e o aperfeiçoamento dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Art. 2º - A Medalha será entregue ao Excelentíssimo Senhor Embaixador em data oportuna.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Ministro do TST e Diretor da ENAMAT

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o artigo 1º da Resolução nº 5/2011 e o seu parágrafo único,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conferir a Medalha “Honra ao Mérito” da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, e o respectivo certificado, ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da Escola Nacional de Magistratura da França - ENM, Jean François Thony, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para a formação e o aperfeiçoamento dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Art. 2º - A Medalha será entregue ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da ENM em data oportuna.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Ministro do TST e Diretor da ENAMAT

Ato do TST

ATO.GDGSET.GP.Nº 333

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a proposta apresentada pela Direção da ENAMAT, contida no OF.ENAMAT.Nº 184/2011, de 5 de maio de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, alínea a, no art. 7º, incisos VII e VIII, e no art. 12, parágrafo único, da Resolução Administrativa nº 1.158/2006, com a redação dada pela Resolução Administrativa nº 1.363/2009;

R E S O L V E:

Art. 1º É fixada a remuneração dos profissionais de ensino da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, nos seguintes valores:

TITULAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENSINO	VALOR DA HORA-AULA
NÍVEL DE DOUTORADO	R\$ 500,00
NÍVEL DE MESTRADO	R\$ 400,00
NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO	R\$ 350,00
NÍVEL DE GRADUAÇÃO	R\$ 300,00

CONT.ATO.GDGSET.GP.Nº 333

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o profissional de ensino seja Magistrado, o valor da hora-aula corresponderá, no mínimo, ao Nível de Doutorado (para o caso de Ministro) e ao Nível de Mestrado (para o caso de Magistrado de 1º e 2º Graus), prevalecendo o valor da respectiva titulação, quando superior.

Art. 2º Os valores definidos no artigo anterior poderão ser elevados em até R\$ 1.000,00, a critério da Direção da ENAMAT, quando se tratar de Aula Magna ou Conferência, ou quando, pela natureza singular da atividade e especial qualificação do profissional de ensino, configurar notória especialização, não podendo, em qualquer caso, o total de horas remuneradas por evento ser superior a três horas-aula.

Art. 3º Este ato entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, revogando-se o ATO.GDGSET.GP.Nº 304, de 16 de abril de 2008.

Publique-se.

Brasília, 20 de maio de 2011.



JOÃO ORESTE DALAZEN

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Atos da ENAMAT/CSJT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N° 1/2012

Institui a 1ª Turma Nacional de Multiplicadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, destinada a ações de capacitação em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO e o DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando a necessidade de cumprimento da Meta n° 15 estabelecida junto ao Conselho Nacional de Justiça de implantar até o mês de dezembro do fluente ano o módulo de 1º grau do sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT em pelo menos 10% (dez por cento) das Varas do Trabalho de cada Tribunal Regional do Trabalho e o módulo de 2º grau em todas as regiões desta Justiça Especializada;

Considerando a abrangência nacional da referida implantação do sistema do PJe-JT;

Considerando a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de implantação do sistema aprovado pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CSJT Conselho Superior da
Justiça do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Considerando a necessidade de criar um grupo de magistrados e de servidores da Justiça do Trabalho para atuar como multiplicadores do conhecimento relacionado ao sistema do PJe-JT durante a fase de implantação,

R E S O L V E M:

Art. 1º Fica instituída a 1ª Turma Nacional de Multiplicadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, destinada a ações de capacitação em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT.

Art. 2º A 1ª Turma Nacional de Multiplicadores compõe-se por magistrados e servidores de 1º e 2º graus da Justiça do Trabalho, nos termos do anexo deste Ato.

Art. 3º À Turma Nacional de Multiplicadores compete:

I - atuar na capacitação de magistrados e de servidores em relação ao sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT, no âmbito de sua respectiva região geográfica e de acordo com a orientação e o conteúdo repassados pela ENAMAT e pelo CSJT;

II - atuar na capacitação e formação de magistrados e de servidores, escolhidos pelas Escolas Judiciais e pelas áreas de capacitação dos Tribunais Regionais do Trabalho, em relação ao sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT, visando à formação de grupos regionais de multiplicadores;



Conselho Superior da
Justiça do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

III - cumprir fielmente o cronograma de capacitação estipulado pela ENAMAT e pelo CSJT para a fase de implantação do PJe-JT na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2012.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Diretor da Escola Nacional de Formação e
Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ANEXO

(ATO CONJUNTO CSJT. ENAMAT N° 1/2012)

1ª TURMA NACIONAL - MAGISTRADOS		
Região Geográfica	Nome	Cargo
REGIÃO NORTE (TRTs 8ª, 11ª e 14ª Regiões)	LAIRTO JOSÉ VELOSO	Desembargador do Trabalho do TRT da 11ª Região
	ANTÔNIO CÉSAR COELHO DE M. PEREIRA	Juiz do Trabalho do TRT da 14ª Região
REGIÃO NORDESTE (TRTs 5ª, 6ª, 7ª, 13ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões)	UBIRATAN MOREIRA DELGADO	Desembargador do Trabalho do TRT da 13ª Região
	ALEXANDRE MANOEL RODRIGUES PEREIRA	Juiz do Trabalho do TRT da 20ª Região
REGIÃO CENTRO-OESTE (TRTs 10ª, 18ª, 23ª e 24ª Regiões)	AMAURY RODRIGUES P. JÚNIOR	Desembargador do Trabalho do TRT da 24ª Região
	ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA	Juiza do Trabalho do TRT da 23ª Região
REGIÃO SUDESTE (TRTs 1ª, 2ª, 3ª, 15ª e 17ª Regiões)	RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO	Desembargador do Trabalho do TRT da 2ª Região
	FIRMINO ALVES LIMA	Juiz do Trabalho do TRT da 15ª Região
REGIÃO SUL (TRTs 4ª, 9ª e 12ª Regiões)	GILMAR CAVALIERI	Desembargador do Trabalho do TRT da 12ª Região
	RICARDO FIOREZE	Juiz do Trabalho do TRT da 4ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REGIÃO SUDESTE (TRTs 1ª, 2ª, 3ª, 15ª e 17ª Regiões)	SANDRO SOARES DA CRUZ MARCELO VASCONCELOS GUIMARÃES EDVALDO ARAÚJO DOS SANTOS JULIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO	Diretor de Secretaria do TRT da 1ª Região Diretor de Secretaria do TRT da 3ª Região Secretário do TRT da 2ª Região Secretária de Audiência do TRT da 17ª Região
REGIÃO SUL (TRTs 4ª, 9ª e 12ª Regiões)	DIRLEI PEREIRA PREVE SANDRO AUGUSTO HAISI MARIA GLACINDA BELLOLI KARINA STADLER ROSA	Diretor de Secretaria do TRT da 12ª Região Diretor de Secretaria do TRT da 9ª Região Secretária de Audiência do TRT da 4ª Região Secretária do TRT da 9ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REGIÃO SUDESTE (TRTs 1ª, 2ª, 3ª, 15ª e 17ª Regiões)	MARISA REGINA RIBEIRO DO NASCIMENTO RELA GERALDO JOSÉ DE MATOS FLÁVIO PIRES FERREIRA NÁDIA MARIA PRATES PÚBLIO	Assessora de Desembargador do TRT da 15ª Região Assistente de Gabinete do TRT da 2ª Região Secretário da Turma do TRT da 1ª Região Diretora de Turma do TRT da 3ª Região
REGIÃO SUL (TRTs 4ª, 9ª e 12ª Regiões)	CRISTINA MARIA NAVARRO ZORNING MARCELA SEVAIO PORTILLO ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA CLÁUDIO ZAMPARETTI	Assessora de Desembargador do TRT da 9ª Região Assessora de Desembargador do TRT da 04ª Região Secretário do Tribunal Pleno do TRT da 12ª Região Secretaria de TCI do TRT da 12ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N.º 2/2012

Altera a composição da 1ª Turma Nacional de Multiplicadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, instituída mediante o Ato Conjunto CSJT.ENAMAT nº 1/2012.

A VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO e o DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando a necessidade de substituição do Ex.^{mo} Sr. Rafael Edson Pugliese Ribeiro, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por impossibilidade de participação, pelo Ex.^{mo} Sr. Paulo Roberto de Castro, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, na 1ª Turma Nacional de Multiplicadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

Considerando os pedidos formulados pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 7ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª Região, no sentido da substituição dos servidores anteriormente indicados para compor a referida Turma Nacional de Multiplicadores,

R E S O L V E M:

CSJT Conselho Superior da
Justiça do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Art. 1º A 1ª Turma Nacional de Multiplicadores da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, instituída mediante o Ato Conjunto CSJT.ENAMAT nº 1/2012, passa a ser integrada pelos magistrados e servidores constantes do anexo deste Ato.

Art. 2º Republicue-se o Ato Conjunto CSJT.ENAMAT nº 1/2012, consolidando as alterações promovidas por este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Brasília, 18 de junho de 2012.

Ministra **MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**
Vice-Presidente no exercício da Presidência
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ministro **ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**
Diretor da Escola Nacional de Formação e
Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N.º 2/2012 - ANEXO

1ª TURMA NACIONAL - MAGISTRADOS		
Região Geográfica	Nome	Cargo
REGIÃO NORTE (TRTs 8ª, 11ª e 14ª Regiões)	LAIRTO JOSÉ VELOSO	Desembargador do Trabalho do TRT da 11ª Região
	ANTÔNIO CÉSAR COELHO DE M. PEREIRA	Juiz do Trabalho do TRT da 14ª Região
REGIÃO NORDESTE (TRTs 5ª, 6ª, 7ª, 13ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões)	UBIRATAN MOREIRA DELGADO	Desembargador do Trabalho do TRT da 13ª Região
	ALEXANDRE MANOEL RODRIGUES PEREIRA	Juiz do Trabalho do TRT da 20ª Região
REGIÃO CENTRO-OESTE (TRTs 10ª, 18ª, 23ª e 24ª Regiões)	AMAURY RODRIGUES P. JÚNIOR	Desembargador do Trabalho do TRT da 24ª Região
	ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA	Juiza do Trabalho do TRT da 23ª Região
REGIÃO SUDESTE (TRTs 1ª, 2ª, 3ª, 15ª e 17ª Regiões)	PAULO ROBERTO DE CASTRO	Desembargador do Trabalho do TRT da 3ª Região
	FIRMINO ALVES LIMA	Juiz do Trabalho do TRT da 15ª Região
REGIÃO SUL (TRTs 4ª, 9ª e 12ª Regiões)	GILMAR CAVALIERI	Desembargador do Trabalho do TRT da 12ª Região
	RICARDO FIOREZE	Juiz do Trabalho do TRT da 4ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

LISTA DE SERVIDORES DE 1º GRAU

1ª TURMA NACIONAL - SERVIDORES DE 1º GRAU		
Região Geográfica	Nome	Cargo
REGIÃO NORTE (TRTs 8ª, 11ª e 14ª Regiões)	LAURO MELO DA PAIXÃO NETO	Diretor de Secretaria do TRT da 8ª Região
	JORGE WILLIAN DE CASTRO	Diretor de Secretaria do TRT da 11ª Região
	SILVINO ROBERTO CAVASSANA	Assistente de Juiz do TRT da 14ª Região
	JEFFERSON ALEXANDRE MACEDO DA SILVA	Secretário de Audiência do TRT da 8ª Região
REGIÃO NORDESTE (TRTs 5ª, 6ª, 7ª, 13ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões)	MÁRCIO ANDRÉ RODRIGUES COSTA FARIA	Diretor de Secretaria do TRT da 6ª Região
	ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS	Técnico Judiciário do TRT da 7ª Região
	ROGÉRIO FARIAS COSTA	Técnico Judiciário do TRT da 21ª Região
	BRÁULIO CLEMENTINO MARTINS MENDES SOARES	Analista Judiciário do TRT da 19ª Região
REGIÃO CENTRO-OESTE (TRTs 10ª, 18ª, 23ª e 24ª Regiões)	MARCO AURÉLIO WILLMAN SAAR DE CARVALHO	Diretor de Secretaria do TRT da 10ª Região
	LUIZ OTÁVIO CARVALHO PINTO	Diretor de Secretaria do TRT da 23ª Região
	DANILO MACHADO BRITO	Secretário de Audiência do TRT da 18ª Região
	ANELIZA DE ALBUQUERQUE FERREIRA NOVAES	Secretária do TRT da 24ª Região



Conselho Superior da
Justiça do Trabalho





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REGIÃO SUDESTE (TRTs 1ª, 2ª, 3ª, 15ª e 17ª Regiões)	SANDRO SOARES DA CRUZ	Diretor de Secretaria do TRT da 1ª Região
	EDUARDO JOSÉ DA FONSECA	Analista Judiciário do TRT da 3ª Região
	EDVALDO ARAÚJO DOS SANTOS	Secretário do TRT da 2ª Região
	DONIZETTI NORONHA MAIA	Analista Judiciário do TRT da 17ª Região
REGIÃO SUL (TRTs 4ª, 9ª e 12ª Regiões)	DIRLEI PEREIRA PREVE	Diretor de Secretaria do TRT da 12ª Região
	SANDRO AUGUSTO HAISI	Diretor de Secretaria do TRT da 9ª Região
	MARIA GLACINDA BELLOLI	Secretária de Audiência do TRT da 4ª Região
	KARINA STADLER ROSA	Secretária do TRT da 9ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª TURMA NACIONAL - SERVIDORES DE 2º GRAU		
Região Geográfica	Nome	Cargo
REGIÃO NORTE (TRTs 8ª, 11ª e 14ª Regiões)	LÚCIO ANTÔNIO DA PURIFICAÇÃO RAMOS	Assessor de Gabinete do TRT da 8ª Região
	CHARLES CEZEMER PEREIRA DE MORAIS	Chefe de Gabinete do TRT da 14ª Região
	NARLICELEMA SOBRAL SANTOS RAMOS	Secretária do Tribunal Pleno do TRT da 8ª Região
	RÉGIS BEGNINI	Secretário de Turma do TRT da 11ª Região
REGIÃO NORDESTE (TRTs 5ª, 6ª, 7ª, 13ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões)	ELIZABETE MARIA DE SOUSA	Assessora de Desembargador do TRT da 6ª Região
	ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESPÍNOLA	Chefe de Gabinete do TRT da 13ª Região
	CLEONICE FRANCO BARRETO OLIVEIRA	Analista Judiciário do TRT da 20ª Região
	MARIA ÂNGELA ALMEIDA GARCEZ	Diretora de Turma do TRT da 5ª Região
REGIÃO CENTRO-OESTE (TRTs 10ª, 18ª, 23ª e 24ª Regiões)	JESUS RENATO ROCHA BORGES	Assessor de Desembargador do TRT da 10ª Região
	ANA MARIA LUCAS DA SILVA	Servidora de Gabinete do TRT da 23ª Região
	DANIEL SIQUEIRA SOARES	Analista Judiciário do TRT da 18ª Região
	CARLOS ALBERTO DE FIGUEIREDO	Subsecretário de Turma do TRT da 24ª Região



Conselho Superior da
Justiça do Trabalho

Conselho Superior da
Justiça do Trabalho





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REGIÃO SUDESTE (TRTs 1ª, 2ª, 3ª, 15ª e 17ª Regiões)	MARISA REGINA RIBEIRO DO NASCIMENTO RELA GERALDO JOSÉ DE MATOS FLÁVIO PIRES FERREIRA NÁDIA MARIA PRATES PÚBLIO	Assessora de Desembargador do TRT da 15ª Região Assistente de Gabinete do TRT da 2ª Região Secretário de Turma do TRT da 1ª Região Diretora de Turma do TRT da 3ª Região
REGIÃO SUL (TRTs 4ª, 9ª e 12ª Regiões)	CRISTINA MARIA NAVARRO ZORNING MARCELA SEVAIO PORTILLO ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA CLÁUDIO ZAMPARETTI	Assessora de Desembargador do TRT da 9ª Região Assessora de Desembargador do TRT da 04ª Região Secretário do Tribunal Pleno do TRT da 12ª Região Secretaria de TCI do TRT da 12ª Região

OUTRAS ATIVIDADES

Ministro Horácio representa a Escola no XVI Conamat

8 de maio de 2012



O Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), representou a Escola no XVI Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado de 1.º a 4 de maio, em João Pessoa, Paraíba.

O tema geral do Congresso foi *Uma nova sociedade, um novo Juiz do Trabalho*. Os estudos e debates levados ao evento focaram na pessoa do Juiz e nos desafios que a sociedade, com seus múltiplos problemas e conflitos, traz à consideração e decisão do Judiciário Trabalhista.

O evento contou com cerca de 600 inscritos, entre eles representantes do Ministério Público do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil, além dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho. Segundo o Ministro Horácio, “a ENAMAT aguarda, ansiosamente, a publicação dos anais, material que será de grande valia para exame mais aprofundado, em seus cursos e encontros, das propostas apresentadas”.

Homenagem

No decorrer do evento, o Ministro Horácio foi homenageado pela ANAMATRA e pela AMATRA 5 (BA) pelos seus 39 anos de serviços dedicados à Justiça do Trabalho. “Parece até um paradoxo que, no momento em que a magistratura se reúne para discutir o novo Juiz do Trabalho, se preste homenagem a um velho Juiz do Trabalho”, disse ele, ao agradecer a homenagem. “Mas, na verdade, não me

considero um velho Juiz. Guardei fidelidade aos princípios que justificaram e ainda justificam o Direito do Trabalho”, acrescentou.

O Ministro Horácio aproveitou a oportunidade para dar conselho aos magistrados mais jovens. “Avancem em todos os sentidos, sejam figuras de novos Juízes, mas não percam jamais o foco. O Direito do Trabalho é ferramenta indispensável para a democracia e para a paz social”.

Participação em comissão do CNJ sobre regras para concurso de juízes



Comissão do CNJ examina regras para concurso de Juízes

A ENAMAT, representada pela Juíza Titular de Vara do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, membro de seu Conselho Consultivo, participou neste ano de 2012 de Grupo de Trabalho formado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de revisão da Resolução n.º 75 daquele Conselho, que trata do processo de seleção de magistrados no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

O grupo se reuniu regularmente em 2012, para estudar e debater questões, como a possibilidade e conveniência de adoção de concurso nacional, a realização de testes psicotécnicos e investigação social nos candidatos, a contratação de entidades privadas para a confecção e/ou apoio logístico às provas e a participação das Escolas Judiciais no processo de seleção.

A comissão ainda analisou informações resultantes de pesquisa realizada junto aos tribunais brasileiros sobre os métodos de seleção dos juízes e subsídios relativos a 91 processos já julgados no âmbito do CNJ sobre a Resolução 75, deles extraindo os aspectos considerados polêmicos ou relevantes, a fim de verificar a necessidade de aprimoramento do texto da Resolução.

Instalado perante a Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, presidida pelo conselheiro José Lucio Munhoz, o grupo de trabalho é coordenado pela Juíza Morgana Richa, do TRT da 9.^a Região, ex-Conselheira do CNJ, e também conta com a participação de representantes da Enfam, da ENM-AMB e de Juízes Auxiliares que atuam perante o CNJ.

4º Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário

O Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, do TRT da 1ª Região–RJ, Conselheiro da ENAMAT e Coordenador do Comitê de EAD, participou nos dias 23 e 24 de outubro, do *4º Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário*, em Brasília–DF.

Representando a ENAMAT, a convite de seu Diretor, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, o Desembargador Alexandre Cunha fez exposição aos participantes sobre as iniciativas ou experiências da Escola Nacional no campo da educação.

No evento, promovido pelo CNJ, o Desembargador privilegiou na exposição a apresentação das realizações da ENAMAT na área da educação a distância.

Expôs sobre o Comitê de EAD, instituído pelo Ato ENAMAT n.º 4/2010, com a finalidade de disseminar a educação a distância como forma de efetiva aprendizagem; assistir as Escolas Judiciais em assuntos relacionados à metodologia e à infraestrutura tecnológica para EAD; incentivar e viabilizar a oferta de vagas, entre as distintas Regiões nos cursos oferecidos por meio dessa modalidade; auxiliar na implantação das diretrizes de educação a distância estabelecidas pela ENAMAT.

Para melhor compreensão por parte dos participantes do evento, da forma de articulação do Comitê, explicou como funciona o SIFMT, de modo a abordar as bases para a política e modelo de gestão da educação a distância, assim como o

conjunto de ações que induz e consolida a EAD na Justiça do Trabalho, na conformidade da Resolução ENAMAT n.º 6/2010.

Foram apresentados, ainda, os principais cursos realizados a distância pela ENAMAT, com detalhes relevantes, tanto numéricos (como, por exemplo, quantitativo docente e discente, turmas, etc.), quanto substanciais, como o escopo colimado.

Destacou as ações referentes ao Comitê de EAD, divididas em dois eixos com sentidos opostos. No primeiro grupo, apontou as ações de sentido exógeno, consistentes naquelas que capilarizam as diretrizes da ENAMAT para as Escolas Judiciais. No segundo grupo, indicou as estratégias e diretrizes definidas e consolidadas a partir da experiência colhida nas demais Escolas, nos Tribunais Regionais e em outras experiências em EAD. Ressaltou o banco de cursos, bem como a apresentação do total de 2.092 Magistrados capacitados por meio de EAD, de março de 2010 a outubro de 2012. Disse, por fim, que, na questão referente à implantação do PJe/JT, os Magistrados do Trabalho tiveram acesso em 2012 ao meio formativo a distância.

ENAMAT no *site* do CNJ



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga em entrevista a jornalista do CNJ

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, concedeu entrevista exclusiva, divulgada no *síte* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocasião em que destacou a missão constitucional da Escola Nacional e a importância da manutenção de sua autonomia. Ele fez um balanço da atuação da Escola desde sua criação, em 2006, e discorreu sobre as Resoluções n.ºs 159 e 75 do CNJ, que tratam, respectivamente, da formação de juízes e dos concursos para ingresso na magistratura.

A Escola Nacional, segundo o Ministro, vem cumprindo com sua missão institucional, com a colaboração das Escolas Regionais, por meio dos cursos que fornece. As aulas, teóricas e práticas, presenciais e a distância, fornecem ao magistrado a ideia do que é “ser juiz”, desde que este ingressa na magistratura até o fim de sua missão, nos diversos graus de jurisdição.

O Ministro destacou, ainda, que, desde a criação da Escola Nacional, 4.198 juízes participaram de cursos na ENAMAT, tendo sido formados apenas no ano de 2012 154 novos magistrados. O Ministro salientou que não só os cursos de Formação Inicial são importantes, mas também os de Formação Continuada e de Formação de Formadores, todos presentes na grade curricular anual da escola.

O Diretor da ENAMAT disse que em 2013 a perspectiva é que a Escola seja consolidada em sua atuação, mantendo a qualidade dos cursos e ampliando seu alcance, para que todos os magistrados da Justiça do Trabalho possam se beneficiar com os ensinamentos propostos.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga concede entrevista a jornalista do CNJ



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga em entrevista a jornalista do CNJ

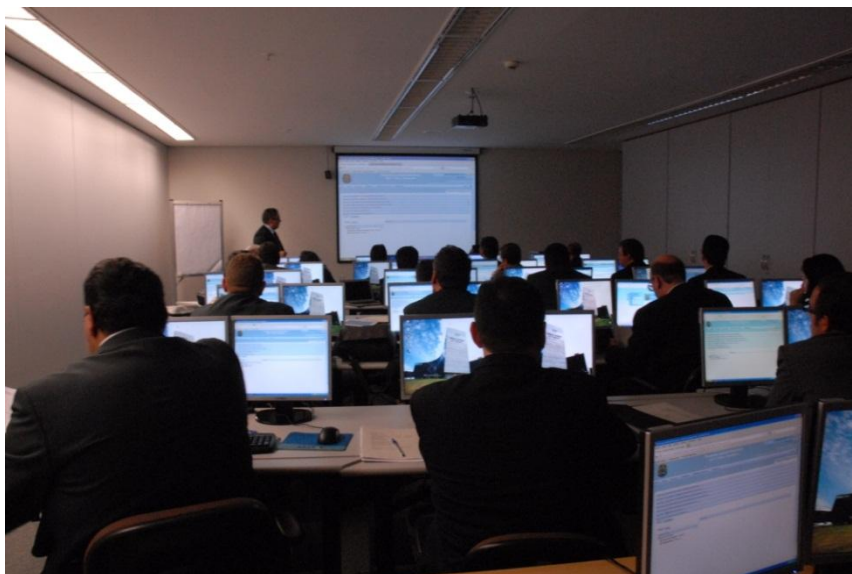
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT

Durante o ano de 2012, a equipe de Informática da ENAMAT teve como principal atividade o suporte das atividades de treinamento do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe/JT). O cronograma acelerado de implantação do PJe/JT exigiu da Escola diversas ações de capacitação nessa ferramenta. Para dar suporte às ações foram instalados na ENAMAT dois laboratórios de informática – um com 20 computadores e outro com 24. Os computadores tinham configurações específicas para o treinamento do PJe/JT, o que incluía dois monitores e leitora de *smart card*.



Laboratório de informática para o PJe/JT



Atividades do Curso de Formação de Formadores em PJe/JT em laboratório de informática

Essa estrutura foi utilizada em diversos cursos de formação de formadores, que tiveram como objetivo capacitar magistrados do trabalho para serem multiplicadores, em suas Regiões, dos conteúdos a outros magistrados, além do treinamento de uma força nacional de multiplicadores, que ficou responsável por auxiliar nas ações de capacitação da ferramenta que ocorreram por todo o País, acompanhando o cronograma de implantação nacional.

Para a execução dos treinamentos na ferramenta, além dos laboratórios, foi configurado, pela equipe da ENAMAT com suporte da equipe de CSJT responsável pelo desenvolvimento dessa ferramenta, um ambiente específico do PJe/JT. Esse ambiente permitiu que os alunos pudessem ser treinados usando *logins* personalizados, usuários cadastrados com seus dados, estruturas de Varas do Trabalho específicas e com processos já previamente cadastrados segundo as definições feitas pelos instrutores dos cursos, aumentando a efetividade da ação de capacitação. A cada treinamento, o ambiente era novamente configurado para utilização pela nova turma de treinandos.

Em outra ação complementar, esse ambiente foi disponibilizado para utilização pelas Escolas Judiciais de 4 Tribunais Regionais do Trabalho. Nos dias 27 e 28 de agosto, servidores das Escolas Regionais vieram à ENAMAT para participar de reunião em que foram delineadas diretrizes de utilização dos ambientes de treinamento do PJe/JT. As Regiões que já possuíam o PJe/JT instalado foram

orientadas a criar um ambiente local de treinamento, enquanto as demais passariam a utilizar o ambiente centralizado disponibilizado pela ENAMAT. Nesse último caso, foram criados para as Escolas *logins*, com perfil de administrador do ambiente, para que pudessem configurar o ambiente para seus treinamentos, além de um manual sobre como efetuar essa configuração de forma simples e rápida.

Diferentemente do manual da ferramenta disponibilizado pelo CSJT, esse foi desenvolvido pela ENAMAT com o objetivo de permitir uma fácil configuração do ambiente para treinamentos, englobando somente o que é necessário para o treinamento de magistrados na ferramenta. A rapidez na preparação do ambiente para servir de suporte a ações de treinamento é importante para as Escolas Regionais terem agilidade no momento de preparação de cursos, permitindo que turmas sucessivas aconteçam.

Site da ENAMAT em inglês

A ENAMAT fez o lançamento, no dia 27 de novembro, de sua página em inglês na internet. A disponibilização do *site* traduzido ocorreu durante a 5.^a Reunião do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela ENAMAT, realizada em Campo Grande–MS com a participação das Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Durante a reunião, que tratou de vários temas da formação dos Magistrados do Trabalho brasileiros, o Diretor da Escola Nacional, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, inaugurou a versão em inglês do *site* da ENAMAT. Desde a sua criação em 2006, a Escola possui uma página na internet para divulgação de suas atividades e acesso ao ambiente virtual, e, a partir de agora, a versão original em português passa a conviver com uma versão em inglês dirigida ao público estrangeiro.

Como destacou o Diretor da ENAMAT no lançamento do *site*, a Escola Nacional possui convênios com diversas instituições internacionais de grande abrangência, como a Organização Internacional para Capacitação Judicial (IOJT), e a disponibilização de sua página da internet em outros idiomas é importante para ampliar o canal de acesso e de divulgação das atividades da Escola. No futuro, além de aumentar o conteúdo do *site* em inglês, a Escola pretende lançar sua página em espanhol, alargando a oferta de acesso direto ao público especializado estrangeiro.

Um aspecto inédito dessa iniciativa foi a adaptação de conteúdos e de linguagem para o público estrangeiro especializado, na perspectiva de acesso de usuários cujo idioma nativo não é o inglês, o que corresponde à maioria do interesse de acesso.

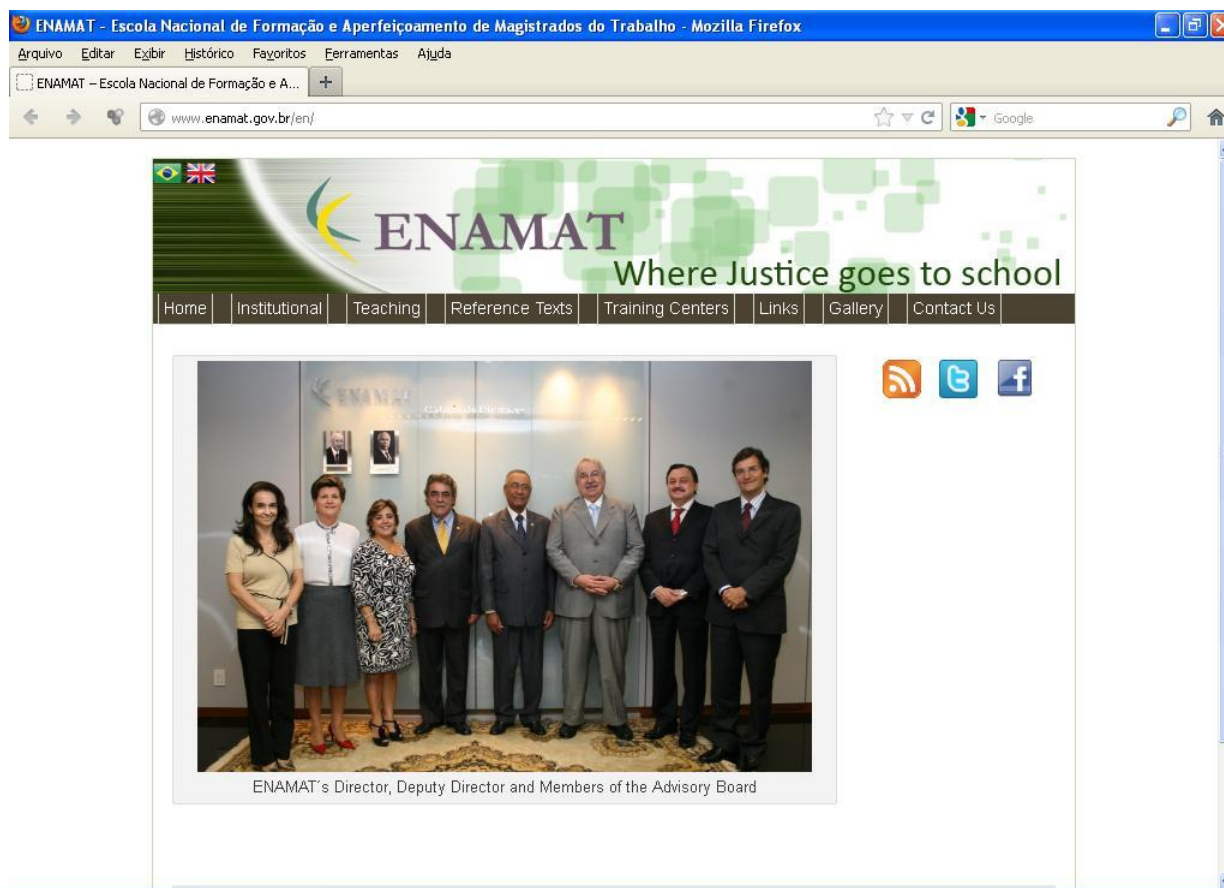


Imagem da versão do *site* da ENAMAT em inglês

Por isso, diversos conteúdos, inclusive materiais didáticos, são vertidos para o idioma inglês com a ênfase da tradução na compreensão do maior número possível de contextos dos usuários, circunstância que exigiu adaptação de expressões e de estilo redacional.

Com a tradução literal, diversas expressões jurídicas do Direito brasileiro ficariam totalmente sem sentido para outros povos, cujos sistemas judiciários são estruturados de forma muito diferente do modelo nacional. A antiga “Junta de Conciliação e Julgamento” (atual Vara do Trabalho) e “Desembargador do Trabalho”, por exemplo, são expressões de difícil compreensão para as pessoas sem familiaridade com o sistema judiciário nacional, e, assim, as traduções buscam

expressões paralelas correntes em outros modelos judiciários, com a mesma semântica, ainda que sem a transposição literal.

O Diretor da ENAMAT ainda destacou na ocasião do lançamento, que o *site* em inglês consiste numa ferramenta para a intensificação da comunicação transfronteiriça entre as instituições de formação judiciária em todo o mundo e para a divulgação global das atividades da Escola Nacional e das 24 Escolas Judiciais, que possuem o *site* também à sua disposição. Além disso, salientou que a iniciativa é uma demonstração concreta da elevada capacidade técnica da Escola para atividades complexas e diversificadas em favor da qualificação da formação dos Magistrados do Trabalho, como a tradução adaptada de conteúdos formativos.

Servidores responsáveis pelas atividades de Tecnologia da Informação:

Ben Hur Lopes de Oliveira – Analista de Sistemas

Roberto Ayrosa Pereira – Analista de Sistemas

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A área de Comunicação Social da ENAMAT, em 2012, focou na divulgação de suas atividades – dos cursos na modalidade de educação a distância, de formação inicial, de formação continuada e de formação de formadores –, além de difundir, por meio de sua página na internet, os principais eventos que envolveram a Escola e seus componentes.

Para tanto, contou com uma equipe de Comunicação composta por quatro profissionais da área, sendo uma repórter, dois operadores de vídeo e um de áudio, além do apoio de duas estagiárias.

Foram veiculadas na página da internet da Escola Nacional 185 matérias (dados até 3 de dezembro) com assuntos diversos e fotos variadas, reportando os eventos organizados pela ENAMAT, além daqueles que participou por parceria e dos que contaram com a participação dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo.

O trabalho da área de Comunicação esteve voltado, também, para a disseminação da informação acerca dos eventos organizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio das Escolas Judiciais, bem como buscou replicar as notícias desses órgãos, de interesse dos magistrados trabalhistas, na página da ENAMAT na internet. O bom resultado das ações pode ser aferido pelo aumento do número de acessos à página: 30 mil em 2012 (até 3 de dezembro), comparado com 28 mil em 2011.

O *site* da ENAMAT ganhou, também, uma versão em inglês, facilitando o entendimento para internautas de outros países, participando, assim, de forma mais abrangente, do processo de globalização das informações da ENAMAT.

De olho na crescente procura dos internautas pelas redes sociais, a ENAMAT aperfeiçoou sua página no Facebook, contando, atualmente, com mais de 500 seguidores interessados nos temas divulgados pela Escola. Além disso, as notícias veiculadas no *site* foram inseridas no Twitter.

A área de comunicação, inserida no Planejamento Estratégico da Escola, cumpriu com sua missão de fazer chegar a informação, de forma rápida, simples e econômica, ao maior número possível de magistrados do trabalho.

Servidora responsável pelas atividades de jornalismo e reportagem: Claudia Valente

Áudio e vídeo

Buscando aprimorar os cursos realizados no auditório da ENAMAT, foram adquiridos neste ano modernos equipamentos com tecnologia digital de imagem e gravação, visando, dessa forma, proporcionar melhor qualidade e rapidez nas edições dos cursos ministrados. Entre eles estão:

- ✓ 2 câmeras robóticas de vídeo em formato HD, com os respectivos controles PAN/TILT, dispensando, assim, a necessidade de vários cinegrafistas no interior do auditório;
- ✓ 3 monitores de vídeo para pré-visualização das imagens na cabine de som do auditório;
- ✓ 1 câmera DV digital para filmagem das entrevistas;
- ✓ 1 câmera fotográfica;
- ✓ 3 microfones tipo *headset* para os instrutores que ministram as aulas;
- ✓ 1 gravador digital para gravação das entrevistas.

Na área técnica de áudio foram adquiridas ferramentas para pequenos reparos e manutenções preventivas e corretivas (multímetro, chaves de fenda, alicates, etc.).

Iniciou-se, também, o processo para modernizar o sistema de som do auditório, com equipamentos digitais de qualidade (mesa de microfones, placas de captura de áudio digitais, etc.), possibilitando melhor captação e tratamento individual das vozes e conseqüentemente gravação mais fiel dos cursos, bem como a estrutura tecnológica necessária às salas de treinamento 557/552, com a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para suporte aos cursos ali realizados e coberturas de eventos relacionados à área de Comunicação Social da ENAMAT, inclusive com tradução simultânea, a exemplo do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores – ENAMAT, CEJ/CJF e ENM-França.

Na área de vídeo e comunicação social, iniciou-se processo para aquisição de novos equipamentos de imagem/foto, para compor os que já haviam sido adquiridos, visando às edições de imagens de entrevistas e dos cursos realizados no auditório e nas salas multifuncionais 557/552.

Servidor responsável pelas atividades de Áudio e Vídeo: Renê Cardoso Holanda

Área de TV

A equipe de comunicação possui profissionais que são especialistas na área de audiovisual. Uma das atribuições do setor é a criação e elaboração da comunicação visual da ENAMAT. Em 2012, o *layout* gráfico da escola ganhou modernidade e todos os eventos passaram a contar com programação visual personalizada, com *baners* e crachás desenvolvidos especialmente para cada tipo de acontecimento.



Para garantir mais qualidade de som e imagem nas apresentações em vídeo da Escola Nacional, foi criado neste ano o estúdio de gravação, o que traz mais autonomia e rapidez aos programas elaborados, tanto para apresentação na internet quanto na TV.

Novos equipamentos de áudio e vídeo foram adquiridos não só para a ENAMAT, mas também para as Escolas Judiciais dos TRTs. A Escola possui hoje extenso arquivo de fitas e DVDs com gravações de todos os eventos realizados, desde sua criação, em 2006.

Servidor responsável pelas atividades de criação e elaboração da comunicação visual: Arturo Buzzi Filho

ORÇAMENTO

Histórico

Após análise efetuada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), no ano de 2009, verificou-se que diversas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho não possuíam recursos e estrutura suficientes para executar suas atividades formativas.

Para que a ENAMAT realizasse a efetiva coordenação das Escolas Judiciais no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT, tornou-se necessário, assim, que houvesse disponibilidade orçamentária para auxílio às Escolas, de modo a alcançar os magistrados com capacitação profissional de qualidade.

Dessa forma, a ENAMAT obteve de fato, no ano de 2011, sua dotação orçamentária própria.

Exercício de 2012

No ano de 2012, a ENAMAT, assim como no exercício anterior, realizou ações tendo em vista contribuir para a melhoria da estrutura física das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Nesse aspecto, as 24 Escolas foram oficiadas para que apresentassem suas necessidades de equipamentos e mobiliário. Após análise da Diretoria da ENAMAT e aprovação da Presidência do TST, realizou-se a descentralização de recursos orçamentários, que auxiliaram na consolidação da estrutura das Escolas Judiciais.

Destaca-se que as descentralizações de recursos somente foram realizadas após a prévia conclusão das licitações, a cargo dos Tribunais Regionais do Trabalho. Possibilitou-se, então, uma gestão mais eficiente e eficaz do orçamento da Escola Nacional.

Com relação às atividades de ensino, a ENAMAT novamente atuou de modo a custear os eventos que não contavam com dotação orçamentária própria dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Nessa linha, após análise orçamentária e acadêmica da Direção da ENAMAT, foram descentralizados recursos para as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho da 5.^a, 14.^a, 18.^a e 21.^a Regiões, visando possibilitar a realização de diversas ações de formação.

Além do apoio financeiro às Escolas Judiciais, a dotação orçamentária própria facilitou o planejamento e execução das ações de formação inicial, continuada e de formadores realizadas pela ENAMAT em 2012.

Ressalta-se, ainda, a importância da disponibilidade de recursos para aplicação nas ações de capacitação de Magistrados em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe/JT).

No que diz respeito às instalações físicas da ENAMAT, salienta-se a modernização do auditório e das salas de aula. A aquisição de novos equipamentos de áudio e vídeo resultou, também, na melhoria da área de comunicação social da Escola Nacional.

Por fim, com a aquisição de Van própria da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, o transporte de alunos-juizes foi otimizado no ano de 2012.



Veículo próprio da ENAMAT

ESTRUTURA DA ESCOLA

Dirigida pelos Ministros Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor, e Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor (aposentou-se em maio de 2012), e assessorada por um Conselho Consultivo composto por três Ministros do TST, dois Desembargadores do Trabalho e um Juiz Titular de Vara do Trabalho, a Escola funciona no Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, Bloco A, 5.º andar.

A Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT conta com um quadro de pessoal próprio qualificado e motivado, que desenvolve suas atividades sinergicamente, buscando a excelência na prestação de serviços, combinada com a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Instalações Físicas

A ENAMAT dispõe para o seu funcionamento de vários ambientes físicos, abrangendo o saguão de recepção; a sala da Direção; a sala de reunião do Diretor; a sala da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica, em que desenvolvem suas atividades os gestores da Escola e vinculada a essa unidade o espaço em que atuam os servidores; a sala com biblioteca, mesas para reuniões e computadores, tendo, ao fundo, a sala do Juiz-Assessor da ENAMAT; o auditório e duas salas multifuncionais para eventos de formação de magistrados.

Auditório da ENAMAT mais moderno

O Auditório da ENAMAT passou por uma reforma para melhoria de suas instalações. O local, reaberto no dia 28 de fevereiro para receber os Alunos-Juizes do 11.º Curso de Formação Inicial, conta agora com 90 (noventa) novas poltronas, mais modernas e confortáveis, com pranchetas para anotações, espaço para *notebook* e tomadas embutidas nos braços, além de dois novos assentos com tamanhos especiais e locais destinados a cadeirantes.

Equipe da ENAMAT

Subsecretária Administrativo-Acadêmica

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

Assessores da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson
José Valmir Santos Filho

Assistente da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica

Marizaura Augusto da Glória

Servidores

Ângela de Hariel Alves de Farias Pinheiro
Arturo Buzzi Filho
Ben Hur Lopes de Oliveira
Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins
Cláudia Helena Largura
Claudia Maria dos Santos Valente
Edson Ribeiro de Souza
Eugenia Clemente de Oliveira
Fábio Soares Viana
Janete Chaves
Jonas de Jesus Cordeiro da Silva
Joyce Ataíde de Castro Martins
Michelle Santos Lobo
Renata da Silva Montes
Roberto Ayrosa Pereira

Estagiários

Camilla Kely Pacheco Perpétuo
Christian Lucas Queiroz da Silva
Sheyla Rodrigues de Souza

Editor de Imagens

Rodrigo de Castro Reys

 **ENAMAT**
ESCOLA NACIONAL DE
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE
MAGISTRADOS DO TRABALHO











ONDE A JUSTIÇA VAI À ESCOLA